



Número: **0805886-86.2019.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **8ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **21/03/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SANDOVAL OLIVEIRA SILVA (AUTOR)		PATRICIO CANDIDO PEREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
19953 227	21/03/2019 10:08	Petição Inicial	Petição Inicial
19953 592	21/03/2019 10:08	ação de DPVAT- invalidez - sandoval oliveira silva	Outros Documentos
19953 586	21/03/2019 10:08	comprovante de negativa administrativa junto a lider	Documento de Comprovação
19953 579	21/03/2019 10:08	procuração e declaração de pobreza	Procuração
19953 567	21/03/2019 10:08	documentos pessoais e comprovante de residencia	Documento de Identificação
19953 549	21/03/2019 10:08	certidão policial e DUT da moto	Documento de Comprovação
19953 540	21/03/2019 10:08	encaminhamento	Documento de Comprovação
19953 530	21/03/2019 10:08	prontuario medico - HETDLGF	Documento de Comprovação
19953 524	21/03/2019 10:08	guia de custas previas	Documento de Comprovação
19965 779	21/03/2019 14:58	Despacho	Despacho
20738 705	23/04/2019 17:49	Carta	Carta
21524 511	28/05/2019 15:33	Contestação	Contestação
21524 513	28/05/2019 15:33	KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1	Procuração
21524 515	28/05/2019 15:33	KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2	Procuração
21524 516	28/05/2019 15:33	CONTESTACAO E SUBS	Outros Documentos
21593 098	30/05/2019 14:46	Mandado	Mandado
21945 279	12/06/2019 08:47	Petição - impugnação e req. de pericia medica	Petição
21945 283	12/06/2019 08:47	IMPUGNAÇÃO E REQUERIMENTO DE PERICIA MEDICA - SANDOVAL OLIVEIRA SILVA	Outros Documentos
21964 866	13/06/2019 13:10	Despacho	Despacho

21992 617	13/06/2019 14:00	Certidão - juntada de AR	Certidão
21992 619	13/06/2019 14:00	AR - Seguradora Líder - 0805886-86.2019	Aviso de Recebimento
22081 010	18/06/2019 08:06	Petição - apresentação quesitos	Petição
22101 781	18/06/2019 15:01	Certidão	Certidão
22101 783	18/06/2019 15:01	Marcação Perícias 0823484-87.2018.8.15.0001, 0821290-17.2018.8.15.0001 e 0805886-86.2019.815.0001	Informações Prestadas
22137 231	19/06/2019 14:55	Mandado	Mandado
22137 233	19/06/2019 14:55	Mandado	Mandado
22137 236	19/06/2019 14:55	Mandado	Mandado
22289 743	27/06/2019 16:48	Petição	Petição
22289 744	27/06/2019 16:48	PETICAO_DE_QUESITOS	Outros Documentos
22418 643	03/07/2019 12:18	Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça
22672 138	12/07/2019 12:11	Petição	Petição
22672 139	12/07/2019 12:11	COMPROVANTE DE PAGAMENTO	Documento de Comprovação
22672 140	12/07/2019 12:11	JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS	Outros Documentos
22750 148	16/07/2019 14:52	Petição	Petição
22750 304	16/07/2019 14:52	COMPROVANTE DE PAGAMENTO	Documento de Comprovação
22750 307	16/07/2019 14:52	PROCESSO ADM	Documento de Comprovação
22750 310	16/07/2019 14:52	JUNTADA DE DOCS_01	Outros Documentos
22752 474	16/07/2019 15:19	Certidão juntada	Certidão
22752 478	16/07/2019 15:19	Ofício Banco do Brasil - 0805886-86.2019.815.0001 - 1	Ofício
22752 496	16/07/2019 15:23	Certidão juntada	Certidão
22753 049	16/07/2019 15:23	Laudo Pericial 0805886-86.2019.815.0001	Laudo Pericial
22820 367	18/07/2019 15:04	Petição - juntada 1º atendimento hospitalar	Petição
22820 377	18/07/2019 15:04	Declaração de 1º atendimento	Documento de Comprovação
22821 284	18/07/2019 15:16	Petição - MANIFESTÇÃO SOBRE LAUDO PERICIAL	Petição
22821 293	18/07/2019 15:16	petição - manifestação sobre laudo e requerimento de julgamento da lide - sandoval oliveira silva	Outros Documentos
22828 647	18/07/2019 17:37	Mandado	Mandado
23059 187	29/07/2019 13:36	Petição	Petição
23059 191	29/07/2019 13:36	SANDOVAL OLIVEIRA SILVA - DOCS ADM	Outros Documentos
23059 194	29/07/2019 13:36	2598973_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_01	Outros Documentos
23368 193	09/08/2019 10:24	Sentença	Sentença
23784 166	23/08/2019 11:35	Mandado	Mandado
24196 125	06/09/2019 10:57	Apelação	Apelação
24196 130	06/09/2019 10:57	2598973_RECURSO_DE_APELACAO_Anexo_01	Outros Documentos

24196 133	06/09/2019 10:57	2598973_RECORSO_DE_APELACAO_01	Outros Documentos
24246 530	09/09/2019 14:49	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
24249 305	09/09/2019 15:28	Contra-razões	Contra-razões
24249 310	09/09/2019 15:28	Contra Razões invalidez - contradição da sentença - sumula 257 do STJ - sandoval oliveira silva	Outros Documentos
25473 681	21/10/2019 14:43	Ofício	Ofício
31013 791	04/11/2019 15:22	Certidão de Prevenção	Certidão de Prevenção
31013 792	06/11/2019 15:07	Despacho	Despacho
31013 793	27/11/2019 16:42	Parecer	Parecer
31013 794	27/11/2019 16:42	PJE AC 0805886-86.2019.8.15.0001	Parecer
31013 795	29/11/2019 09:02	Decisão	Decisão
31013 796	29/11/2019 09:02	AP Nº 0805886-86.2019.815.0001	Documento de Comprovação
31013 797	29/11/2019 10:01	Expediente	Expediente
31013 798	29/11/2019 10:01	Expediente	Expediente
31014 149	18/12/2019 11:54	Embargos de Declaração	Embargos de Declaração
31014 150	18/12/2019 11:54	2598973_EMBARGOS_DE_DECLARACAO_ACORD AO_2aINSTANCIA_01	Petição
31014 151	19/12/2019 16:17	Despacho	Despacho
31014 152	08/01/2020 10:27	Expediente	Expediente
31014 153	29/01/2020 08:39	Certidão de Decurso de prazo	Certidão de Decurso de prazo
31014 154	26/03/2020 14:05	Decisão	Decisão
31014 155	26/03/2020 14:51	Expediente	Expediente
31014 156	22/05/2020 10:57	Petição	Petição
31014 157	22/05/2020 10:57	2598973_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACA O_Anexo_03	Petição
31014 158	22/05/2020 10:57	2598973_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACA O_Anexo_02	Petição
31014 159	22/05/2020 10:57	2598973_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACA O_01	Petição
31014 160	26/05/2020 18:49	Certidão Trânsito em Julgado	Certidão Trânsito em Julgado
31027 291	27/05/2020 10:01	liberação de alvarás	Petição
31027 297	27/05/2020 10:01	PETIÇÃO - liberação dos honorarios contratuais e sucumbenciais - previsão legal - alvarás distintos -	Outros Documentos
31027 296	27/05/2020 10:01	Contrato de honorarios advocaticios	Outros Documentos
31041 779	27/05/2020 16:08	Despacho	Despacho
31275 248	04/06/2020 12:21	Petição	Petição
31275 749	04/06/2020 12:21	2598973_JUNTADA_DE_CUSTAS_FINALS_Anexo_0 2	Outros Documentos
31275 750	04/06/2020 12:21	2598973_JUNTADA_DE_CUSTAS_FINALS_01	Outros Documentos
31455 033	10/06/2020 17:47	Certidão	Certidão
31455 473	10/06/2020 17:51	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório

31455 488	10/06/2020 17:53	Mandado	Mandado
31763 054	23/06/2020 10:00	Petição	Petição
31763 057	23/06/2020 10:00	PETIÇÃO - liberação dos honorários contratuais e sucumbenciais já deferidos - alvarás distintos - inf	Outros Documentos
31938 776	30/06/2020 18:22	Alvará de Levantamento	Alvará de Levantamento
31938 791	30/06/2020 18:25	Alvará de Levantamento	Alvará de Levantamento
32085 991	06/07/2020 14:59	Certidão	Certidão
32085 992	06/07/2020 14:59	Comprovação de envio dos alvarás para o e-mail do Banco do Brasil	Documento de Comprovação
32719 419	28/07/2020 14:44	Certidão	Certidão
32719 422	28/07/2020 14:44	Cumprimento Ofício-Alvará 171-2020 Banco do Brasil - 0805886-86.2019.815.0001	Outros Documentos
32719 423	28/07/2020 14:44	Cumprimento Ofício-Alvará 172-2020 Banco do Brasil - 0805886-86.2019.815.0001	Outros Documentos
34278 286	14/09/2020 17:44	Certidão	Certidão
34278 711	14/09/2020 17:44	Guia de Recolhimento das diligências	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
34278 966	14/09/2020 17:50	Mandado	Mandado

PETIÇÃO INICIAL EM ANEXO



EXCELENTÍSSIMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE **CAMPINA GRANDE/PARAIBA.**

-PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA;
-PROCESSO **NEGADO ADMINISTRATIVAMENTE** JUNTO A LIDER;

SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, brasileiro, casado, operador de máquinas, portador do RG nº 1.768.271 SSDS/PB, CPF nº 028.200.084-45, residente e domiciliado na RUA EULALIA DA SILVA ZECA, Nº 281, CENTRO, MASSARANDUBA/PB, CEP.: 58.120-000, por intermédio de seu advogado e procurador *in fine* assinado, procuração anexa (doc. 01), **com endereço Profissional na Rua Santa Catarina, nº 833, Bairro da Liberdade, na Cidade de Campina Grande/PB, CEP.: 58.414-035, fone: (83) 98700-8099, (83) 99935-9957, E-mail: patricioadv@hotmail.com,** com fundamento na Lei nº 6.194/1974 e Código Civil, vem perante Vossa Excelência, promover a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA
(DPVAT/ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO)
INVALIDEZ PERMANENTE**

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal, na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 20031-205,** expondo e requerendo ao final o seguinte:

AB INITIO, diante da situação em que se encontra o promovente, requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial. Assim apregoa a Lei de nº 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º caput, que nos diz o seguinte:

ART. 4º CAPUT: "A PARTE GOZARÁ DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, **MEDIANTE SIMPLES AFIRMAÇÃO**, NA PRÓPRIA PETIÇÃO INICIAL, DE QUE NÃO ESTÁ EM CONDIÇÕES DE PAGAR AS CUSTAS DO PROCESSO E OS HONORÁRIOS DE ADVOGADO, SEM PREJUÍZO PRÓPRIO OU DE SUA FAMÍLIA".

Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso a Justiça.

-PRELIMINARMENTE:

Inicialmente, antes de adentrarmos nos fatos da presente Demanda, cumpre-nos informar que a parte autora requereu administrativamente junto a PROMOVIDA, através do SINISTRO Nº 3180190288 e teve seu pedido NEGADO.



-DOS FATOS:

O promovente foi vítima de acidente automobilístico, **fato verificado no dia 18 DE JUNHO DE 2017, no período da tarde**, numa estrada vicinal, nas proximidades do Sítio Cachoeira de Pedra D'Água, zona rural de Massaranduba/PB.

O sinistro se deu quando o autor conduzia a motocicleta **HONDA CG 150 TITAN KS - COR VERMELHA - ANO 2006 - PLACAS MNI 6294 PB**, e na referida estrada vicinal, nas proximidades do Sítio Cachoeira de Pedra D'Água, perdeu o controle da mesma num declive, após passar por um grande buraco, tombando bruscamente ao solo. Tudo conforme CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL – VERSANDO SOBRE ACIDENTE DE TRÂNSITO anexado a inicial.

Declarou que:

Informa o declarante, que no final da tarde do dia 18.06.2017, estava trafegando por uma estrada vicinal localizada no Sítio Cachoeira de Pedra D'água, área rural de Massaranduba/PB, conduzindo a motocicleta HONDA/CG 150 TITAN KS, ano/modelo 2006/2006, cor vermelha, chassi nº 9C2KC08106R905367, de placa MNI-6294/PB, licenciada em seu nome (Sandoval Oliveira da Silva), quando em um declive perdeu o controle de direção e caiu ao solo, após passar por um grande buraco existente na estrada, sofrendo ferimentos graves na região da face, além de escoriações generalizadas pelo corpo, ficando um pouco desorientado, sendo socorrido por populares e encaminhado para o Hospital Regional de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamentos médicos, conforme documentos apresentados nesta Delegacia; Que, os Policiais Militares do BPTran não estiveram no local e portanto não foi confeccionado o boletim de acidente de trânsito; Que, no momento do acidente o tempo encontrava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não encontrando-se o declarante sob a influência de bebida alcoólica. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou FE.

Campina Grande, Segunda-feira, 21 de Agosto de 2017



SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

Declarante



JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO

Escrivão

O autor foi socorrido para o HOSPITAL LOCAL **(Encaminhamento anexo)** e conduzido para o HOSPITAL DE EMERGENCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES, nesta cidade de Campina Grande/PB, onde permaneceu internado por vários dias.

Vale ressaltar, que devido sinistro o autor sofreu vários traumas pelo corpo, em especial, **fraturas nos ossos da face**, onde sofreu intervenção cirúrgica.

Sabendo da existência do seguro obrigatório DPVAT, aciona a PROMOVIDA para que fosse paga a respectiva apólice, pois todos os proprietários de veículos automotores pagam anualmente o seguro de acidentes pessoais obrigatório. A norma legal ainda determina que a seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para o pagamento do DPVAT, **O QUE NA REALIDADE NÃO ACONTECE.**

Percebe-se, MM. Magistrado, que para o pagamento do seguro obrigatório só precisa SIMPLES PROVA DO ACIDENTE, bem como, que esta **seqüela foi decorrente de acidente automobilístico**. Senão vejamos, o que têm decidido nossos Tribunais Pátrios:

"34022772 – INDENIZAÇÃO – SEGURO – DPVAT – ACIDENTE DE TRÂNSITO – INVALIDEZ PERMANENTE – PROVA – Evidenciado nos autos as provas necessárias a demonstrar o acidente de trânsito e os danos permanentes na vítima, impõe-se o pagamento do seguro obrigatório DPVAT. (TAMG – AC 0315761-7 – 6º Cív. – Rel. Juiz Dárcio Lopardi Mendes – J. 21.09.2000)"



RECURSO: 621/05 (PROC. 44-530/04) – SEGURO DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE – PERÍCIA TÉCNICA – INEXATIDÃO DO GRAU DE INVALIDEZ – DESNECESSIDADE – VALOR DA INDENIZAÇÃO

CIVIL - INDENIZAÇÃO - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - PERÍCIA TÉCNICA. INEXATIDÃO DO GRAU DE INVALIDEZ. DESNECESSIDADE. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL REPELIDA. VALOR DA INDENIZAÇÃO CONSOANTE A LEI DE REGÊNCIA. 1) - Se os elementos de prova dos autos, aliados à verossimilhança da versão do ofendido e de outras provas documentais, fazem emergir claramente o nexo causal entre o fato, as lesões e suas conseqüências, desnecessária se torna a realização de perícia técnica, não havendo o que se falar em complexidade da matéria probante que pudesse afastar a competência do Juizado Especial Cível. 2) - Configurada de modo efetivo, a invalidez permanente, ainda que não tenha resultado privação para o exercício laboral, faz jus a vítima ao seguro obrigatório, em percentual correspondente à extensão da lesão, porquanto as normas que regem a matéria não exigem a inteireza da invalidez, ou uma certa medida da perda física, mas a contempla em qualquer grau em que se verifique, desde que se defina a proporção real entre o dano e o seu valor. 3) - O quantum da condenação fixado em salários mínimos não representa fator social de correção e sim base de quantificação do montante ressarcitório, não podendo ser limitada por atos administrativos normativos de hierarquia inferior. 4) - Recurso conhecido e improvido. (Relator Juiz MARCONI MARINHO, Julgado em 08 de junho de 2005).

-DO VALOR DEVIDO SEGUNDO DETERMINAÇÃO LEGAL:

A Lei nº. 6.194/74, que disciplina e rege o seguro obrigatório DPVAT, determina o pagamento da indenização às vítimas de acidente de trânsito, em casos de invalidez, conforme dispõe o art. 3º alínea b, determina o seguinte:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). (...)”

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)” - grifamos

Além do mais, na Lei 11.945 de 2009, que alterou a Lei do DPVAT de nº 6.194/74, trouxe consigo uma tabela onde delimita já o percentual a ser pago, independente de percentual pericial, exigindo apenas a comprovação da lesão sofrida por profissional competente, tanto o é, que a Unidade de Medicina Legal não mais delimita tal percentual nos seus laudos, tomando como parâmetro a referida Lei.

Notadamente, a indenização coberta pelo Seguro DPVAT tem como fato gerador os danos pessoais advindos de acidente de trânsito ou daquele decorrente da carga transportada por veículo automotor terrestre, **não ostentando, portanto, vinculação exclusiva com a incapacidade laborativa, a qual encontra sua reparação no âmbito previdenciário.** Recentemente, o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, através da publicação do Recurso Especial 876.102 DF, PUBLICADO EM 01/02/2012, tem entendido:

RESPONSABILIDADE CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. LEI 6.194/74. INCAPACIDADE PERMANENTE. CONCEITO E EXTENSÃO. DEFORMIDADE FÍSICA PERMANENTE LIMITADORA DA PRÁTICA DE ATIVIDADES COSTUMEIRAS.

1. O Seguro DPVAT tem a finalidade de amparar as vítimas de acidentes causados por veículos automotores terrestres ou pela carga transportada, ostentando a natureza de seguro de danos pessoais, cujo escopo é eminentemente social, porquanto transfere para o segurador os efeitos econômicos do risco da responsabilidade civil do proprietário em reparar danos a vítimas de trânsito, independentemente da existência de culpa no sinistro.

2. Em interpretação sistemática da legislação securitária (Lei 6.194/74), a “incapacidade permanente” é a deformidade física decorrente de lesões corporais graves, que não desaparecem nem se modificam para melhor com as medidas terapêuticas comuns, habituais e aceitas pela ciência da época.

3. A “incapacidade” pressupõe qualquer atividade desempenhada pela vítima - a prática de atos do cotidiano, o trabalho ou o esporte, indistintamente - e, por óbvio, implica mudança compulsória e indesejada de vida do indivíduo, ocasionando-lhe dissabor, dor e sofrimento.

4. No caso em exame, a sentença, com ampla cognição fático-probatória, consignou a deformidade física parcial e permanente do recorrente em virtude do acidente de trânsito, encontrando-se satisfeitos os requisitos exigidos pelo art. 5º da Lei 6.194/74 para configuração da obrigação de indenizar.

5. Recurso especial provido para reconhecer o direito do recorrente à indenização, restabelecendo a sentença inclusive quanto aos ônus sucumbenciais.

(REsp 876102/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2011, DJe 01/02/2012)



Destarte, em interpretação sistemática da legislação securitária de danos pessoais, a "incapacidade permanente" é a deformidade ou debilidade física decorrente de lesões corporais graves, que não desaparecem nem se modificam para melhor com as medidas terapêuticas comuns, habituais e aceitas pela ciência da época. É o que se infere das definições encontradas em consultas realizadas nos seguintes sítios oficiais:

a) da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP: "perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão decorrente de acidente pessoal" (www.susep.gov.br);

b) do Seguro DPVAT: "a perda ou redução, em caráter definitivo, das funções de um membro ou órgão, em decorrência de acidente provocado por veículo automotor" (www.dpvatseguro.com.br).

Impende salientar que a aferição da extensão da perda ou redução das funções do membro ou órgão da vítima de acidente com veículo automotor ou carga transportada, é realizada com supedâneo em exame pericial e demais documentos comprobatórios, portanto, analisada nas instâncias ordinárias, as quais detêm ampla cognição fático-probatória para esse mister.

Não obstante, insta salientar que a "incapacidade" pressupõe qualquer atividade desempenhada pela vítima - a prática de atos do cotidiano, o trabalho ou o esporte, indistintamente -, o que, por óbvio, implica a mudança compulsória e indesejada de vida, ocasionando-lhe dissabor, dor e sofrimento. Destarte, caracterizada a deformidade física parcial e permanente do recorrente em virtude de acidente de trânsito, encontram-se satisfeitos os requisitos exigidos pela Lei 6.194/74 para que se configure o dever de indenizar, conforme art. 5º. Da referida Lei. Neste sentido, os seguintes julgados do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

"Ação de Cobrança - Preliminar - Carência de Ação - Rejeitada - Preliminar - Indeferimento da Inicial - Rejeitada - DPVAT - Invalidez Permanente - Comprovação - Indenização - Devida - Litigância De Má-Fé - Condenação Indevida - Honorários Advocatícios - Valor - Manutenção - Reforma Parcial Da R. Sentença. A cobrança judicial da indenização do seguro DPVAT não depende do prévio esgotamento da via administrativa pelo beneficiário, já que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXV dispõe que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito. Devido o pagamento do seguro obrigatório garantido pela Lei n. 6.194/74, já que restou provado que a debilidade permanente do membro superior direito da parte apelada foi causada por acidente com veículo automotor terrestre. Inteligência do artigo 5º da Lei n. 6.194/74. Uma lesão permanente na vítima não pode ser quantificada de forma matemática, como se cada parte do corpo tivesse um determinado percentual de utilidade. Tal assertiva se mostra até mesmo imoral, porque afronta o fim social da imposição do seguro. Conforme já esposado, o corpo humano é como se fosse uma máquina na qual cada peça desempenhasse um papel vital e fundamental. Se uma destas peças se perde, o desempenho do corpo como um todo, resta fatalmente prejudicado. Daí porque não há como se quantificar a extensão da invalidez no caso de indenização devida em função do seguro obrigatório DPVAT. (...)" (Grifos nossos)

"Ação de Cobrança - Seguro Obrigatório - DPVAT - Invalidez Permanente - Comprovação - Valor da Indenização - Patamar Máximo - 40 Salários Mínimos - Previsão na Lei 6.194/74. Em se tratando de pedido relativo a seguro obrigatório, tendo a lesão sofrida em função de acidente automobilístico causado debilidade permanente, a indenização deve ser arbitrada no grau máximo disposto na legislação. O Conselho Nacional de Seguros Privados não detém competência para estabelecer o quantum indenizável, sendo certo que as portarias ou resoluções por ele editadas não podem alterar ou prevalecer sobre a lei federal que rege a matéria". (Grifos nossos)

Resta provado que a demandada deve pagar ao promovente a importância acima declinada, cujo valor deve ser devidamente corrigido monetariamente e acrescido de juros, desde a data do evento danoso, tomando-se como base a SÚMULA 54 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, *in verbis*:

"Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso em casos de responsabilidade extra contratual".

O direito do promovente é LIQUIDO E CERTO, basta uma simples interpretação macroscópica para se vislumbrar com a concretividade do caso em tela.



-DO PEDIDO:

DIANTE O EXPOSTO, REQUER a Vossa Excelência de conformidade com a Lei 6.194/74, art. 3º, II, a PROCEDÊNCIA DA PRESENTE DEMANDA, para o fim de determinar que o promovido indenize o(a) promovente pela **DEBILIDADE PERMANENTE FACIAL**, ocasionado por acidente de trânsito (DPVAT), no valor correspondente a **R\$ 9.450,00 (Nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, acrescidos de correção monetária plena e juros a base de 1%, retroativos a data do sinistro, ou seja, 18/06/2017, conforme a Súmula 54 do STJ, requerendo ainda:

- 1- Seja **citada a Promovida**, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão, **com fundamento no Art. 246, I, do Novo Código de Processo Civil Pátrio (citação através de AR - Correios e Telégrafos);**
- 2- A parte demandante **desde já prescinde da audiência de conciliação**, haja vista, que na presente demanda é necessário a realização de PERICIA MEDICA NO(A) AUTOR(A). Assim, a realização da mesma se torna onerosa e sem êxito, tanto para as partes quanto para o Poder Judiciário, tudo conforme preceitua o artigo 319, VII, do NCPC;
- 3- Protesta provar o alegado por todos os meios de **provas em direito admitidos**, especialmente nas **provas documental, pericial, testemunhal que serão apresentadas independentemente de intimação, se assim for o entendimento do douto juiz;**
- 4- Seja a demandada **condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação**, mais custas processuais e demais emolumentos;
- 5- Finalmente requer a **gratuidade da Justiça** nos termos do art. 2º da Lei n. 1.060/50, por ser o(a) mesmo(a) pobre na forma da lei, bem como, com arrimo no artigo 98 e SS do Novo Código de Processo Civil;

Dá a presente causa o valor de **R\$ 9.450,00 (Nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,
Pede e Espera deferimento.
Campina Grande/PB, 08 de janeiro de 2019.

Patrício Cândido Pereira
OAB/PB n. 13.863-B.

QUESITOS:

- 1- O(a) autor(a) sofreu algum DANO devido ao acidente de trânsito?
- 2- Qual o membro/sentido afetado(s)? Há ou não fratura(s) não-consolidada(s)?
- 3- Sofre o(a) autor(a) alguma invalidez ou debilidade no(s) membro/sentido(s) afetado(s)?
- 4- Caso positivo, qual o grau de invalidez do(s) membro/sentido(s) afetado(s)?
- 5- Esclarecer se existe nexa causal entre o acidente noticiado e a lesão apresentada pelo(a) autor(a)?
- 6- Queira o perito esclarecer tudo que mais julgue necessário.



Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180190288 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

CPF/CNPJ: 02820008445

Posição em 01-03-2019 08:56:09

Seu pedido de indenização foi negado



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante:

Sandroel Oliveira Silva,
brasileiro, Casado, operador de máquina,
portador(a) RG nº 1.768.271.55DS/PB, CPF nº
028.200.084-45, residente e domiciliado(a)
no(a) Rua Fulvia da Silva Figueira nº 281-
Centro, Mossoró/RN,
e-mail: _____;

Outorgado:

PATRÍCIO CÂNDIDO PEREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na
OAB/PB n.º 13.863-B, com endereço profissional na Rua Santa Catarina, n.º
833, Bairro da Liberdade, na Cidade de Campina Grande/PB, CEP.: 58.414-
035, fone: (83) 98700-8099, (83) 99935-9957, E-mail:
patricioadv@hotmail.com;

Pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado supra, a quem confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", conforme art. 38 parte final do CPC, COM FIM ESPECIAL DE ENTRAR NA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL, COM AÇÃO DE COBRANÇA PARA FINS DE RECEBIMENTO DE SEGURO DPVAT, EM FACE DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, outorgando ao Advogado acima descrito, os poderes para, em nome do outorgante, receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, firmar acordos, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, tudo em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC, e ainda requerer, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo e acompanhar todo processo até o final do julgamento, podendo finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato. Os honorários advocatícios, em não havendo contrato que os regule, serão pagos a base de 30% (trinta por cento), sobre o valor bruto da condenação final, apurado em liquidação de sentença, sem prejuízo dos honorários de sucumbências, conforme aqui pactos através do presente Instrumento.

Campina Grande /PB, 08 / 01 2019.

Sandroel Oliveira Silva
OUTORGANTE

*Isento de reconhecimento de Firma, em face da Lei 8.952 de 13/12/1994, que dá nova redação ao artigo 38 do CPC.



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, Somdaval Oliveira Silva,
branco, casado, Operador de máquinas, portador(a) RG nº
1.768.271 SSP/PB, CPF nº 028.200.084-45, residente e
domiciliado(a) no(a) Rua Zuleide da Silva Zeca nº 281-
cento, Mossoró/PB, e-mail:
_____, declaro, nos moldes do art.

1.º da Lei n.º 7.115, de 29 de agosto de 1983, com a finalidade de obtenção do Benefício da Justiça Gratuita, conforme dispõe o art. 4.º da Lei n.º 1.060/50, que minha situação econômica não me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízos do meu sustento próprio e da minha família.

Campesinópolis /PB, 08 de junho de 2019.

Somdaval Oliveira Silva
Declarante



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.768.271 - 2 VIA
NOME SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

FILIAÇÃO NATANAEL ADONIAS DA SILVA
TERESINHA OLIVEIRA SILVA

NATURALIDADE MASSARANDUBA-PB
DATA DE NASCIMENTO 15/08/1974

DOC ORIGEM NASC.N.0080 FLS.121V LIV.22
CARTORIO MASSARANDUBA-PB

CPF 028.200.084445

João Pessoa - PB
ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL V-02
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA P-234
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO




Sandoval Oliveira Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

DATA DE NASCIMENTO 15/08/1974 Nº INSCRIÇÃO 0195 2017 1244 D.V. 016 ZONA 0115 SEÇÃO

MUNICÍPIO / UF MASSARANDUBA/PB DATA DE EMISSÃO 10/08/2013

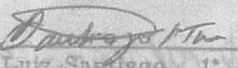
JUIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE EM SESSÃO CONVOCADA DE ALIBI-QUANDO
Presidente do TRE/PB

FILIAÇÃO
PAI: NATANAEL ADONIAS DA SILVA
MÃE: TERESINHA OLIVEIRA SILVA

DATA NASC. 15/08/74 NATURALIDADE MASSARANDUBA - PB

DISPENSADO DO SERVIÇO MILITAR INICIAL EM 1992
POR TER SIDO INCLUÍDO NO EXCESSO DO CONTINGENTE


Comandante ou Chefe
Delegado da 5ª. Del. SV. JH

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
DIRETORIA DE SERVIÇO MILITAR
CERTIFICADO DE DISPENSA DE INCORPORAÇÃO



23º CSM
RA NÃO POSSUI 004499 - N

NOME SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE



SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
RUA EULALIA DA SILVA ZECA, 281 - CENTRO
MASSARANDUBA/PB CEP 58120000 AG 401)

Classe/Subclasse RESIDENCIAL/RESIDENCIAL MONOFASE
Roteiro 10 - 407 - 734 - 4716
Nº medidor 00008037882

ENERGISA BORBIREMA, DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Alça Sudeste - Três Irmãos - Campina Grande/PB - CEP: 56423-700
CNPJ 06.626.593/0001-95 Insc. Est. 16.303.839-1

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº003.116.759
Código para Dúvida Automático: 00012644342

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 023 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 4/264434-2**

Canal de contato

Fev / 2017

Apresentação

14/02/2017

Data prevista da
próxima leitura

17/03/2017

CPF/ CNPJ/ RANI

2820008445

Insc. Est.

Faturas em atraso

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
17/01/17	387	14/02/17	447	1
			60	28

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	60	0,43340	26,00
ICMS			9,43
PIS			0,41
COFINS			1,89
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
CONTRIBUICAO PUBLICA			9,42
JURCS DE MORA 01/2017			0,13
MULTA 01/2017			0,66
ATUALIZACAO MONETARIA 01/2017			0,06

Histórico de Consumo
(kWh)

Jan/17	69
Dez/16	75
Nov/16	72
Out/16	67
Set/16	65
Ago/16	39

	BASE DE CALCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	37,73	25,00	9,43
PIS	37,73	1,0869	0,41
COFINS	37,73	5,021	1,89

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

Média dos últimos meses
65

21/02/2017

R\$ 48,20

RESERVAÇÃO AO FISCO

4475.44ad.3cae.79f6.e525.9f1f.5e2c.6183

Indicadores de Qualidade

12/2016 - Campina Grande I

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5,31	0,03
DIC TRIMESTRAL	10,62	
DIC ANUAL	21,25	
FIC MENSAL	3,30	
FIC TRIMESTRAL	6,60	
FIC ANUAL	13,20	
DMIC	3,03	
DICRI	12,22	

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/BD	8,87	18,40
Compra de Energia	13,20	27,39
Serviço de Transmissão	0,68	1,37
Encargos Setoriais	3,27	6,78
Impostos Diretos e Encargos	22,20	46,06
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	48,20	100,00

Valor do EUSD (Ref. 12/2016) R\$ 15,75

ATENÇÃO

Reajuste Tarifário-Vigência 04/02/17-Res ANEEL nº 2.200-Alta Tensão -5,44% Médio
Reajuste Tarifário-Vigência 04/02/17-Res ANEEL nº 2.200-Baixa Tensão -1,97% Médio



Assinado eletronicamente por: PATRICIO CANDIDO PEREIRA - 21/03/2019 10:07:29

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19032110062178400000019412634>

Número do documento: 19032110062178400000019412634

Num. 19953567 - Pág. 2



GOVERNO DO ESTADO DA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA
DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO
R. Raimundo Nonato de Araujo, SN - Catolé - Campina Grande - 58100-000 - 83-310-9300



OCORRÊNCIA Nº 000198/17

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 000198/17 registrada em 21/08/2017, que passo a transcrever na íntegra: Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de 2017, nesta cidade de Campina Grande, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO, quando encontrava-se presente a Bela. JOSEFA ALVES DE ASSIS, Delegada de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 10:06 horas, compareceu o Sr. SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, com 43 anos de idade, filho de NATANAEL ADONIAS DA SILVA e TERESINHA OLIVEIRA SILVA, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de MASSARANDUBA - PB, Casado, escolaridade Medio Completo, profissão OPERADOR DE MÁQUINAS, portador da Cédula de Identidade Nº 1.768.271 - 2ª VIA, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 02820008445, residindo à rua EULÁLIA ZECA, 281, bairro CENTRO, na cidade de MASSARANDUBA - PB, celular 9-8144.1086.

Declarou que:

Informa o declarante, que no final da tarde do dia 18.06.2017, estava trafegando por uma estrada vicinal localizada no Sítio cachoeira de Pedra D'água, área rural de Massaranduba/PB, conduzindo a motocicleta HONDA/CG 150 TITAN KS, ano/modelo 2006/2006, cor vermelha, chassi nº 9C2KC08106R905367, de placa MNI-6294/PB, licenciada em seu nome (Sandoval Oliveira da Silva), quando em um declive perdeu o controle de direção e caiu ao solo, após passar por um grande buraco existente na estrada, sofrendo ferimentos graves na região da face, além de escoriações generalizadas pelo corpo, ficando um pouco desorientado, sendo socorrido por populares e encaminhado para o Hospital Regional de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamentos médicos, conforme documentos apresentados nesta Delegacia; Que, os Policiais Militares do BPTran não estiveram no local e portanto não foi confeccionado o boletim de acidente de Trânsito; Que, no momento do acidente o tempo encontrava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não encontrando-se o declarante sob a influência de bebida alcoólica. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou FÉ.

Campina Grande, Segunda-feira, 21 de Agosto de 2017

SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

Declarante

JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO

Escrivão



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 011575888089
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 000 RENOVAÇÃO 20140000383969-1 EXERCÍCIO

1 0088112311-0 00/00000000 2014

NOME

SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

CPF / CNPJ

02820008445

PLACA

MNI6294/PB

PLACA ANT / UE

NOVO

UF

PB

9C2KC08106R905367

CHASSI

ESPÉCIE TIPO PAS/MOTOCICLE/VAO APLIC

COMBUSTÍVEL GASOLINA

MARCA / MODELO

HONDA/CG 150 TITAN KS

ANO FAB.

2006

ANO MOD.

2006

CAP / POT / CIL

2 P/149 /CI

CATEGORIA

PARTIC

COR PREDOMINANTE

VERMELHA

COTA ÚNICA

IPVA PAGO EM

FAIXA IPVA

VENÇ. COTA ÚNICA

23/05/2014

VENÇ. / COTAS

1ª

2ª

3ª

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

23/05/2014

SEM RESERVA DE DOMÍNIO

DOCUMENTO DE FORTÉ OBRIGATORIO

NÃO VÁLIDO PARA TRANSFERÊNCIA

MASSARANDUBA - LOCAL

1523

6043

18/07/2014

6043

6043

6043

6043

6043

6043

6043

6043

6043

6043

6043

6043

6043

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PB Nº 011575888089 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO DATA EMISSÃO

2014 18/07/2014

VIA

1

CPF / CNPJ

02820008445

PLACA

MNI6294/PB

RENOVAÇÃO

0088112311-0

MARCA / MODELO

HONDA/CG 150 TITAN KS

ANO FAB.

2006

CAT. ASE

9

Nº CHASSI

9C2KC08106R905367

PRÊMIO TARIFÁRIO

***** (R\$)

***** (R\$)

CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$)

IOF (R\$)

PRELÂB PAGO PRÉ-SEGURO (R\$)

COTA ÚNICA

PAGAMENTO

PARCELADO

23/05/2014

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.249.998/0001-04

www.seguradoralider.com.br

6043-1027387-20140718

6043-1027387-20140718



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
Secretaria Municipal de Saúde

P/ Jondoval Oliveira Silva

Encominhamento

Paciente vítima de colisão moto x
Carro deu entrada no serviço
com cortes em glóbulos e se não
temporal + estenose periorbital
bilateral e sinal de guaximum ⊕.
Nega desmaios, vômitos e náuseas
no momento do ocorrido.

AO exame: consciente, orientado,
eupneico, afimul

FC = 107 bpm

FQ = 18 bpm

Sat O₂ = 97%. A.A

~~Patricio Candido Pereira~~
15/03/2019
PB 9193



18/06/2017

HTCC- Painel Administrativo



GOVERNO
DA PARÁ

SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES



ATENDEMENTO URGÊNCIA

PRONT (B.E) Nº: 1453353 CLASS. DE RISCO: VERMELHO

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CNPJ: 08.778.268/0038-52
Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PA, CEP: 58432-809 Data: 18/06/2017

Boletim de Emergência (B.E) - Modelo 07 Atendimento: Patrícia Maria Gonçalves

PACIENTE: SANDOVAL OLIVEIRA CEP: 58120000 Nascimento: 15/08/1974

SILVA Sexo: M Telefone: 81441086

Endereço: RUA EULALIA ZECCA

Cidade: Massaranduba Idade: 042 Bairro: CENTRO

Nome da Mãe: TERESINHA OLIVEIRA SILVA RG: Nº: 281

Responsável: CPF: 02820008445 Profissão: OP DE MAQUINAS

Estado Civil: Casado(a) Data de CNS: 706003374258046

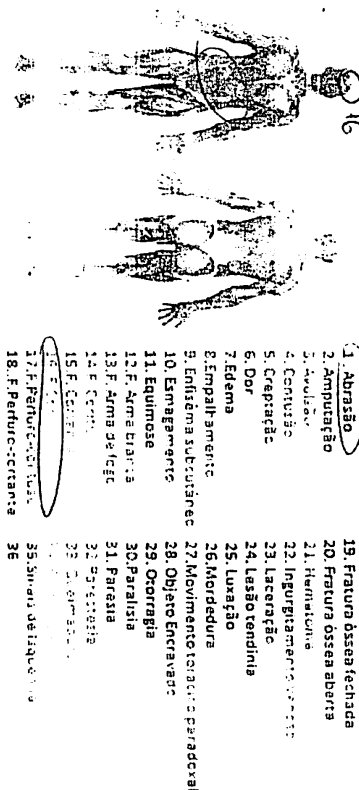
Motivo: ACIDENTE DE MOTO Atendimento: 18/06/2017

Médico: CRM: Especialidade: CONVÊNIO: SUS

OBS FICHA:

MECANISMOS DO TRAUMA

LOCAL DA LESÃO (identifique o local com o número correspondente ao lado)



OBS:

QUEIMADURA: Superfície corporal lesada = % Grau () 1º Grau () 2º Grau () 3º Grau

DIAGNÓSTICO / CID:

http://pje.tjpa.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19032110054973000000019412597

Assinatura

TOMOGRAFIA
REALIZADA EM:

ALERGIA: Nulo 18/06/17

MEDICAMENTOS: Nulo

PATOLOGIAS: Nulo

EXAME FÍSICO

PUPILAS (X) Fotoreagentes (X) Isocóricas () Anisocóricas ()

Glasgow 15 PA HGT: SatO2

(X) Vm novo ferimento com hemorragia extensa com furo no membro superior direito.

(X) Equivocado, não em furo, sim em furo.

(X) A hemorragia não é profunda, apenas a pele está vermelha e inchada.

(X) ECG de 15 (abnormal)

(X) Ferimento no membro superior direito com furo no membro superior direito.

EXAMES SOLICITADOS:

(X) Laboratoriais (X) Ultrassonografia: FAST

(X) Gasometria arterial (X) Radiografias: Tórax, Abdome, Lombar, Pélvis.

(X) Tomografia Computadorizada

SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO:

Especialista: NCR

Especialista: NCR

MÉDICO SOLICITANTE

PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

PRESCRIÇÕES E CONDUTAS

HORARIO REALIZADO

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO:

Assinatura e Carimbo do Médico



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Ficha de Acolhimento

Nome: <u>Sondoual Oliveira Silva</u>			
End: <u>R. Flávia Lira, 281</u>		Bairro: <u>Centro /</u>	
Data de Nascimento: <u>15.08.44</u>		Documento de Identificação: <u>Mossamora -</u>	
Queixa: <u>de dor</u>	Data do Atend.: <u>18.06.14</u>	Hora: <u></u>	Documento: <u>duela</u>
Acidente de trabalho? () Sim (/) Não			

MOTO

Classificação de Risco

Nível de consciência: () Bom () Regular () Baixo	Aspecto: () Calmo () Fáceis de dor () Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: () Normocerada () Pálida
Deambulação: () Livre () Cadeira de rodas () Maca	

Estratificação

MOD. 110

Amarelo
() Vermelho - atendimento imediato
() Verde - atendimento até 4 horas

() Amarelo - atendimento até 1 hora
() Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional



EXAME SECUNDÁRIO / PARECER MÉDICO

18/6/2017 # Nch
9320108

TCG por acidente com
motorcycle
cl perde de consciência
GIS
sem déficit motor
sem cefaleia
tec sem anormalidade
interconexões relaciona de
ao TCG
Hélio e Húo.

ed: Dificuldade de CV
Observação no vídeo 12
Setor de tratamento p'
CG ou BMF
Parecer de BMF

Georgy Mendes
Neurocirurgião / Neurologista
CRM PB 8733

BMF Paciente com trauma de
cabeça / trauma de face + nariz
1 FIC em face.

história de trauma de
ALUMINATO
(CO) (1) Acidente de trabalho da
na P/ de trauma.

Dr. Fernando Portela
CIRURGIÃO E TRAUMATOLOGISTA
BUCOMAXILOFACIAL
CRO-PB 4429

Min: 19/06 - 10:25

OK - Paciente apresenta clinicamente
estável, sem intercorrências.
Sem queixa.

PFR.

Sem anisocoria

Glasgow 15, sem déficit e quanto

Esquema e abscissa peripupilar.

CD: Alta de Min.

Nariz de BMF

Tomas Carlos Monte Paes
Fisioterapeuta
CRM-PB 7727

DESTINO DO PACIENTE

() Centro cirúrgico

() Internação (setor)

() Transferência a outro SETOR ou HOSPITAL

() Alta hospitalar / () Serviço de

() Jornal de Médica

() Obito

Denise 53411 Rocio Oliveira
Ass. do paciente ou responsável (quando necessário)

SERVIÇOS REALIZADOS:

CÓDIGO/PROCEDIMENTO



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES**

Nome do Paciente <i>Joãoval Oliveira Silva</i>		Nº Prontuário <i>1453353</i>	
Data da Operação <i>22/06/17</i>	Enf.	Leito	
Operador <i>Joãoval Cavalcante</i>	1º Auxiliar <i>Joãoval</i>		
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesia <i>Wanderley</i>	Tipo de Anestesia <i>Genal</i>		
Diagnóstico Pré-Operatório <i>Ext. Fígado D</i>			
Tipo de Operação <i>Ext. Fígado + fixação</i>			
Diagnóstico Pós-Operatório <i>3 meses</i>			
Relatório Imediato da Patologia <i>no exame</i>			
Exame Radiológico no Ato <i>no exame</i>			
Acidente Durante a Operação <i>no exame</i>			

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras
<ul style="list-style-type: none"> - Acesso rotacional - Fígado sub-hepático direito - Divulção dos planos e expansões - Lesão fúrcula no lígado D - Arterias + fixação do lígado manipulado - 24 p.c. - Sutura - Lavagem
Dr. Josué R. Cavalcante
CIRURGIÃO E TRAUMATOLOGISTA
BUCO MAXILOFACIAL CRO - 669

Model 018

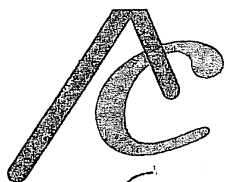
RELATÓRIO DE OPERAÇÃO



HUECC		HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES		ENFERMARIA	LEITO	Nº PRONTUÁRIO	
FOLHA DE ANESTESIA		NOME <i>Sanderval Oliveira Silva</i>			IDADE	SEXO <i>M</i>	COR
DATA <i>22-06-17</i>	PRESSÃO ARTERIAL	PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	ALTURA	
TIPO SANGÜÍNEO	HEMÁCIAS	HEMOGLOBINA	HEMATÓCRITO	GLICEMIA	URÉIA	OUTROS	
	URINA						
AP. RESPIRATÓRIO					ASMA	BRONQUITE	
AP. CIRCULATÓRIO					ELETROCARDIOGRAMA		
AP. DIGESTIVO			DENTES	PESCOÇO	AP. URINÁRIO		
ESTADO MENTAL			ATARÁXICOS	CORTICÓIDES	ALERGIA	HIPOTENSORES	
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO					ESTADO FÍSICO	RISCO	
ANESTESIAS ANTERIORES							
MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA				APLICADA	ÀS	EFEITO	
AGENTES ANESTÉSICOS	Q'					INDUÇÃO	
						Satisf.: _____ Excit.: _____ Tosse: _____	
LÍQUIDOS		<i>(B) (F)</i>				Laringo espasmo: _____ Lenta: _____	
						Náuseas: _____ Vômitos: _____	
						Outros: _____	
						MANUTENÇÃO	
CÓDIGOS	VP. ARTERIAL: O PULSO: O - RESPIRAÇÃO AX - ANESTESIA: O - OPERAÇÃO					ANESTESIA SATISF.: Sim _____ Não _____	
						Não, por quê? _____	
SÍMBOLOS E ANOTAÇÕES						DESPERTAR	
						Reflexos na SO: _____	
						Obstr.: _____ Co ₂ : _____ Excit.: _____	
						Náuseas: _____ Vômitos: _____	
						Outros: _____	
						Com cânula: _____	
						Paro o Leito Sim _____ Não _____	
						CONDIÇÕES: _____	
POSICÃO							
AGENTES		<i>Fent. 2ml + Diaz. - 10mg + Propofol - 18mg + Sevofl. 30ml + C. Fogol. 2ml</i>				CÂNULAS	
TÉCNICA		<i>Aspir. 2ml</i>					
OPERAÇÃO		<i>Drat. CVR Drat. Fied</i>					
CIRURGIÕES		<i>gaguel</i>					
ANESTESISTAS		<i>Mandovich</i>					
OBSERVAÇÕES		<i>[Signature]</i>					
ANOTAR, NO VERSO AS COMPLICAÇÕES PRÉ-OPERATÓRIAS E POS-OPERATÓRIAS.						PERDA SANGÜÍNEA	

FOLHA DE ANESTESIA - SRPB





A. COSTA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.

CNPJ: 02.977.362/0001-62 - INSC. ESTUDAL 16.123.801-7

Rua João Quirino, 548 - Catolé - Campina Grande - Paraíba - CEP: 58410-370

Fones: 83 3337.3628 / 3337.6573 - Fax: 83 3337.3510 - TeleVendas: 0800 281 7161

Paciente: Sandoval Oliveira Silva Data da Cirurgia: 22, 06, 17
Hospital: Emergência e Trauma Prontuário: 1453353
Médico: Dr. Josuel Convênio: SUS
Procedimento: Fratura de Zygoma Código Proc.: _____

Controle Cirúrgico

Nº 00021

Quant.	Descrição do material utilizado	Lote	Cod. Anvisa
01	Placa	2.0	
04	Parafusos Nº 05	2.0	

Dr. Josuel R. Cavalcante
CIRURGIÃO E TRAUMATOLOGISTA
BUCA MAXILOFACIAL - CRO - 669

Verificado por: Rute Circulante: Sil Médico: _____




Assinado eletronicamente por: PATRICIO CANDIDO PEREIRA - 21/03/2019 10:07:33

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19032110054973000000019412597>

Número do documento: 19032110054973000000019412597

NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

PACIENTE: <u>Sondoval Oliveira Silva</u> DN <u>15/08/1941</u>					 GOVERNO DA PARAÍBA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes
QI	LEITE	CONVÊNIO	IDADE	REGISTRO	
	<u>Sala 01</u>	<u>Sus</u>	<u>42 anos</u>	<u>1453353</u>	
CIRURGIA			CIRURGIÃO		
<u>Redução de entreat fixação</u>			<u>Dr. Josuel</u>		
ANESTESIA			ANESTESIA		
<u>geral</u>			<u>Dr. Wanderley</u>		
INSTRUMENTADORA		DATA	INÍCIO	FIM	
<u>Rute</u>		<u>22/06/14</u>	<u>04:00</u>	<u>08:00</u>	
Qtd.	MODIFICAÇÕES ANESTÉSICAS		Bolsa Coelostoma	Qtd.	FIOS
	Adrenalina amp.		Catet. p/ Oxi.		Catgut cromado Sertix
	Atropina amp.		Catet. De Urinar Sist. Fech.	<u>01</u>	Catgut cromado Sertix <u>3-0</u>
<u>01</u>	<u>Propofol 01</u>		Compressa Grande		Catgut cromado Sertix
	Dimore amp.		Compressa Pequena		Catgut Simples
	Colantina amp.		Colonoide		Catgut Simples Sertix
	Efrane ml		Dreno		Catgut Simples Sertix
	Fenegan amp.		Dreno Kerr nº		Catgut Simples Sertix
	Fentanil ml		Dreno Penrose nº		Cera p/ osso
	<u>Sevoflurano</u>		Dreno Pezzer nº		Ethibond
	Ketalar ml		Equipo de Macrogotas		Ethibond
	Mercaina % ml		Equipo de Macrogotas		Ethibond
	Nubahin amp.		Equipo de Sangue		Fio de Algodão Sertix
	Pavulon amp.		Equipo de PVC		Fio de Algodão Sertix
	Protigmine amp.		Esparadrapo Larco cm		Fio de Algodão Sutupak
	Protoxido I/m		Furacim ml		Fio de Algodão Sutupak
	Quelicin ml		Gase Pacote c/ 10 unidades		Fila cardiaca
	Rapifen amp.		H ₂ O ₂ ml	<u>01</u>	Mononylon <u>3-0</u>
	Thionembulal ml		Intracath Adulto		Mononylon
<u>01</u>	Tracrium amp.		Intracath Infantil		Prolene Sertix
Qtd.	MEDICAÇÕES		Lâmina de Bisturi nº 23		Prolene Sertix
	Água Destilada amp.		Lâmina de Bisturi nº 11		Prolene Sertix
<u>01</u>	Decadron amp.		Lâmina de Bisturi nº 15		Prolene Sertix
<u>02</u>	Dipirona amp.		Luvas 7.0		Vicryl Sertix
	Flaxidol amp.		Luvas 7.5		Vicryl Sertix
	Flebocortid amp.		Luvas 8.0		Vicryl Sertix
	Geramicina amp.		Luvas 8.5		
	Glicose amp.		Oxigênio l/m		
	Glucon de Cálcio amp.		Poliflix		
	Haemacel ml		PVPI Degemante ml		
	Heparema ml		PVPI Tópico ml	Qtd.	SOROS
	Kanakion amp.		Sabão Antisséptico		SG Normotérmico fr 500 ml
	Lasix amp.		Saco coletor <u>8/10</u>		SG Gelado fr 500 ml
	Medrotinazol.		Seringa desc. 10 ml		SG Hipertérmico fr 500 ml
	Plasil amp.		Seringa desc. 20 ml		SG Ringr fr 500 ml
	Prolamina		Seringa desc. 05 ml		SG fr 500 ml
	Revivan amp.		Sonda		
	Stuplanon amp.		Sonda Foley	Qtd.	ORTESE E PRÓTESE
<u>02</u>	<u>Cefazolin</u>		Sonda Nasogátrica		<u>Material usado</u>
<u>01</u>	<u>Ceftriaxona</u>		Sonda Uretral nº		<u>da A. Costa</u>
<u>01</u>	<u>nausea</u>		Sterydrem ml		<u>(Rute)</u>
			Torneirinha		
Qtd.	MATERIAIS / SOLUÇÕES		Vaselina ml		
	Agulha desc. 25 x 7		Gelcon 18		
	Agulha desc. 28 x 28		Latese		
	Agulha desc. 3 x 4.5				
	Agulha p/ raque nº				
	Álcool de Enfermagem				
	Álcool Iodado ml				
	Ataduras de Crepon				
	Ataduras de Gessada				
	Azul metileno amp.				
	Benzina ml				
			EQUIPAMENTOS		
			<input checked="" type="checkbox"/> Oxímetro de Pulso () Foco Auxiliar () Serra () Eletrocautério () Desfibrilador () Oxícapiógrafo <input checked="" type="checkbox"/> Foco Frontal <u>8-120</u> <input checked="" type="checkbox"/> Cardiomonitor () Fonte de Luz () Perfurador Elétrico		
			CIRCULANTE RESPONSÁVEL		
			Silvana Albuquerque Santos TEC. DE ENFERMAGEM COREN - PB 904981		

MOD 066



Diagnóstico

Fratura de C.7. C.8. J. 1. 01

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

OK!
90%Paciente Sondoval Oliveira Silva Alojamento 08 Leito 7 Convênio

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
10/11	1) Dorso 100 mg / 100 mg	0	BLL/F!
11/11	2) S.F. 0.5g / 1000 ml / 0.5g	1 ^a 08	paciente vítima de
12/11	3) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	5	acidente de moto, com
13/11	4) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	avulsão costal com
14/11	5) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	do C.7. C.8. J. 1. 01
15/11	6) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	edema e hemorragia
16/11	7) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	na base D1. com oblação
17/11	8) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	5.7. 500 ml / 1000 ml
18/11	9) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
19/11	10) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
20/11	11) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
21/11	12) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
22/11	13) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
23/11	14) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
24/11	15) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
25/11	16) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
26/11	17) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
27/11	18) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
28/11	19) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
29/11	20) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
30/11	21) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
01/12	22) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
02/12	23) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
03/12	24) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
04/12	25) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
05/12	26) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
06/12	27) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
07/12	28) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
08/12	29) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
09/12	30) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
10/12	31) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
11/12	32) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
12/12	33) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
13/12	34) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
14/12	35) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
15/12	36) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
16/12	37) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
17/12	38) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
18/12	39) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
19/12	40) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
20/12	41) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
21/12	42) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
22/12	43) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
23/12	44) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
24/12	45) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
25/12	46) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
26/12	47) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
27/12	48) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
28/12	49) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
29/12	50) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
30/12	51) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
31/12	52) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
01/01	53) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
02/01	54) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
03/01	55) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
04/01	56) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
05/01	57) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
06/01	58) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
07/01	59) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
08/01	60) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
09/01	61) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
10/01	62) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
11/01	63) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
12/01	64) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
13/01	65) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
14/01	66) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
15/01	67) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
16/01	68) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
17/01	69) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
18/01	70) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
19/01	71) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
20/01	72) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
21/01	73) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
22/01	74) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
23/01	75) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
24/01	76) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
25/01	77) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
26/01	78) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
27/01	79) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
28/01	80) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
29/01	81) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
30/01	82) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
31/01	83) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
01/02	84) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
02/02	85) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
03/02	86) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
04/02	87) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
05/02	88) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
06/02	89) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
07/02	90) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
08/02	91) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
09/02	92) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
10/02	93) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
11/02	94) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
12/02	95) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
13/02	96) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
14/02	97) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
15/02	98) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
16/02	99) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01
17/02	100) S.F. 5.7. 500 ml / 1000 ml	12 24	fratura de C.7. C.8. J. 1. 01

Dr. Francisco A. de Moraes
CIRURGIÃO DE MAXILOFACIAL
CRO - PB. 1.026Dr. Francisco A. de Moraes
CIRURGIÃO DE MAXILOFACIAL
CRO - PB. 1.026

MOD. 035





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Diagnóstico

FRASSADA ZILDA MARIA E NOBILITA

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente: SANDRA OLIVEIRA SILVA Alojamento: 10 Leito: 7-3 Convênio:

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
20/03/19	(1) Diet. 1000ml EV 12h (2) Diet. 1000ml EV 12h (3) Diet. 1000ml EV 12h (4) Diet. 1000ml EV 12h (5) Diet. 1000ml EV 12h (6) Diet. 1000ml EV 12h (7) Diet. 1000ml EV 12h	10/20 12/24 12/24 12/24 12/24 12/24 12/24	PMF: F. 1000ml 3º D. 12h do sistema de 1000ml sem efeitos colaterais após 12h de tratamento satisfatório.
	SINAIS VITAIS ESTÁVEL HIGIENE ORAL	11/03/19	Dr. Sandro Pereira B.M.F.
	Dr. Sandro Pereira Cirurgia Bucal-Maxilo-Facial Implantodontia CRM-PB 4441		Dr. Sandro Pereira Cirurgia Bucal-Maxilo-Facial Implantodontia CRM-PB 4441

MOD. 035



Diagnóstico

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Fratura de fíbula + úna

Paciente: Sadoia, Oliveira Silva Alojamento: J1111111111111111 Leito: 7-3 Convênio:

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
01/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	12h	12h
02/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
03/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
04/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
05/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
06/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
07/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
08/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
09/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
10/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
11/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
12/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
13/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
14/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
15/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
16/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
17/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
18/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
19/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
20/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
21/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
22/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
23/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
24/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
25/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
26/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
27/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
28/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
29/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
30/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h
31/03/17	SE 0,5g. 4x/dia	18h	18h

Flaviano Falcão de Araújo
CIRURGIABMF E IMPLANTODONTIA
CRO-31651PB/38491RN

Flaviano Falcão de Araújo
CIRURGIABMF E IMPLANTODONTIA
CRO-31651PB-38491RN





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Diagnóstico

Art. Ent. 2º grau B

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente Sandroval Oliveira LPA Alojamento 7-3 Leito 7-3 Convênio

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
17	1) Dado livre		Paciente submetido a redução de fratura por tração e fixação com 2 parafusos cerclados
17	2) Selo salivar de ev		
17	3) Drenagem de EV		
17	4) Drenagem de EV		
17	5) Curativos gerais		
	Dr. Josué R. Cavalcante CIRURGIÃO E TRAUMATOLOGISTA BUÇO MAXILO FACIAL - CRO - 669		
			Dr. Josué R. Cavalcante CIRURGIÃO E TRAUMATOLOGISTA BUÇO MAXILO FACIAL - CRO - 669
23	Alta hospitalar, oper. de		
16	mitochondria		
17			
	Dr. Josué R. Cavalcante CIRURGIÃO E TRAUMATOLOGISTA BUÇO MAXILO FACIAL - CRO - 669		

MOD. 035



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Sandra Oliveira Registro: Leito: 7-5 Setor Atual: Ne

2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: °C; P: bpm; FR: irpm; PA: mmHg; FC: bpm; SPO2: %
HGT: mg/dl; Peso: Kg; Altura: cm Dor: () Local: Obs.:

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: () Consciente () Orientado () Confuso () Letárgico () Torporoso () Comatoso () Outro

GLASGOW(3-15): Drogas (Sedação/Analgesia):

Pupilas: () Isocóricas () Anisocóricas () D>E () E>D () Fotorreagentes () Mióticas () Midríaticas

Mobilidade Física: () Preservada () Paresia () Plegia () Parestesia Local:

Linguagem: () Qual? () Disfonia () Afasia () Disfasia () Disartria.

Obs:

OXIGENAÇÃO

Respiração: () Espontânea () Cateter Nasal () Venturi % l/min () Traqueostomia () Ayre/Tubo T

() VMNI () VMI TOT nº Comissura labial nº FIO2 % PEEP cmH2O

() Eupnéia; () Taquipnéia () Bradipnéia () Dispnéia () Outros:

Ausculata pulmonar: Murmúrio vesicular presente: () Diminuídos () D () E

Ruidos adventícios: () Roncos () Sibilos () Estridor () Outros:

Tosse: () Improdutiva () Produtiva Expectoração: () Quantidade e aspecto:

Aspiração: Quantidade e aspecto: Dreno de tórax: () D () E () Selo d'água:

Data da inserção do dreno / / Aspecto da drenagem torácica:

Gasometria arterial: PH PCO2 PO2 HCO3 EB SpO2 Data: / / Hora:

PERCEPÇÃO DOS ÓRGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: () Visão () Audição () Tato () Olfato () Paladar Observação:

SEGURANÇA FÍSICA

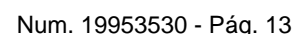
() Tranquilo () Agitado () Agressivo. () Risco de queda. Observação:

REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: () Regular () Irregular () Impalpável () Filiforme () Cheio.



FONTE: BORDINHÃO, R.C. Coleta de dados por meio de grupo focal. Porto Alegre (2009).





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 001.2019.604398

Data Vencimento: 31/03/2019

Data Emissão: 21/03/2019

Comarca: Campina Grande

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7

Promovente: SANDOVL OLIVEIRA SILVA

Promovido: SEGURDORA LIDER DOS ONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Valor da Causa: R\$ 9.450,00

Despesas Processuais: R\$ 5,00

Custas: R\$ 495,40

Taxa: R\$ 141,75


Total da Guia: R\$ 642,15



Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.



Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 001.9.19.04398/01
			Data de emissão: 21/03/2019
Nº do Processo:	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2019
Número da guia: 001.2019.604398		Tipo da Guia: Custas Prévias	UFR vigente: R\$ 49,54
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 495,40 - Taxa Judiciária: R\$ 141,75 - Despesas processuais postais: R\$ 5,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 643,50
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Desconto total: R\$ 0,00
866100000060 435009283183 520190331006 191904398010 			Valor final: R\$ 643,50

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 001.9.19.04398/01
			Data de emissão: 21/03/2019
Nº do Processo:	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2019
Número da guia: 001.2019.604398		Tipo de Guia: Custas Prévias	UFR vigente: R\$ 49,54
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 495,40 - Taxa Judiciária: R\$ 141,75 - Despesas processuais postais: R\$ 5,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 643,50
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Desconto total: R\$ 0,00
866100000060 435009283183 520190331006 191904398010 			Valor final: R\$ 643,50

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 001.9.19.04398/01
			Data de emissão: 21/03/2019
Nº do Processo:	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2019
Número da guia: 001.2019.604398		Tipo de Guia: Custas Prévias	UFR vigente: R\$ 49,54
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 495,40 - Taxa Judiciária: R\$ 141,75 - Despesas processuais postais: R\$ 5,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 643,50
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Desconto total: R\$ 0,00
866100000060 435009283183 520190331006 191904398010 			Valor final: R\$ 643,50





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE CAMPINA GRANDE

8ª VARA CÍVEL

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0805886-86.2019.8.15.0001

DESPACHO

Vistos.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, em que a parte autora pleiteia o pagamento de indenização atinente ao mencionado seguro.

Na conformidade da nova sistemática do CPC, sabe-se que, em seu art. 334, há determinação expressa para designação de audiência prévia de conciliação/mediação antes da apresentação de defesa do réu, no intuito de tentar promover a composição amigável entre as partes. Tal norma admite apenas duas hipóteses de exceção, a saber: havendo manifestação de vontade de ambas as partes pela não realização da audiência e quando o feito não admitir composição.

Em demandas desta natureza, apesar deste Juízo já ter determinado a designação de diversas audiências, as Seguradoras, de forma reiterada, afirmam acerca da inviabilidade de qualquer acordo antes da realização da prova técnica.

Desta feita, diante da necessidade de prévia perícia médica, *infrutífera será qualquer tentativa de acordo antes da prova técnica.*



Assim, pelas razões expostas, deixo de aprazar audiência de conciliação prévia.

Este Juízo certifica, que, após pesquisa no sistema PJe, não foi encontrada nenhuma ação semelhante em nome do autor em trâmite ou já arquivada.

Cite-se a parte promovida, para, no prazo de 15 dias, querendo, apresentar contestação, sob pena de revelia.

Após, **intime-se** a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação, nos termos do art. 351 do CPC.

Por fim, **DEFIRO** ao promovente a gratuidade da justiça, em face da inexistência de fundadas razões para o indeferimento do benefício (Lei 1.060/50, art. 5º; CPC, art. 99, §§ 2º e 3º), esclarecendo que ele compreende todos os atos do processo até decisão final do litígio, em todas as instâncias (Lei 1.060/50, art. 9º, c/c CPC, art. 98, § 1º)

Cumpra-se.

Campina Grande, 21 de março de 2019.

Leonardo Sousa de Paiva Oliveira

Juiz de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
8º Vara Cível
Comarca de Campina Grande

Processo nº 0805886-86.2019.8.15.0001

DESTINATÁRIO(A): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A
R SENADOR DANTAS, nº 74, 5º ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

REMETENTE:

UNIDADE JUDICIÁRIA: 8.ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE - FÓRUM AFFONSO CAMPOS

RUA: VICE-PREFEITO ANTÔNIO CARVALHO DE SOUSA, S/N

BAIRRO: ESTAÇÃO VELHA

CIDADE: CAMPINA GRANDE-PB

CEP: 58.410-050

Nº do processo: 0805886-86.2019.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CARTA DE CITAÇÃO



De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, CITO Vossa Senhoria **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**, para que tome conhecimento de todo o conteúdo da Ação supra e, querendo, contestá-la, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 247 e seguintes do C P C .

ADVERTÊNCIA: Caso o promovido(a), ora citado(a), não ofereça(m) contestação, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados contra ele(a).

Campina Grande-PB, 23 de abril de 2019.

MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA

Téc./Anal. Judiciário

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ E DOCUMENTOS DO PROCESSO ACIMA MENCIONADO ACESSE O LINK:
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento"
INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

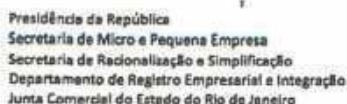
Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	1903211007253600000019412298
ação de DPVAT- invalidez - sandoval oliveira silva	Outros Documentos	19032110065472900000019412655
comprovante de negativa administrativa junto a lider	Documento de Comprovação	19032110064647600000019412650
procuração e declaração de pobreza	Procuração	19032110063692300000019412645
documentos pessoais e comprovante de residencia	Documento de Identificação	19032110062178400000019412634
certidão policial e DUT da moto	Documento de Comprovação	19032110061271300000019412616
encaminhamento	Documento de Comprovação	19032110055875000000019412607
prontuario medico - HETDLGF	Documento de Comprovação	19032110054973000000019412597
guia de custas previas	Documento de Comprovação	19032110053608400000019412591
Despacho	Despacho	19032114580410600000019424414



SEGUE ANEXO.





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF

33.3.0028479-6

Types of Pollution

Sociedade anônima

Boite à Embarcadere

Normal

NO An Dentrolin

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Ultima Arguementor

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO

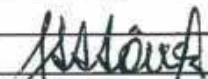
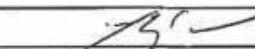
Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149055 e demais constantes do termo de

autenticidade.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4856AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerj.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



JUCEFLIA



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 28/05/2019 15:33:10

<http://pie.tipb.ius.br:80/pie/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19052815330753400000020913811>

Número do documento: 19052815330753400000020913811

Num. 21524513 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FPD5CF68740F233E496AFDA80E1F88	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 5/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: PD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/ , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	



Número do documento: 19052815330753400000020913811



4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

10/11



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

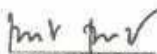
ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Benwanger
Secretário Geral

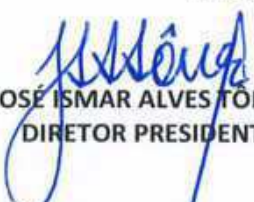
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	AD528690 088674
Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X0000524453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho	da verdade.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		Total
EOLP-56881 HQT, EOLP-56882 GHS		CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ Paula Cristina A. D. Gaspar : 3,9% Escrevente : 10796-48062 série 09077 ME Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94
https://www3.tjri.jus.br/sitepublico		



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08058868620198150001

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SANDOVAL OLIVEIRA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **18/06/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **21/08/2017**.

Constata-se, pelos documentos acostados à exordial, que o veículo causador dos danos era de propriedade da própria vítima reclamante da indenização. Assim, o acidente narrado não possui cobertura pelo Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que o autor proprietário do veículo encontrava-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório na ocasião do sinistro.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Constata-se, pelos documentos acostados à exordial, que o veículo causador dos danos era de propriedade da própria vítima reclamante da indenização. Assim, o acidente narrado não possui cobertura pelo Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que o autor proprietário do veículo encontrava-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório na ocasião do sinistro.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;







Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Sua busca por placa: MNI6294 UF: PB CATEGORIA: 09*

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
+	2014	R\$292,01	Quitado	
+	2010	R\$255,14	Quitado	
+	2009	R\$259,04	Quitado	
+	2008	R\$255,13	Quitado	

(*) Motocicleta

Contudo, é cristalino que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 332/2015, em seu art. 17, §2º.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes, através do DENATRAN.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Frise-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74^x, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios. Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.



A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁴.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁵.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁶, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

⁶“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO. Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90. 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁷.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁸

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;

inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

⁷“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁸art. 1º . (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 25 de maio de 2019.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **SANDOVAL OLIVEIRA SILVA**, em curso perante a **8ª VARA CÍVEL** da comarca de **CAMPINA GRANDE**, nos autos do Processo nº 08058868620198150001.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 28/05/2019 15:33:15
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19052815331270400000020913814>
Número do documento: 19052815331270400000020913814



8ª Vara Cível de Campina Grande

Nº do processo: 0805886-86.2019.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação, nos termos do art. 351 do CPC.

Advogado: PATRICIO CANDIDO PEREIRA OAB: PB13863-B Endereço: desconhecido

Campina Grande, em 30 de maio de 2019.

MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA

Técnica Judiciário



EM ANEXO - FORMATO PDF



EXCELENTÍSSIMO(A) Sr(A) Dr(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB,

PROCESSO: 0805886-86.2019.8.15.0001

AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT POR INVALIDEZ

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

PROMOVIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, já devidamente qualificado, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA, processo número a epígrafe, que tramita perante este Douto Juízo, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, apresentar IMPUGNAÇÃO a CONTESTAÇÃO, em tempo hábil, expondo e ao final requer o seguinte:

-DA CONTESTAÇÃO:

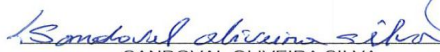
Como narrado na exordial, o O promovente foi vítima de acidente automobilístico, fato verificado no dia 18 DE JUNHO DE 2017, no período da tarde, numa estrada vicinal, nas proximidades do Sítio Cachoeira de Pedra D'Água, zona rural de Massaranduba/PB.

O sinistro se deu quando o autor conduzia a motocicleta HONDA CG 150 TITAN KS - COR VERMELHA - ANO 2006 - PLACAS MNI 6294 PB, e na referida estrada vicinal, nas proximidades do Sítio Cachoeira de Pedra D'Água, perdeu o controle da mesma num declive, após passar por um grande buraco, tombando bruscamente ao solo. Tudo conforme CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL – VERSANDO SOBRE ACIDENTE DE TRÂNSITO anexado a inicial no ID nº 19953549.

Declarou que:

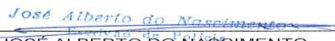
Informa o declarante, que no final da tarde do dia 18.06.2017, estava trafegando por uma estrada vicinal localizada no Sítio cachoeira de Pedra D'água, área rural de Massaranduba/PB, conduzindo a motocicleta HONDA/CG 150 TITAN KS, ano/modelo 2006/2006, cor vermelha, chassi nº 9C2KC08106R905367, de placa MNI-6294/PB, licenciada em seu nome (Sandoval Oliveira da Silva), quando em um declive perdeu o controle de direção e caiu ao solo, após passar por um grande buraco existente na estrada, sofrendo ferimentos graves na região da face, além de escoriações generalizadas pelo corpo, ficando um pouco desorientado, sendo socorrido por populares e encaminhado para o Hospital Regional de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamentos médicos, conforme documentos apresentados nesta Delegacia; Que, os Policiais Militares do BPTran não estiveram no local e portanto não foi confeccionado o boletim de acidente de Trânsito; Que, no momento do acidente o tempo encontrava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não encontrando-se o declarante sob a influência de bebida alcoólica. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou FE.

Campina Grande, Segunda-feira, 21 de Agosto de 2017



SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

Declarante



JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO

Escrivão



O autor foi socorrido para o HOSPITAL LOCAL (Encaminhamento anexo) e conduzido para o HOSPITAL DE EMERGENCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES, nesta cidade de Campina Grande/PB, conforme ID nº 19953540.

ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
Secretaria Municipal de Saúde

P/ Sandoval Oliveira Silva

Encaminhamento

Paciente vítima de colisão moto x
Carro de trânsito no serviço
com cortes em glabella e região
temporal + estenose periorbital
bilateral e sinal de guaximum ⊕
Dogo de muros, vômitos e náuseas
no momento do socorro.

Vale ressaltar, que devido sinistro o autor sofreu vários traumas pelo corpo, em especial, fraturas nos ossos da face, onde sofreu intervenção cirúrgica, conforme prontuário anexado aos autos.

ATENDIMENTO URGÊNCIA		CLASS. DE RISCO: VERMELHO
PRONT (B.E) Nº: 1453353		
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CNPJ: 08.778.268/0038-52		
Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809 Data: 18/06/2017		
Boletim de Emergência (B.E) - Modelo 07 Atendente: Patricia Maria Gonçalves		
PACIENTE: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA	CEP: 58120000	Nascimento: 15/08/1974
Endereço: RUA EULALIA ZECA	Sexo: M	Telefone: 81441086
Cidade: Massaranduba	Idade: 042	Bairro: CENTRO
Nome da Mãe: TERESINHA OLIVEIRA SILVA	RG:	Nº: 281
Responsável:	CPF: 02820008445	Profissão: OP DE MAQUINAS
Estado Civil: Casado(a)	Data de Atend: 18/06/2017	CNS: 706003374258046
Motivo: ACIDENTE DE MOTO	Hora: 18:47:01	CONVÊNIO: SUS
Médico: _	CRM:	Especialidade:



Painel Administrativo

Wagner

EXAME PRIMÁRIO - DADOS CLÍNICOS

Paciente atendido, vítima de crise de mto não foi ao de
corte longo com imobilização adequada. Alguns pontos de
do encadernação. Constatado, no momento que a de
de um local de um região frontal

TOPOGRAFIA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Nome do Paciente <i>Landival Oliveira Silva</i>		Nº Prontuário <i>1453353</i>	
Data da Operação <i>28/06/17</i>	Enf.	Leito	
Operador <i>João Carlos</i>	1º Auxiliar <i>João</i>		
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesia <i>Wandley</i>	Tipo de Anestesia <i>Geral</i>		
Diagnóstico Pré-Operatório <i>Ext. Fixação D</i>			
Tipo de Operação <i>Ext. Fixação + fixação</i>			
Diagnóstico Pós-Operatório <i>1. mesmo</i>			

-DO MERITO:

-DO SUPOSTO ÔNUS DA PROVA:

Douto Juiz, sem delongas para não deixar a peça exaustiva, temos a dizer que toda documentação necessária ao deslinde da demanda foram devidamente anexados a presente ação.

Assim, descabida a alegação do ônus da prova, pois, pois está clarividente nos autos a veracidade dos fatos alegados pelo autor.

-DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTO TÉCNICO – PERICIAL IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO:

Em nenhum momento a lei faz óbice a realização de perícia no autor, ao contrário, neste rito é perfeitamente cabível tal requerimento. Tanto o é, que existe o Convenio do Tribunal de Justiça da Paraíba com a Seguradora Líder para Fins de realização de perícia medica.



CONVÊNIO Nº 015/2014

TERMO DE CONVÊNIO DE
COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL QUE
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DA PARAÍBA E A
SEGURADORA LÍDER DOS
CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,
NOS TERMOS ABAIXO ADUZIDOS.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, estabelecido na Praça João Pessoa, s/n, Centro, João Pessoa-PB, CEP: 58013-902, inscrito no CNPJ nº 09.283.185/0001-63, neste ato representado por seu Presidente Desembargador **ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA**, portador da Cédula de Identidade nº 671.161 SSP/PB; inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 020.464.404-63 doravante denominado **TRIBUNAL**, e a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, na qualidade de gestora do seguro DPVAT no Brasil, neste ato representada, por seu Diretor Presidente, **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF 728.150.517-53 – identidade Detran-RJ 03891764-7 e por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, doravante denominada **SEGURADORA LÍDER**, ajustam a celebração do presente **CONVÊNIO**, sob sujeição às normas da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, fazendo-o em observância das seguintes cláusulas e condições:

-DA PROVA PERICIAL:

A norma que rege o DPVAT, Lei n. 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, e do dano decorrente, independentemente da existência da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

“INDENIZAÇÃO- SEGURO –DPVAT- ACIDENTE DE TRANSITO- INVALIDEZ PERMANENTE- PROVA- Evidenciado nos autos as provas necessárias a demonstrar o acidente de transito e os danos permanentes na vítima, impõem-se o pagamento do seguro obrigatório DPVAT. (TAMG – AC 0315761-7 - 6º C. Civ- Rel. Juiz Darcio Lopardi Mendes – J. 21/09/2000).

-DO VALOR DEVIDO:

A Lei nº. 6.194/74, que disciplina e rege o seguro obrigatório DPVAT, determina o pagamento da indenização as vítimas de acidente de trânsito, em casos de invalidez, conforme dispõe o art. 3º, II, *in verbis*:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).(...)



II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)'' – grifamos

-DO REQUERIMENTO:

Pelo Exposto, requer a Vossa Excelência, julgar improcedente as preliminares suscitadas pela demandada, por serem a mesmas desprovidas de amparo legal, nos termos do Art. 5º da Lei nº 6.194/74, seja finalmente julgada procedente a presente demanda.

REQUEREMOS, **TAMBÉM, A VOSSA EXCELÊNCIA, a realização de perícia no(a) autor(a), VISTO QUE AS PARTES JÁ JUNTARAM QUESITOS JUNTO A INICIAL E CONTESTAÇÃO, RESPECTIVAMENTE.**

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Campina Grande/PB, em 12 de junho de 2019.

Patrício Cândido Pereira
OAB/PB n. 13.863-B





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE CAMPINA GRANDE

8ª VARA CÍVEL

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0805886-86.2019.8.15.0001

DESPACHO

Vistos.

Com a finalidade de realização de prova pericial na parte promovente, **NOMEIO** como perito o Dr. Carlos Alberto Figueiredo, com endereço na Rua José de Alencar, 441, Prata, Campina Grande/PB (e-mail: carlosfig@globo.com).

Assim, **intime-se** o perito nomeado para, **no prazo de 10 (dez) dias**, dizer se aceita o encargo, informando que os honorários foram arbitrados em R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme Convênio nº 015/2014, firmado entre a Seguradora Líder e o TJ/PB. Enviem-se cópias dos documentos necessários.

Havendo aceitação do encargo pelo(a) perito(a) designado(a), **intimem-se** as partes, por advogado, e a **parte promovente, também, pessoalmente**, para comparecerem no dia, hora e local indicado pelo(a) *expert* para a realização da perícia, bem como apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, se assim desejarem. Na mesma oportunidade, **intime-se** a Seguradora demandada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento dos honorários periciais.



Atente-se a parte demandante de que deverá levar para o exame pericial atestados, laudos, exames e quaisquer outros documentos médicos referentes à incapacidade em questão.

Após, enviado o laudo pericial para esta Escrivania, proceda-se à **intimação** das partes para, querendo, se pronunciar sobre o mesmo, **no prazo comum de 15 (quinze) dias**, nos termos do art. 477, § 1º, do CPC.

Cumpra-se.

Campina Grande, 12 de junho de 2019.

Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga

Juíza de Direito Titular



CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

Campina Grande, 13 de junho de 2019.

MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ENDI

Ilmo(a). Sr(a).

REP. LEGAL DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS S/A

CEP/

Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro

CEP.: 20.031-205 – Rio de Janeiro - RJ

Processo nº 0805886-86.2019.8.15.0001

DECL

(Carta de Citação)

DE L'ENVOI

☐ PRIORITARIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA

UNIDADE DE DESTINO

BUREAU DE DESTINATION

SEGURADORA

07/05/19

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

07 MAI 2019

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

ASSINATURA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

JOSE CARLOS X. OLIVEIRA



DO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JT 80045753 0 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

ESTADO DA PARAIBA
PODER JUDICIÁRIO
FÓRUM AFFONSO CAMPOS
8ª VARA CÍVEL
Rua Vice Prefeito Antônio de Carvalho Souza, s/n
CEP: 58.410-050 - Estação Velha
Campina Grande - PB

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



EXCELENTÍSSIMO(A) Sr(A) Dr(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB,

PROCESSO: 0805886-86.2019.8.15.0001

AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT POR INVALIDEZ

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

PROMOVIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, AÇÃO DE COBRANÇA, que promove em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

MM. Juiz, em atendimento ao despacho contido no ID nº 21964866, temos a dizer que, com relação a perícia a parte autora não indicará assistente técnico.

Já com relação à apresentação dos quesitos, estes seguem abaixo:

- 1- O(a) autor(a) sofreu algum DANO devido ao acidente de trânsito?
- 2- Qual o membro/sentido afetado(s)? Há ou não fratura(s) não-consolidada(s)?
- 3- Sofre o(a) autor(a) alguma invalidez ou debilidade no(s) membro/sentido(s) afetado(s)?
- 4- Caso positivo, qual o grau de invalidez do(s) membro/sentido(s) afetado(s)?
- 5- Esclarecer se existe nexos causal entre o acidente noticiado e a lesão apresentada pelo(a) autor(a)?
- 6- Queira o perito esclarecer tudo que mais julgue necessário.

Nestes termos,



Pede e Espera deferimento.
Campina Grande/PB, 18 de junho de 2019.

Patrício Cândido Pereira

OAB-PB nº 18.863-B.





Estado da Paraíba - Poder Judiciário

Comarca de Campina Grande

Juízo de Direito da 8.^a Vara Cível

Fórum Affonso Campos, rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Estação Velha,



Campina Grande-PB – Telefone (083) 3310-2540 – CEP 58.410-050

Número do Processo: 0805886-86.2019.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Certidão

Certifico e dou fé que, como havia duas marcações para perícia com o mesmo perito, pedi por e-mail que acrescentasse a perícia destes autos, e a secretária do médico confirmou o agendamento por telefone. Junto aos autos a petição com a marcação. Perícias por ordem de chegada a partir das 09:00.

Campina Grande-PB, 18 de junho de 2019

ANALINE BORGES CIRNE

Anal./Téc. Judiciário





Oitava Cível Campina Grande <oitavacivelcg@gmail.com>

nomeação e intimação processos 0823484-87.2018.8.15.0001 e 0821290-17.2018.8.15.0001

Gastro Clinica Campina Grande <gastroclinicacg@yahoo.com.br>
Para: Oitava Cível Campina Grande <oitavacivelcg@gmail.com>

11 de junho de 2019 14:59

Boa tarde!

Venho por meio deste, informar que dispomos da data **09/07/2019** às 09:00 horas da manhã, para marcação da perícia médica **PARA FINS DE INDENIZAÇÃO SEGURO DPVAT.**

Caso a data seja acatada, solicitamos a confirmação da mesma e, ainda, informamos que o autor deverá comparecer na data e horário acima citados, portando cópias do boletim de ocorrência e prontuário médico. O endereço para comparecimento é: **Rua José de Alencar, Nº 441**, no bairro da Prata, Campina Grande-PB (Funcionamos dentro do Laboratório Unilap).

Cordialmente,

Paula Cristiane
Atendente
Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho
Perito Médico CRM - 5379 - PB
Fone: (83) 3321-3829 / 3342-0001 / 3099-5668

[Texto das mensagens anteriores oculto]





8ª Vara Cível de Campina Grande

Nº do processo: 0805886-86.2019.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

Intime-se a autora, por seu advogado, de que foi nomeado o perito Carlos Alberto Figueiredo Filho para proceder com perícia da parte autora, devendo o autor comparecer à perícia marcada para o dia 09/07/2019, por ordem de chegada a partir das 09:00 horas da manhã, no consultório situado na Rua José de Alencar, nº 441, Jardim Paulistano (Funcionamos dentro do Laboratório Unilap).

Deverá o autor levar para o exame boletim de ocorrência e prontuário médico.

Advogado: PATRICIO CANDIDO PEREIRA OAB: PB13863-B Endereço: desconhecido

Campina Grande, em 19 de junho de 2019.

De ordem, MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA





Estado da Paraíba - Poder Judiciário
Comarca de Campina Grande
Juízo de Direito da 8.ª Vara Cível
Fórum Affonso Campos, rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Estação Velha,
Campina Grande-PB – Telefone (083) 3310-2540 – CEP 58.410-050

Nº do processo: 0805886-86.2019.8.15.0001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

MANDADO DE INTIMAÇÃO AUTORA PERÍCIA

O MM. Juiz de Direito da vara supra manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, INTIME o autor SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, residente na Rua EULALIA DA SILVA ZECA, 281, CENTRO, MASSARANDUBA - PB - CEP: 58120-000, para comparecer à perícia designada pelo perito Carlos Alberto Figueiredo Filho para o dia 09/07/2019, por ordem de chegada a partir das 09:00 horas da manhã, no consultório situado na Rua José de Alencar, nº 441, Jardim Paulistano (Funcionamento dentro do Laboratório Unilap).

Deverá o autor levar para o exame pericial cópias do boletim de ocorrência, prontuário médico e quaisquer outros documentos médicos referentes à incapacidade em questão. Deverá a autora, também, comparecer à perícia com roupas que permitam a avaliação da área a ser periciada.

Campina Grande, em 19 de junho de 2019.

MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA

Técnica Judiciário





8ª Vara Cível de Campina Grande

Nº do processo: 0805886-86.2019.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

Intime-se a promovida, por seu advogado, de que foi nomeado o perito Carlos Alberto Figueiredo Filho para proceder com perícia da parte autora, devendo o autor comparecer à perícia marcada para o dia 09/07/2019, por ordem de chegada a partir das 09:00 horas da manhã, no consultório situado na Rua José de Alencar, nº 441, Jardim Paulistano (Funcionamos dentro do Laboratório Unilap).

Intime-se também para, se assim desejar, indicar em 05 (cinco) dias assistentes técnicos e apresentar quesitos.

Intime-se, ainda, a Seguradora demandada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento dos honorários periciais.

Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: AV PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 307, CENTRO, CAMPINA GRANDE - PB - CEP: 58400-052

Campina Grande, em 19 de junho de 2019.

MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA

Técnica Judiciário



SEGUE ANEXO.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08058868620198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SANDOVAL OLIVEIRA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 25 de junho de 2019.

JOÃO BARBOSA

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 27/06/2019 16:48:55
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19062716485264300000021637161>
Número do documento: 19062716485264300000021637161

Num. 22289744 - Pág. 2

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, dirigi-me ao endereço indicado, e aí sendo, deixei de intimar SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, tendo em vista que a mesma trabalha em Campina Grande, saí cedo e só retorna a noite, conforme informação de sua mãe Terezinha Oliveira Silva, que ficou com uma cópia do mandado para entregar a sua filha.

Campina Grande, 03.07.2019

ADEMAR JOSÉ DOS SANTOS

OFICIAL DE JUSTIÇA



SEGUE ANEXO.





Nº DA PARCELA	0	DATA DO DEPÓSITO	02/07/2019	AGÊNCIA (PREF / DV)	63	Nº DA CONTA JUDICIAL	1600101773245
DATA DA GUIA	01/07/2019	Nº DO PROCESSO	080588620198150001	TRIBUNAL	TRIBUNAL DE JUSTICA	TIPO DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	CAMPINA GRANDE	ORGÃO/VARA	8 VARA CIVEL	DEPOSITANTE	RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO DE PESSOA	Jurídico	CPF / CNPJ	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	SANDOVAL OLIVEIRA SILVA			TIPO DE PESSOA	Física	CPF / CNPJ	02820008445
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA	6A25B708AFF03F65						





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08058868620198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SANDOVAL OLIVEIRA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

CAMPINA GRANDE, 10 de julho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



SEGUE ANEXO.



Nº DA PARCELA	0	DATA DO DEPÓSITO	02/07/2019	AGÊNCIA (PREF / DV)	63	Nº DA CONTA JUDICIAL	1600101773245
DATA DA GUIA	01/07/2019	Nº DO PROCESSO	08058868620198150001	TRIBUNAL	TRIBUNAL DE JUSTICA	TIPO DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	CAMPINA GRANDE	ORGÃO/VARA	8 VARA CIVEL	DEPOSITANTE	RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO DE PESSOA	Jurídico	CPF / CNPJ	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	SANDOVAL OLIVEIRA SILVA			TIPO DE PESSOA	Física	CPF / CNPJ	02820008445
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA	6A25B708AFF03F65						



Rio de Janeiro, 03 de Maio de 2018

Aos Cuidados de: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

Nº Sinistro: 3180190288

Vítima: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

Data do Acidente: 18/06/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180190288**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Autorização de pagamento
- DUT não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01235/01236 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 12738964



Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **SANDOVAL OLIVEIRA SILVA**
Nº Sinistro: **3180190288**
Vítima: **SANDOVAL OLIVEIRA SILVA**
Data do Acidente: **18/06/2017**
Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180190288**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Autorização de pagamento faltando página

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01787/01788 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13247099





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180190288

Vítima: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

Data do Acidente: 18/06/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

Informamos que não recebemos a documentação complementar solicitada necessária à análise do pedido do Seguro DPVAT.

Como o prazo de 180 (cento de oitenta) dias concedido para a entrega dos documentos terminou, o seu pedido foi cancelado.

Para a reabertura do pedido do Seguro DPVAT, retorne ao ponto de atendimento onde o seu processo foi iniciado para apresentar os documentos já solicitados.

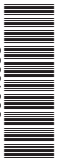
Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01975/01976 - carta_16 - INVALIDEZ

00010988



Carta nº 13938278





GOVERNO DO ESTADO DA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA
DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO

R. Raimundo Nonato de Araújo. SN - Catolé - Campina Grande - 58100-000 - 83-310-9300

OCORRÊNCIA Nº 000198/17

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 000198/17 registrada em 21/08/2017, que passo a transcrever na íntegra: Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de 2017, nesta cidade de Campina Grande, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO, quando encontrava-se presente a Bela. JOSEFA ALVES DE ASSIS, Delegada de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 10:06 horas, compareceu o Sr. SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, com 43 anos de idade, filho de NATANAEL ADONIAS DA SILVA e TERESINHA OLIVEIRA SILVA, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de MASSARANDUBA - PB, Casado, escolaridade Médio Completo, profissão OPERADOR DE MÁQUINAS, portador da Cédula de Identidade Nº 1.768.271 - 2ª VIA, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 02820008445, residindo à rua EULÁLIA ZECA, 281, bairro CENTRO, na cidade de MASSARANDUBA - PB, celular 9-8144.1086.

Declarou que:

Informa o declarante, que no final da tarde do dia 18.06.2017, estava trafegando por uma estrada vicinal localizada no Sítio cachoeira de Pedra D'água, área rural de Massaranduba/PB, conduzindo a motocicleta HONDA/CG 150 TITAN KS, ano/modelo 2006/2006, cor vermelha, chassi nº 9C2KC08106R905367, de placa MNI-6294/PB, licenciada em seu nome (Sandoval Oliveira da Silva), quando em um declive perdeu o controle de direção e caiu ao solo, após passar por um grande buraco existente na estrada, sofrendo ferimentos graves na região da face, além de escoriações generalizadas pelo corpo, ficando um pouco desorientado, sendo socorrido por populares e encaminhado para o Hospital Regional de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamentos médicos, conforme documentos apresentados nesta Delegacia; Que, os Policiais Militares do BPTran não estiveram no local e portanto não foi confeccionado o boletim de acidente de Trânsito; Que, no momento do acidente o tempo encontrava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não encontrando-se o declarante sob a influência de bebida alcoólica. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou fé.

Campina Grande, Segunda-feira, 21 de Agosto de 2017

Sandoval Oliveira Silva

SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

Declarante

JOSE ALBERTO DO NASCIMENTO

JOSE ALBERTO DO NASCIMENTO

Escrivão





DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima Sandrola Oliveira Silva CPF da Vítima 028.200.084-45 Data do Acidente 18/06/2017

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal _____ CPF do Representante legal _____
Email _____ Telefone (DDD) _____

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.



Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017



SANDIVAL OLIVEIRA SILVA
RUA CALADOURO, 204 - 13140-000
MAGALHÃES, PA - 66.000-000

CONSUMIDOR RESIDENCIAL - 13140-000 - 13140-000 - 13140-000
RUA CALADOURO, 204 - 13140-000 - 13140-000 - 13140-000
MAGALHÃES, PA - 66.000-000 - 66.000-000 - 66.000-000

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 023 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a UC (Unidade Consumidora): 4/264434-2
Canal de contato

Fev / 2017

Apresentação

14/02/2017

Data prevista da
próxima leitura

17/03/2017

CPF/CNPJ/RANI

	Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
20000048					
700.000					
Faturas em atraso					
Devidas					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade					
Preço					
Valor (R\$)					
PC					
CCF					
Quantidade			</		

Num. 22750307 - Pág. 8



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Ficha de Acolhimento


Nome:	Sondoual Oliveira Silva		
End:	R. Eduardo Xico, 281	Bairro:	Centro/
Data de Nascimento:	05 08 44	Documento de Identificação:	monahan-
Queixa:	na cu	Data do Atend:	09 06 14
Acidente de trabalho?	() Sim (/) Não	Hora:	
		Documento:	duda

Classificação de Risco


Nível de consciência: () Bom () Regular () Baixo	Aspecto: () Calmo () Fáceis de dor () Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: () Normocrada () Pálida
Deambulação: () Livre () Cadeira de rodas () Maca	

Estratificação

MOD. 110


{ Vermelho - atendimento imediato
{ Verde - atendimento até 4 horas

{ } Amarelo - atendimento até 1 hora
{ } Azul - atendimento ambulatorial


Assinatura e carimbo do profissional





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Nome do Paciente		Nº Prontuário	
Janaína Oliveira Silva		1453353	
Data da Operação	Enf.	Leito	
23/06/17			
Operador	1º Auxiliar		
João Carlos	João Carlos		
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesia	Tipo de Anestesia		
Washley	Geral		
Diagnóstico Pré-Operatório			
Ext. Tipo no D			
Tipo de Operação			
Ved. Plástico + fixação			
Diagnóstico Pós-Operatório			
sem lesões			
Relatório Imediato da Patologia			
sem lesões			
Exame Radiológico no Ato			
sem lesões			
Acidente Durante a Operação			
sem lesões			

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceral

- Acesso externo;
- Incisão sub-escapular lateral;
- Drenagem da cavidade e separação da fístula no 1º grau;
- Vedação + fixação do músculo;
- Sutura;
- Curativo.

Dr. José Carlos Cavalcante
Cirurgião de Trauma e Ortopedia
RUCO 14533353-000-001

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
26 ABR. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



Diagnóstico

Futura de Zepherus 1440

PLANO DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Admissão	Alta	Alimentação	Medicamentos	Exames	Outros
<p>Nome: <u>Adriana Silva</u></p> <p>Idade: <u>45</u> anos</p> <p>Sexo: <u>F</u></p> <p>Profissão: <u>Professora</u></p> <p>Endereço: <u>Rua da Liberdade, 123 - Centro</u></p> <p>Cidade: <u>Curitiba</u></p> <p>Estado: <u>PR</u></p> <p>CPF: <u>123.456.789</u></p> <p>RG: <u>987.654.321</u></p> <p>Assinatura: <u>[Assinatura]</u></p>	<p>Admissão: <u>10/01/2012</u></p> <p>Alta: <u>15/01/2012</u></p>	<p>Alimentação: <u>Alimentação normal</u></p>	<p>Medicamentos: <u>Medicamentos prescritos pelo médico</u></p>	<p>Exames: <u>Exames realizados conforme solicitado</u></p>	<p>Outros: <u>Outros procedimentos realizados</u></p>	

Diagnóstico

Enter d. C. / 10. 12. 1871

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

[illegible]

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
26 ABR. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Sandra Oliveira Registro: Leito: 7-5 Setor Atual: KE

2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: °C; P: bpm; FR: lpm; PA: mmHg; FC: bpm; SPO2: %
HGT: mg/dl; Peso: Kg; Altura: cm; Dor: () Local: Obs:

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: () Consciente () Orientado () Confuso () Letárgico () Torporoso () Comatoso () Outro

GLASGOW(3-15):

Drogas (Sedação/Analgesia):

Pupilas: () Isocóricas () Anisocóricas () D>E () E>D () Fotorreagentes () Mioticas () Midríaticas

Mobilidade Física: () Preservada () Paresia () Plegia () Parestesia Local:

Linguagem: () Qua? () Disfonia () Afasia () Disfasia () Disartria.

Obs:

OXIGENAÇÃO

Respiração: () Espontânea () Cateter Nasal () Venturi % l/min () Traqueostomia () Ayre/Tubo T

() VMNI () VMI TOT n° Comissura labial n° FIO2 % PEEP cmH2O

() Eupnéia: () Taquipnéia () Bradipnéia () Dispnéia () Outros:

Ausculta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: () Diminuídos () D () E

Ruidos adventícios: () Roncos () Sibilos () Estridor () Outros:

Tosse: () Improdutiva () Produtiva Expectorção: () Quantidade e aspecto:

Aspiração: Quantidade e aspecto: Dreno de tórax: () D () E () Selo d'água:

Data da inserção do dreno / / Aspecto da drenagem torácica:

Gasometria arterial: PH PCO2 PO2 HCO3 EB SpO2 Data / / Hora:

PERCEPÇÃO DOS ORGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: () Visão () Audição () Tato () Olfato () Paladar Observação:

SEGURANÇA FÍSICA

() Tranquilo () Agitado () Agressivo () Risco de queda. Observação:

REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: () Regular () Irregular () Impalpável () Filiforme () Cheio.

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
26 ABR. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA





ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS
GONZAGA FERNANDES
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



SUS
Sistema
Único
de
Saúde

Nome: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
Data: SEM IDENTIFICACAO MEDICA
Convênio: HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES
Protocolo: 0000345072
Data: 18/06/2017 18:16
Idade: 42 anos
RG: NÃO INFORMADO
Origem: APT. V. MARIETA
Destino: FTA-00-000

HEMOGRAMA

(DATA DA COLETA: 18/06/2017 18:48)

SÉRIE VERMELHA

	Resultados
Eritrócitos	4.45 milhões/mm ³
Hemoglobina	14.6 g/dL
Hematócrito	45 %
V.C.M.	101 fL
M.C.M.	33 pg
C.H.C.M.	33 g/dL

Referência de Referência

4.2 - 5.4 milhões/mm³
13.5 - 16.5 g/dL
40 - 50 %
85 - 105 fL
27 - 32 pg
32 - 36 g/dL

SÉRIE BRANCA

Leucócitos 10.000 /mm³ (x10⁹)

5.000 - 10.000 /mm³

		(/mm ³)
Neutrófilos		
Promielócitos	0	0
Mielócitos	0	0
Metamielócitos	0	0
Eosinófilos	5.0	940
Segmentados	65.0	12.220
Basófilos	1.0	188
Linfócitos	0	0

4.0 - 10.0 x 10⁹/L
0 - 5 %
50 - 70 %
0 - 5 %
0 - 2 %

Tipicos	26.0	4.888
Atipicos	0	0
Monócitos	3.0	564
CONTAGEM DE PLAQUETAS	159.000 mm ³	

20 - 40 x 10⁹/L
0 - 10 %
2 - 10 %
150 - 400 x 10³/mm³

OBSERVAÇÕES: Contagens repetidas e confirmadas.

[Assinatura]

Suelio Felipe Soares de Vasconcelos
Enfermeiro
CRM 6690



COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
26 ABR. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



Diagnóstico

Ad. Feb 27pm

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Samuel Chaves Jr.	Alcance
----------	-------------------	---------

Leño	7-3	Convección
------	-----	------------

Conclusions

Conclusions

Data	Prescrição Médica	Horário	Letra	Comentário
28	① Zetec <i>leve</i>			Exatidão Médica
26	② Zetec <i>salmonella</i>			Prescrição de medicamento para <i>Chlamydia</i> <i>Shigella</i> e <i>Staphylococcus</i> <i>Enterobacter</i>
17	③ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	④ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	⑤ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	⑥ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	⑦ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	⑧ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	⑨ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	⑩ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	⑪ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	⑫ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	⑬ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	⑭ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	⑮ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	⑯ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	⑰ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	⑱ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	⑲ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	⑳ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i> para <i>lepra</i> <i>lepra</i> <i>lepra</i>
	㉑ Zetec <i>lepra</i>			Zetec <i>lepra</i>



A. COSTA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.
CNPJ: 02.977.382/0001-82

CNPJ: 02.977.362/0001-62 - INSC. ESTUDAL 16.123.801-7

Rua João Quirino, 548 - Catolé - Campina Grande - Paraíba - CEP: 58410-370
Fones: 83 3337.3628 / 3337.6573 - Fax: 83 3337.3540 - Telex: 510100

Fones: 83 3337.3628 / 3337.6573 - Fax: 83 3337.3510 - TeleVendas: 0800 281 7161

Paciente: Isadora Oliveira Silva

Data da Cirurgia: 22, 06, 17

Hospital: Emergência e Trauma

Prontuário: 1453357

Medico: Lm: JCBConvênio: 515

Procedimento: Fratura de Zircônia

Código Proc.:

Controle Cirúrgico

N° 00021

Quant.	Descrição do material utilizado	Lote	Cod. Anvisa
01	Placa		
04	Parafusos Nº 05	20	
		20	

Verificado por: Rui

Circulante: 2185472

Dr. Josué R. Cavalcante
CIRURGIÃO E TRAUMATOLOGISTA
BUÇO MAXILAR FAC. - CRO - 589


COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
26 ABR. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



1.768.271 - 2 VIA 14/06/2008
SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
 NATANAEL ADONIAS DA SILVA
 TERESINHA OLIVEIRA SILVA
 MASSARANDUBA-PB 15/08/1974
 NASC.N.0080 FLS.121V LIV.22
 CARTORIO MASSARANDUBA-PB
 028.200.084-45
 ASSINATURA DO DIRETOR

ESTADO DA PARAIBA
 SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL V-12
 INSTITUTO DE POLÍCIA CIVIL P-234
 DURANTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO


 Sandoval Oliveira Silva
 ASSINATURA DO TITULAR
 CARTEIRA DE IDENTIDADE


 ASSINATURA DO TITULAR DO TÍTULO

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA
SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
 DATA DE NASCIMENTO 15/08/1974 AP. Nº 0195 2017 1244 DV 016 0115
 MASSARANDUBA/PB DATA DE EMISSÃO 10/08/2013
 ASSINATURA DO TITULAR
 Assessorado: Sérgio, Coordenador de Atendimento
 Presidente do TSE/PB

FILIAÇÃO
 PAI: NATANAEL ADONIAS DA SILVA
 MÃE: TERESINHA OLIVEIRA SILVA
 DATA NASC. 15/08/74 NATURALIDADE MASSARANDUBA - PB
 DISPENSADO DO SERVIÇO MILITAR ANUAL EM 1992
 POR TER SIDO INCLuíDO NO EXCESSO DA CONTINGENTE

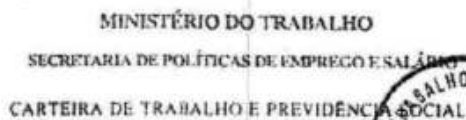
 COMANDANTE DO CEMPE
 02/08/2018 14h 15m

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
 DIRETORIA DE SERVIÇO MILITAR
 CERTIFICADO DE DISPENSA DE INCORPORAÇÃO

 RA 233 CSM
 NAO FUGSUI
 004499 - N
 NOME
SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
 EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE

COMPREV
 COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
 26 ABR. 2018
 PROTOCOLO
 AG. JOÃO PESSOA





Sandra Oliveira Silva
ASSINATURA DO PORTADOR

Name _____

Loc. Nac. Mazatlan - P.B. Data 15.08.74
 Filiação NATANIEL APONTE DA SILVA
DELROS NITA OLIVEIRA SILVA
 Doc. n. 0080, EL-321, LV-22 - NASE

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em

Disc. Ident. n°

[illegible]

Estados

410

Data 2 missing

17.12.96

FACT

92.

Geraldo Alcântara Guimarães Filho
Matr. 0262716

[illegible]

ALTERNATIVAS

COMPREV
COMPREV PRESIDÊNCIA S/A
26 ABR 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



[illegible]



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08058868620198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SANDOVAL OLIVEIRA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do incluso processo administrativo pertinente ao processo em comento.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 11 de julho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
8ª Vara Cível de Campina Grande

PROCESSO Nº 0805886-86.2019.8.15.0001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

8ª Vara Cível de Campina Grande-Pb, 16 de julho de 2019.

ANALINE BORGES CIRNE

Chefe de Cartório





CAMPINA GRANDE (PB), 03 de Julho de 2019 .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

Informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

Processo n.º: **08058863620198150001**
Reu: **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO**
CPF/CNPJ: **09.248.608/0001-04**
Autor: **SANDOVAL OLIVEIRA SILVA**
CPF/CNPJ: **028.200.084-45**
Valor original: **R\$ 200,00**
Agência depositária: **63 - 9 EMPRESA CAMP.GRANDE**
N.º da conta judicial: **1600101773245**
N.º da parcela: **1**
Data do depósito: **01.07.2019**
Depositante: **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO**

Respeitosamente,

Banco do Brasil S.A.
EMPRESA CAMP.GRANDE
R.SETE DE SETEMBRO,52
CAMPINA GRANDE - PB .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito
8 VARA CIVEL
CAMPINA GRANDE - PB .

FÓRUM AFFONSO CAMPOS
SEÇÃO DE PROTOCOLO
RECEBIDO NO DIA:

03 JUL, 2019

às 15:54 horas.


Servidor(a) Matrícula





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
8ª Vara Cível de Campina Grande

PROCESSO Nº 0805886-86.2019.8.15.0001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

8ª Vara Cível de Campina Grande-Pb, 16 de julho de 2019.

ANALINE BORGES CIRNE

Chefe de Cartório



Ofício Nº 25/2019

Campina Grande, 11 de julho de 2019

**Ao Excelentíssimo Senhor Juiz
Da 8ª Vara Cível
Da Comarca de Campina Grande - PB**

Fórum Afonso Campos

Endereço: Rua Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Souza, s/n - Liberdade - Campina Grande/PB - CEP 58.410-050 **Telefone:** (83) 3310-2400

Exmo. Sr. Juiz,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, venho através deste, emitir relatório de perícias médicas, conforme documento em anexo, para fins de pagamento de indenização DPVAT realizadas por esse perito. Em tempo, solicito que estes honorários, sejam depositadas diretamente em conta corrente e agência listada abaixo:

- **Perito Médico: Carlos Alberto Figueiredo Filho**
- **CPF: 028.064.534-10**
- **BANCO DO BRASIL**
- **AGÊNCIA: 18856**
- **CONTA CORRENTE: 76201**

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos pelos telefones (83) 3321-3829, 3341-0001 ou 3099-5668, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, através da secretária Paula Cristiane.

Respeitosamente,

Carlos Alberto Figueiredo Filho
Perito Médico
CRM-PB 5379

Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho
Perito Médico
CRM-5379-PB

FÓRUM AFFONSO CAMPOS
SEÇÃO DE PROTOCOLO
RECEBIDO NO DIA:

12 JUL. 2019

às 1006 horas.

Ana Carolina 472080-3
Servidor(a) Matriculad(a)



Relação dos Pacientes de Perícia Médica

Data	Nome	Número do Processo	Comarca
09/07/2019	Sandoval Oliveira Silva	0800823-85.2016.8.15.0001	Campina Grande - 8ª Vara Cível
09/07/2019	Antônio Firmo da Costa	0805886-86.2019.8.15.0001	Campina Grande - 8ª Vara Cível


Carlos Alberto Figueiredo Filho
Perito Médico
CRM-PB 5379



PROCESSO Nº 0805886-86.2019.3.150001

LAUDO MÉDICO PERICIAL- DPVAT

PERITO


Carlos Alberto Figueiredo Filho
Perito Médico
CRM-PB 5379

Nome completo da vítima: Somdora Oliveira Silva

CPF: 028.200.084-45

Endereço completo: R. Eulália da Silva Zeca Nº 281 - Centro
Massaranduba - PB

Informações do acidente

Local: MASSARANDUBA, PB

Data do Acidente: 18/06/2017

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 8ª Vara Cível ou JEC da Comarca de CAMPINA GRANDE.

Campina Grande/PB, 09/07/19.

Somdora Oliveira Silva
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

CRANIO FACIAL

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

FRATURA DE FÊMUR DIREITO
TRATAMENTO CIRÚRGICO com PNEU E PLACAS.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

FÓRUM AFFONSO CAMPOS
RECEBIDO NO DIA:

12 JUL. 2019

af 1008 horas.
América 470680-3
Servidor(a) Matrícula

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

LIMITAÇÃO FUNCIONAL DE LEVE
EXTENSÃO FACIAL com FRATURA DE TIGONTO (E)

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1º Lesão

CRANIOFACIAL

☐ 10% Residual

☒ 25% Leve

☐ 50% Média

☐ 75% Intensa

2º Lesão

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☐ 50% Média

☐ 75% Intensa

3º Lesão

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☐ 50% Média

☐ 75% Intensa

4º Lesão

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☐ 50% Média

☐ 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Local e data da realização do exame médico:

CAMPINA GUARÁ, 09, 07, 2019.

Carlos Alberto Figueiredo Filho
Perito Médico
CRM-PB 5379

Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho
Perito Médico – CRM: 5379

EXCELENTÍSSIMO(A) Sr(A) Dr(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB,

PROCESSO: 0805886-86.2019.8.15.0001

AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT POR INVALIDEZ

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

PROMOVIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, **AÇÃO DE COBRANÇA**, que promove em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A**, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

Douto Julgador, a parte autora REQUER que sejam juntados aos autos, **DECLARAÇÃO DE PRIMEIRO ATENDIMENTO REALIZADO NO AUTOR, NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA/PB, antes de ser encaminhado para o HOSPITAL DE EMERGENCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES - CAMPINA GRANDE/PB**, o qual objetivou e instruiu na realização da perícia medica, comprovando o NEXO CAUSAL ENTRE AS LESOES SOFRIDAS pelo autor e o ACIDENTE.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Campina Grande/PB, 18 de julho de 2019.



Patrício Cândido Pereira

Advogado OAB/PB nº 13.863-B





Prefeitura Municipal de
MASSARANDUBA
Terra do povo!



SUS
Sistema
Único
de Saúde

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
SECRETARIA DE SAÚDE

HOSPITAL MUNICIPAL E MATERNIDADE SANTA TEREZINHA

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que, **SANDOVAL OLIVEIRA SILVA-CNS: 706003374258046** Foi socorrido pela ambulância do município de **MASSARANDUBA** após ter sido vítima de acidente de moto na data de **18/06/2017**, onde deu entrada no **HOSPITAL MUNICIPAL E MATERNIDADE SANTA TEREZINHA** passando por avaliação médica e encaminhado ao **HOSPITAL DE TRAUMA DE CAMPINA GRANDE/PB**.

POR ISSO FIRMO SER VERDADE!

Iris Tercia Alves de Andrade
Diretora Administrativa
CPF: 031.344.524-99

Iris Tercia Alves de Andrade

Iris Tercia Alves de Andrade

DIRETORA

CNPJ: 08.739.138/0001-19
HOSPITAL E MATERNIDADE
SANTA TEREZINHA
Rua José Benício de Araújo, 260
Centro CEP 58120-000
Massaranduba - PB

MASSARANDUBA 25 DE AGOSTO DE 2017.

Rua: José Benício de Araújo, 260 – CENTRO – MASSARANDUBA – PB
CEP: 58.120-000 CNPJ 08.739.138/0001-19
Email: hospitalsantaterezinha3@gmail.com



EM ANEXO - FORMATO PDF



EXCELENTÍSSIMO(A) Sr(A) Dr(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB,

PROCESSO: 0805886-86.2019.8.15.0001

AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT POR INVALIDEZ

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

PROMOVIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA, que move contra SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, em tramite perante este Juízo e respectivo Cartório, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, perante, Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

DOUTO JULGADOR, o autor participou de PERICIA JUDICIAL DE DPVAT DETERMINADA POR ESTA VARA, e, conforme a PERICIA juntada no ID nº 22753049, a mesma confirma sem qualquer margem de duvida, que o autor sofreu sinistro de trânsito e que as lesões apresentadas são oriundas do mesmo.

Onde, fica devidamente demonstrado o NEXO CAUSAL ENTRE O SINISTRO E AS LESÕES APRESENTADAS.

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(s) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)? CRANIO FACIAL

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma. FRATURA DE FÊMUR DIREITO

TRATAMENTO CÍRURGICO COM PLACA E PARAFUSOS.

FORUM APOCALIPSE

incluindo medidas de reabilitação

Assim, com a realização do LAUDO MEDICO-PERICIAL, pelo perito DR. CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO FILHO, ficou constatado sem qualquer



margem de dúvidas que o Autor ficou com seqüelas permanentes irreparáveis, devido o acidente de trânsito, onde no Item VI, b, b.2.1, atesta a debilidade a que ficou acometido o autor devido ao sinistro de trânsito.

“CRÂNIO-FACIAL em 25% - LEVE” -grifamos

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatomico e/ou funcional permanente que comprometa apenas um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatómico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão <u>CRÂNIO-FACIAL</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input checked="" type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão _____	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão _____	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa

Segundo o laudo pericial, há perda importante da função NEUROLÓGICA (CRÂNIO-FACIAL) decorrente do acidente narrado, gerando debilidade permanente **no percentual de 25% (VINTE E CINCO POR CENTO)** em grau médio.

Sendo assim, faz jus o demandante a uma indenização, no valor de **R\$ 3.375,00 (TRÊS MIL, TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS).**

-DO JULGAMENTO DA LIDE:

A priori, deve-se ressaltar que o feito comporta julgamento antecipado da lide, visto que se trata de matéria de direito e de fato que prescinde da realização da audiência de instrução e julgamento. Com efeito, o art. 355, I, do Código de Processo Civil é claro ao dispor:

Do Julgamento Antecipado do Mérito

“Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:

I - não houver necessidade de produção de outras provas;

II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349. – grifamos

A doutrina processualista reconhece o julgamento antecipado da lide como medida de economia processual:

“Também deve haver julgamento antecipado da lide, embora o mérito envolva matéria de fato e de direito, não houver necessidade de produção de prova em audiência. Nestes casos, inspirado pelo princípio da economia processual, o legislador autoriza o juiz a dispensar a audiência de instrução e julgamento” (Luiz



Rodrigues Wambier. Curso **Avançado de Processo Civil**. 3ª ed. Revista dos Tribunais, 2000).

A jurisprudência dos nossos Tribunais também consagrou esse entendimento:

“Constando dos autos elementos de prova documental suficiente para formar o convencimento suficiente para formar o convencido do julgador, incorre o cerceamento de defesa, se julgada antecipadamente a controvérsia” (STF, 4º Turma, Ag. 14952-DF, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo)

No caso em exame, é evidente a admissibilidade do conhecimento direto do pedido, nos termos do art. 355, I, do CPC, posto que já existem nos acervo probatório, elementos seguros para o deslinde da questão, dispensaram a produção de provas em audiência.

-DO REQUERIMENTO:

Sendo inconteste o direito do(a) autor e tendo sido contrariada a lei federal em comento, este REQUER:

a) diante do fato de a petição inicial encontrar-se apta à propositura da ação, PUGNAMOS PELO JULGAMENTO DA LIDE, ANTE A EXISTENCIA DE LAUDO PERICIAL ACOSTADO AOS AUTOS, DETERMINADO POR ESTA VARA, **condenando a promovida no pagamento de R\$ 3.375,00 (TRÊS MIL, TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS), com correção monetária e juros a base de 1% (um por cento), desde a data do sinistro (18/06/2017), acrescidos dos honorários advocatícios sucumbenciais.**

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Campina Grande/PB, 18 de julho de 2019.

Patrício Cândido Pereira
OAB/PB nº 13.863-B





8ª Vara Cível de Campina Grande

Nº do processo: 0805886-86.2019.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

Intime-se a promovida para, querendo, se pronunciar sobre o laudo pericial ID 22753049, **no prazo de 15 (quinze) dias**, nos termos do art. 477, § 1º, do CPC.

Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: AV PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 307, CENTRO, CAMPINA GRANDE - PB - CEP: 58400-052

Campina Grande, em 18 de julho de 2019.

De ordem, ANALINE BORGES CIRNE



EM ANEXO



Rio de Janeiro, 03 de Maio de 2018

Aos Cuidados de: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
Nº Sinistro: 3180190288
Vítima: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
Data do Acidente: 18/06/2017
Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180190288**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Autorização de pagamento
- DUT não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01235/01236 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 12738964



Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
Nº Sinistro: 3180190288
Vítima: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
Data do Acidente: 18/06/2017
Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180190288**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Autorização de pagamento faltando página

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01787/01788 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13247099





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180190288

Vítima: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

Data do Acidente: 18/06/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

Informamos que não recebemos a documentação complementar solicitada necessária à análise do pedido do Seguro DPVAT.

Como o prazo de 180 (cento de oitenta) dias concedido para a entrega dos documentos terminou, o seu pedido foi cancelado.

Para a reabertura do pedido do Seguro DPVAT, retorne ao ponto de atendimento onde o seu processo foi iniciado para apresentar os documentos já solicitados.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01975/01976 - carta_16 - INVALIDEZ

00010988



Carta nº 13938278





GOVERNO DO ESTADO DA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA
DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO

R. Raimundo Nonato de Araújo. SN - Catolé - Campina Grande - 58100-000 - 83-310-9300

OCORRÊNCIA Nº 000198/17

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 000198/17 registrada em 21/08/2017, que passo a transcrever na íntegra: Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de 2017, nesta cidade de Campina Grande, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DO PLANTÃO CENTRALIZADO, quando encontrava-se presente a Bela. JOSEFA ALVES DE ASSIS, Delegada de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 10:06 horas, compareceu o Sr SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, com 43 anos de idade, filho de NATANAEL ADONIAS DA SILVA e TERESINHA OLIVEIRA SILVA, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de MASSARANDUBA - PB, Casado, escolaridade Médio Completo, profissão OPERADOR DE MÁQUINAS, portador da Cédula de Identidade Nº 1.768.271 - 2ª VIA, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 02820008445, residindo à rua EULÁLIA ZECA, 281, bairro CENTRO, na cidade de MASSARANDUBA - PB, celular 9-8144.1086.

Declarou que:

Informa o declarante, que no final da tarde do dia 18.06.2017, estava trafegando por uma estrada vicinal localizada no Sítio cachoeira de Pedra D'água, área rural de Massaranduba/PB, conduzindo a motocicleta HONDA/CG 150 TITAN KS, ano/modelo 2006/2006, cor vermelha, chassi nº 9C2KC08106R905367, de placa MNI-6294/PB, licenciada em seu nome (Sandoval Oliveira da Silva), quando em um declive perdeu o controle de direção e caiu ao solo, após passar por um grande buraco existente na estrada, sofrendo ferimentos graves na região da face, além de escoriações generalizadas pelo corpo, ficando um pouco desorientado, sendo socorrido por populares e encaminhado para o Hospital Regional de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamentos médicos, conforme documentos apresentados nesta Delegacia; Que, os Policiais Militares do BPTran não estiveram no local e portanto não foi confeccionado o boletim de acidente de Trânsito; Que, no momento do acidente o tempo encontrava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não encontrando-se o declarante sob a influência de bebida alcoólica. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou fé.

Campina Grande, Segunda-feira, 21 de Agosto de 2017

Sandoval Oliveira Silva

SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

Declarante

JOSE ALBERTO DO NASCIMENTO

JOSE ALBERTO DO NASCIMENTO

Escrivão





DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima Sandrola Oliveira Silva CPF da Vítima 028.200.084-45 Data do Acidente 18/06/2017

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal _____ CPF do Representante legal _____
Email _____ Telefone (DDD) _____

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.



Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017



18/06/2017



GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONÇALVES FERREIROS



ATENDIMENTO URGÊNCIA

PRONT (B/E) N°: 1453353 CLASS. DE RISCO: VERMELHO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONÇALVES FERREIROS - CNPJ: 08.378.268/0008-52
Av. Mair, Ruanos, Pombal, 4700 - Alameda, Campina Grande - PB, CEP: 56423-609 Data: 18/06/2017
Instituição de Emergência (B/E) - Modelo 07 Atendimento: Patrícia Maria Gonçalves
PACIENTE: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA Nascimento: 15/08/1974
Endereço: RUA ERMALDA RECA Telefone: 81444606

Sexo: M

Idade: 42

Bairro: CENTRO

Cidade: Mataranduba

Nome da Mãe: TERESINHA OLIVEIRA SILVA

RG: N° 281

CPF: 0282008445

Estado Civil: Casado

Data de Atendimento: 18/06/2017

Módulo: ADOLENTE DE MOITO

Código: 0219

Médico:

Especialidade: CME

OBS:

MECANISMOS DO TRAUMA

LOCAL DA LESÃO: Descreva o local com o número correspondente ao lado



1. Cabeça
2. Pescoço
3. Ombros
4. Braços
5. Antebraços
6. Mãos
7. Pernas
8. Tornozelos
9. Joelhos
10. Quadril
11. Coxas
12. Anca esquerda
13. Anca direita
14. Tórax
15. Costela esquerda
16. Costela direita
17. Abdomen superior
18. Abdomen inferior
19. Lombar
20. Sacro
21. Anca esquerda
22. Anca direita
23. Testículos
24. Vagina

OBS:

QUESTÃO: Superfície corporal lesionada = % Grau () 1º Grau () 2º Grau () 3º Grau

Paciente: Sandoval

http://10.1.1.148/projetos/segurancapublica.php?fontem=1453353

HTCC-Patrol Administrativo

EXAME PRELIMINAR - DADOS CLÍNICOS

Presença de alterações: ☐ ausente ☐ presente ☐ não foi possível avaliar
Presença de alterações: ☐ ausente ☐ presente ☐ não foi possível avaliar
Presença de alterações: ☐ ausente ☐ presente ☐ não foi possível avaliar
Presença de alterações: ☐ ausente ☐ presente ☐ não foi possível avaliar

TOMOGRAFIA REALIZADA: 18/06/2017

ALERGIA: N/A

MEDICAMENTOS: N/A

PATOLOGIA: N/A

EXAME FÍSICO

PULSAIS () Freqüentes () Normais () Ausentes ()

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

diagnóstico: N/A

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
26 ABR. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

SANDIVAL OLIVEIRA SILVA
RUA CALADOURO, 204 - 13140-000
MAGALHÃES, PA - 13140-000

CONTABILIDADE: 13140-000 - 13140-000
RUA CALADOURO, 204 - 13140-000
MAGALHÃES, PA - 13140-000

ENDEREÇO: 13140-000 - 13140-000
RUA CALADOURO, 204 - 13140-000
MAGALHÃES, PA - 13140-000

Subsistema de Energia Elétrica (SDE)
Código para o Sistema Automático: 13140-000

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 023 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a UC (Unidade Consumidora): 4/264434-2
Canal de contato

Fev / 2017

Apresentação

14/02/2017

Data prevista da
próxima leitura

17/03/2017

CPF/CNPJ/RANI

	Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
20000048					
700.000					
Faturas em atraso					
Demonstrativo					
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)		
Consumo	0,0000	26,00	26,00		
PD		0,41	0,41		
CDP		1,88	1,88		
CUSTO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Consumo			26,00		
PD			0,41		
CDP			1,88		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA			0,00		

Histórico de Consumo
(kWh)

Consumo	48
Capacidade	1
Consumo	1
Consumo	1
Consumo	1
Consumo	1

	PREVISTO	RELEVANTE	VALOR R\$
Consumo	27,73	26,00	0,41
PD	0,41	1,88	0,41
CDP	27,73	0,00	1,88

VENCIMENTO TOTAL A PAGAR

21/02/2017

R\$ 48,20

4475.44aa.3cae.7918.e525.9111.5e2c.5183

Indicadores de Qualidade

Índices de ANEL	Apurada	Limite de Tensão (V)
Consumo	0,00	Consumo
Consumo	0,00	Consumo
Consumo	0,00	Consumo
Consumo	0,00	Consumo
Consumo	0,00	Consumo

Descrição	Valor (R\$)	%
Consumo	0,41	18,40
Consumo	1,88	27,20
Consumo	0,41	1,37
Consumo	1,88	2,78
Consumo	27,73	48,20
Consumo	0,00	0,00
Total	48,20	100,00

ATENÇÃO

Receber Tarifa Energisa (R\$) 48,20 - 13140-000 - 13140-000
Receber Tarifa Energisa (R\$) 48,20 - 13140-000 - 13140-000

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
26 ABR. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



Num. 23059191 - Pág. 8



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Ficha de Acolhimento

Nome:	Sondoual Oliveira Silva		
End:	R. Eduardo Xico, 281	Bairro:	Centro/
Data de Nascimento:	05 08 44	Documento de Identificação:	monahan-
Queixa:	na cu	Data do Atend:	09 06 14
Acidente de trabalho?	() Sim (/) Não	Hora:	
		Documento:	duda

Classificação de Risco

Nível de consciência: () Bom () Regular () Baixo	Aspecto: () Calmo () Fáceis de dor () Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: () Normocerada () Pálida
Deambulação: () Livre () Cadeira de rodas () Maca	

Estratificação

MOD. 110

Suelio
{ Vermelho - atendimento imediato
{ Verde - atendimento até 4 horas

{ Amarelo - atendimento até 1 hora
{ Azul - atendimento ambulatorial

[Assinatura]
Assinatura e carimbo do profissional





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Nome do Paciente		Nº Prontuário	
Janaína Oliveira Silva		1453353	
Data da Operação	Enf.	Leito	
23/06/17			
Operador	1º Auxiliar		
João Carlos	João Carlos		
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesia	Tipo de Anestesia		
Washley	Geral		
Diagnóstico Pré-Operatório			
Ext. Tipo D			
Tipo de Operação			
Red. Ruptura + fixação			
Diagnóstico Pós-Operatório			
sem lesões			
Relatório Imediato da Patologia			
sem lesões			
Exame Radiológico no Ato			
sem lesões			
Acidente Durante a Operação			
sem lesões			

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceral
- Ruptura testicular;
- Lesão sub-epididymária esquerda;
- Ruptura do hímen e espasmo de esfíncter no hímen;
- Ruptura + fixação do osso mimploco e 94 u.c.
- Sutura;
- Hemostase;

Dr. José Carlos Cavalcante
Cirurgião de Traumatologia
RUCO 14533353-000-001

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
26 ABR. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



Fractions de Zygote 1440

PLANO DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Admissão	Alta	Alimentação	Medicamentos	Exames	Outros
<p>Nome: <u>Adriana Silva</u></p> <p>Idade: <u>45</u> anos</p> <p>Sexo: <u>F</u></p> <p>Profissão: <u>Professora</u></p> <p>Endereço: <u>Rua do Sol, 123 - Centro - São Paulo - SP</u></p> <p>Telefone: <u>(11) 1234-5678</u></p> <p>Religião: <u>Católica</u></p> <p>Estado Civil: <u>Casada</u></p> <p>Profissão: <u>Professora</u></p> <p>Endereço: <u>Rua do Sol, 123 - Centro - São Paulo - SP</u></p> <p>Telefone: <u>(11) 1234-5678</u></p> <p>Religião: <u>Católica</u></p> <p>Estado Civil: <u>Casada</u></p>	<p>Admissão: <u>10/10/2012</u></p> <p>Alta: <u>15/10/2012</u></p> <p>Alimentação: <u>Alimentação normal</u></p> <p>Medicamentos: <u>Paracetamol 500mg</u></p> <p>Exames: <u>Exame físico normal</u></p> <p>Outros: <u>Exame de urina normal</u></p>	<p>Exame físico: <u>Normal</u></p> <p>Exame de urina: <u>Normal</u></p> <p>Exame de sangue: <u>Normal</u></p> <p>Exame de fezes: <u>Normal</u></p> <p>Exame de secreções: <u>Normal</u></p> <p>Exame de pele: <u>Normal</u></p> <p>Exame de olhos: <u>Normal</u></p> <p>Exame de ouvidos: <u>Normal</u></p> <p>Exame de nariz: <u>Normal</u></p> <p>Exame de garganta: <u>Normal</u></p> <p>Exame de pulmões: <u>Normal</u></p> <p>Exame de coração: <u>Normal</u></p> <p>Exame de abdome: <u>Normal</u></p> <p>Exame de pelve: <u>Normal</u></p> <p>Exame de membros superiores: <u>Normal</u></p> <p>Exame de membros inferiores: <u>Normal</u></p> <p>Exame de reflexos: <u>Normal</u></p> <p>Exame de sensibilidade: <u>Normal</u></p> <p>Exame de força muscular: <u>Normal</u></p> <p>Exame de equilíbrio: <u>Normal</u></p> <p>Exame de coordenação motora: <u>Normal</u></p> <p>Exame de linguagem: <u>Normal</u></p> <p>Exame de inteligência: <u>Normal</u></p> <p>Exame de personalidade: <u>Normal</u></p> <p>Exame de comportamento: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de ânimo: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de consciência: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de alerta: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de atenção: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de memória: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de raciocínio: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de julgamento: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de controle de impulsos: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de planejamento: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de resolução de problemas: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de tomada de decisão: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de comunicação: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de interação social: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de adaptação: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de crescimento: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de desenvolvimento: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de maturação: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de envelhecimento: <u>Normal</u></p> <p>Exame de estado de morte: <u>Normal</u></p>				

Enter a C/Anslr to

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

[illegible]

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
26 ABR. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Sandra Oliveira Registro: Leito: 7-5 Setor Atual: KE

2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: °C; P: bpm; FR: lpm; PA: mmHg; FC: bpm; SPO2: %
HGT: mg/dl; Peso: Kg; Altura: cm; Dor: () Local: Obs:

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: () Consciente () Orientado () Confuso () Letárgico () Torporoso () Comatoso () Outro

GLASGOW(3-15):

Drogas (Sedação/Analgesia):

Pupilas: () Isocóricas () Anisocóricas () D>E () E>D () Fotorreagentes () Mioticas () Midríaticas

Mobilidade Física: () Preservada () Paresia () Plegia () Parestesia Local:

Linguagem: () Qua? () Disfonia () Afasia () Disfasia () Disartria.

Obs:

OXIGENAÇÃO

Respiração: () Espontânea () Cateter Nasal () Venturi % l/min () Traqueostomia () Ayre/Tubo T

() VMNI () VMI TOT n° Comissura labial n° FIO2 % PEEP cmH2O

() Eupnéia: () Taquipnéia () Bradipnéia () Dispnéia () Outros:

Ausculta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: () Diminuídos () D () E

Ruidos adventícios: () Roncos () Sibilos () Estridor () Outros:

Tosse: () Improdutiva () Produtiva Expectorção: () Quantidade e aspecto:

Aspiração: Quantidade e aspecto: Dreno de tórax: () D () E () Selo d'água:

Data da inserção do dreno / / Aspecto da drenagem torácica:

Gasometria arterial: PH PCO2 PO2 HCO3 EB SpO2 Data / / Hora:

PERCEPÇÃO DOS ORGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: () Visão () Audição () Tato () Olfato () Paladar Observação:

SEGURANÇA FÍSICA

() Tranquilo () Agitado () Agressivo () Risco de queda. Observação:

REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: () Regular () Irregular () Impalpável () Filiforme () Cheio.

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
26 ABR. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA





ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS
GONZAGA FERNANDES
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



SUS
Sistema
Único
de
Saúde

Nome: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
Data: SEM IDENTIFICACAO MEDICA
Convênio: HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES
Protocolo: 0000345072
Data: 18/04/2017 18:16
Idade: 42 anos
RG: NÃO INFORMADO
Origem: APT. A. MAREIA
Destino: FTA. H. L. G. F.

HEMOGRAMA

(DATA DA COLETA: 18/04/2017 18:48)

SÉRIE VERMELHA

	Resultados
Eritrócitos	4.45 milhões/mm ³
Hemoglobina	14.6 g/dL
Hematócrito	45 %
V.C.M.	101 fL
M.C.M.	33 pg
C.H.C.M.	33 g/dL

Referência de Referência

4.2 - 5.4 milhões/mm³
13.5 - 16.5 g/dL
40 - 50 %
85 - 105 fL
27 - 32 pg
32 - 36 g/dL

SÉRIE BRANCA

Leucócitos 10.000 /mm³ (x10⁹)

5.000 - 10.000 /mm³

		(/mm ³)
Neutrófilos		
Promielócitos	0	0
Mielócitos	0	0
Metamielócitos	0	0
Eosinófilos	5,0	940
Segmentados	65,0	12.220
Basófilos	1,0	188
Linfócitos	0	0

40 - 70 %
10 - 15 %
1 - 5 %
50 - 70 %
0 - 5 %

Tipicos	26,0	4.888
Atipicos	0	0
Monócitos	3,0	564
CONTAGEM DE PLAQUETAS	159.000 mm ³	

20 - 40 %
0 - 2 %
2 - 10 %
150 - 400 x 10³/mm³

OBSERVAÇÕES: Contagens repetidas e confirmadas.

[Assinatura]

Carlos Felipe Souza de Vasconcelos
Enfermeiro
CRM 6690



PNCQ
Programa Nacional
de Controle de Qualidade

COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
26 ABR. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



Diagnóstico

Ad. Feb 27pm

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

[illegible]

A. COSTA COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.
CNPJ: 02.977.362/0001-62 - INSC. ESTUDAL 16.123.801-7
Rua João Quirino, 548 - Catolé - Campina Grande - Paraíba - CEP: 58410-370
Fones: 83 3337.3628 / 3337.6573 - Fax: 83 3337.3510 - TeleVendas: 0800 261 7161

Paciente: <u>Genivaldo Oliveira Silva</u>	Data da Cirurgia: <u>22, 06, 17</u>
Hospital: <u>Emergência e Trauma</u>	Prontuário: <u>1453353</u>
Médico: <u>Dr. Rafael</u>	Convênio: <u>515</u>
Procedimento: <u>Fratura de Zíngula</u>	Código Proc: _____

Controle Cirúrgico

N° 00021

Quant.	Descrição do material utilizado	Lote	Cod. Anvisa
01	Placa		
04	Transferidor Nº 05	20	
		20	

Verificado por: Reto

Circulante

Dr. Josué R. Cavalcante
CIRURGIÃO E TRAUMATOLOGISTA
BUÇO MAXILAR FAC. - CRO - BR


COMPREV
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
26 ABR. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



1.768.271 - 2 VIA 14/06/2008
SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
 NATANAEL ADONIAS DA SILVA
 TERESINHA OLIVEIRA SILVA
 MASSARANDUBA-PB 15/08/1974
 NASC.N.0080 FLS.121V LIV.22
 CARTORIO MASSARANDUBA-PB
 028.200.084-45
 ASSINATURA DO DIRETOR

ESTADO DA PARAIBA
 SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL V-12
 INSTITUTO DE POLÍCIA CIVIL P-234
 DURANTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO


 Sandoval Oliveira Silva
 ASSINATURA DO TITULAR
 CARTEIRA DE IDENTIDADE


 NATANAEL ADONIAS DA SILVA
 TERESINHA OLIVEIRA SILVA
 MASSARANDUBA-PB 15/08/1974
 NASC.N.0080 FLS.121V LIV.22
 CARTORIO MASSARANDUBA-PB
 028.200.084-45
 ASSINATURA DO DIRETOR

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA
SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
 DATA DE NASCIMENTO 15/08/1974 AP. Nº 0195 2017 1244 DV 016 0115
 MASSARANDUBA/PB DATA DE EMISSÃO 10/08/2013
 ASSINATURA DO TITULAR
 Secretário de Estado, Coordenador de Atendimento
 Presidente do TSE/PB

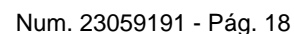
FILIAÇÃO
 PAI: NATANAEL ADONIAS DA SILVA
 MÃE: TERESINHA OLIVEIRA SILVA
 DATA NASC. 15/08/1974 NATURALIDADE MASSARANDUBA - PB
 DISPENSADO DO SERVIÇO MILITAR ANUAL EM 1992
 POR TER SIDO INCLuíDO NO EXCESSO DA CONTINGENTE
 COMANDANTE DO CHEFE
 028.200.084-45

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
 DIRETORIA DE SERVIÇO MILITAR
 CERTIFICADO DE DISPENSA DE INCORPORAÇÃO

 RA 233 CSM
 NAO FUGSUI
 004499 - N
 NOME
SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
 EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE

COMPREV
 COMPREV PREVIDÊNCIA S/A
 26 ABR. 2018
 PROTOCOLO
 AG. JOÃO PESSOA



[illegible]



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08058868620198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SANDOVAL OLIVEIRA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **MNI6294/PB**, de propriedade da parte autora.

Sua busca por placa: MNI6294 UF: PB CATEGORIA: 09*

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
+	2014	R\$292,01	Quitado	
+	2010	R\$255,14	Quitado	
+	2009	R\$259,04	Quitado	
+	2008	R\$255,13	Quitado	

(*) Motocicleta

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Frise-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

DO LAUDO

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Nota-se que o i. perito utilizou os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidia a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixada o quantum indenizatório. Assim, requer que o N. Magistrado acolha o descrito no laudo apresentado pelo EXPERT PERITO.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 25 de julho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE CAMPINA GRANDE

8ª VARA CÍVEL

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0805886-86.2019.8.15.0001

SENTENÇA

Vistos, etc.

SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, já qualificado, por conduto de advogado regularmente habilitado, ingressou em juízo com a presente Ação de cobrança de seguro DPVAT contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, igualmente qualificada, visando a obter provimento jurisdicional que lhe garanta o pagamento de **R\$ 9.500,00** a título de sinistro DPVAT. Para tanto, alega ter sofrido acidente automobilístico em 18/06/2017, cujas consequências resultaram em sequelas permanentes.

Aduz, ainda, ter feito o requerimento do sinistro na via administrativa, contudo, teve o seu pedido negado. Juntou documentos comprobatórios da ocorrência do acidente (Id 19953549 - Pág. 1) e da submissão a tratamentos hospitalares (Id Num. 19953530 - Pág. 1 e seguintes).

Concedida a justiça gratuita requerida na inicial, o réu foi citado, acostando contestação no Id 21524516 - Pág. 1. Em seara meritória, pugnou pela improcedência da demanda.

Réplica no id 21945283 - Pág. 1.

Em seguida, visando a possibilitar a prova da alegação autoral em relação a sua invalidez permanente, procedeu-se à perícia técnica, com a juntada do respectivo laudo no Id 22753049 - Pág. 3



Notificadas, as partes anexaram as suas impressões acerca do parecer técnico nos Id's 22821293 - Pág. 1 e 23059194 - Pág. 1.

Depósito dos honorários periciais no Id 22672139 - Pág. 1.

É o relatório, em apertada síntese. DECIDO.

1- DO MÉRITO

De início, **rejeito** a alegação levantada na contestação de ausência de cobertura do seguro por falta de pagamento do sinistro.

É que, conforme súmula 257, do STJ, “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”, ***razão pela qual não há como prosperar o argumento do réu.***

Como o fato narrado ocorreu em 2017, a matéria em exame deve ser analisada sob a égide da Lei n. 6.194/1974 em vigência à época do sinistro, ou seja, com as alterações introduzidas pela Lei n. 11.482/2007 e pela Lei n. 11.945/2009, em estrita observância ao princípio do *tempus regit actum*, inserido no art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.^{[1](#)}

Feitas estas considerações iniciais, temos que o art. 3º, *caput* e § 1º, da Lei n. 6.194/1974, estabelecem:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;



II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1o No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Grifo nosso)

Conforme se verifica do dispositivo acima transcrito, o valor da indenização deve ser limitado até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), observada a modalidade dos danos corporais sofridos, seguido de seu enquadramento no rol de debilidades que compõe o Anexo único da norma citada e o percentual de invalidez que se apurou na perícia médica.

Seguindo os parâmetros acima delineados, a perita do Juízo constatou, após a realização da perícia, que o autor é portador de 25% (leve) de incapacidade parcial, incompleta e permanente do crânio facial (id. 22753049 - Pág. 4).

Nessas condições, de acordo com a tabela constante no artigo 3º, da Lei nº 6.194/74, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.945/2009, o autor tem direito a uma indenização no importe de **R\$ 3.375,00 (25% de 100% de R\$ 13.500,00).**

Por fim, frise-se que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos. Contudo, como a produção da prova



pericial é atividade de pessoas especialmente qualificadas, em razão de sua técnica, ou seja, de sua experiência em matérias cuja verificação ou interpretação não seja possível com os conhecimentos ordinários, bem como o fato do laudo pericial produzido nos autos da presente ação encontrar-se baseado em fundamentação científica, não há como desconsiderá-lo.

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedente o pedido**, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, condenando a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT** a pagar à parte autora, a título de indenização securitária, o valor de **R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais)** corrigido pelo INPC a partir do evento danoso (18/06/2017 – Súmula 580 do STJ) e com juros de mora de 1% ao mês, contabilizados a partir da citação (Súmula 426 do STJ).

Em face do ônus da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes últimos fixados em 15% sobre o valor da condenação, que deverão ser reciprocamente suportados na proporção de 70% (setenta por cento) pela parte promovida e 30% (trinta por cento) pela parte autora, cuja cobrança a esta ficará suspensa, em face da gratuidade processual concedida.

Proceda-se com a transferência dos honorários periciais (id. 22753049 - Pág. 1).

Com o trânsito em julgado, **intime-se** o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer a execução do julgado, juntando, na oportunidade, planilha atualizada do crédito.

Publicação e registros eletrônicos. **Intimem-se**.

Cumpra-se.

Campina Grande, 9 de agosto de 2019.

Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga

Juíza de Direito Titular





8ª Vara Cível de Campina Grande

Nº do processo: 0805886-86.2019.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

Intimem-se as partes, por seu(a)(s) advogado(a)(s), da sentença abaixo:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE CAMPINA GRANDE

8ª VARA CÍVEL

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0805886-86.2019.8.15.0001

SENTENÇA



Vistos, etc.

SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, já qualificado, por conduto de advogado regularmente habilitado, ingressou em juízo com a presente Ação de cobrança de seguro DPVAT contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, igualmente qualificada, visando a obter provimento jurisdicional que lhe garanta o pagamento de **R\$ 9.500,00** a título de sinistro DPVAT. Para tanto, alega ter sofrido acidente automobilístico em 18/06/2017, cujas consequências resultaram em sequelas permanentes.

Aduz, ainda, ter feito o requerimento do sinistro na via administrativa, contudo, teve o seu pedido negado. Juntou documentos comprobatórios da ocorrência do acidente (Id 19953549 - Pág. 1) e da submissão a tratamentos hospitalares (Id Num. 19953530 - Pág. 1 e seguintes).

Concedida a justiça gratuita requerida na inicial, o réu foi citado, acostando contestação no Id 21524516 - Pág. 1. Em seara meritória, pugnou pela improcedência da demanda.

Réplica no id 21945283 - Pág. 1.

Em seguida, visando a possibilitar a prova da alegação autoral em relação a sua invalidez permanente, procedeu-se à perícia técnica, com a juntada do respectivo laudo no Id 22753049 - Pág. 3

Notificadas, as partes anexaram as suas impressões acerca do parecer técnico nos Id's 22821293 - Pág. 1 e 23059194 - Pág. 1.

Depósito dos honorários periciais no Id 22672139 - Pág. 1.

É o relatório, em apertada síntese. DECIDO.

1- DO MÉRITO

De início, **rejeito** a alegação levantada na contestação de ausência de cobertura do seguro por falta de pagamento do sinistro.



É que, conforme súmula 257, do STJ, “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”, ***razão pela qual não há como prosperar o argumento do réu.***

Como o fato narrado ocorreu em 2017, a matéria em exame deve ser analisada sob a égide da Lei n. 6.194/1974 em vigência à época do sinistro, ou seja, com as alterações introduzidas pela Lei n. 11.482/2007 e pela Lei n. 11.945/2009, em estrita observância ao princípio do *tempus regit actum*, inserido no art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.¹

Feitas estas considerações iniciais, temos que o art. 3º, *caput* e § 1º, da Lei n. 6.194/1974, estabelecem:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste



parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Grifo nosso)

Conforme se verifica do dispositivo acima transcrito, o valor da indenização deve ser limitado até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), observada a modalidade dos danos corporais sofridos, seguido de seu enquadramento no rol de debilidades que compõe o Anexo único da norma citada e o percentual de invalidez que se apurou na perícia médica.

Seguindo os parâmetros acima delineados, a perita do Juízo constatou, após a realização da perícia, que o autor é portador de 25% (leve) de incapacidade parcial, incompleta e permanente do crânio facial (id. 22753049 - Pág. 4).

Nessas condições, de acordo com a tabela constante no artigo 3º, da Lei nº 6.194/74, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.945/2009, o autor tem direito a uma indenização no importe de **R\$ 3.375,00 (25% de 100% de R\$ 13.500,00)**.

Por fim, frise-se que o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos. Contudo, como a produção da prova pericial é atividade de pessoas especialmente qualificadas, em razão de sua técnica, ou seja, de sua experiência em matérias cuja verificação ou interpretação não seja possível com os conhecimentos ordinários, bem como o fato do laudo pericial produzido nos autos da presente ação encontrar-se baseado em fundamentação científica, não há como desconsiderá-lo.

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedente o pedido**, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, condenando a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT** a pagar à parte autora, a título de indenização securitária, o valor de **R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais)** corrigido pelo INPC a partir do evento danoso (18/06/2017 – Súmula 580 do STJ) e com juros de mora de 1% ao mês, contabilizados a partir da citação (Súmula 426 do STJ).

Em face do ônus da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes últimos fixados em 15% sobre o valor da condenação, que deverão ser reciprocamente suportados na proporção de 70% (setenta por cento) pela parte promovida e 30% (trinta por cento) pela parte autora, cuja cobrança a esta ficará suspensa, em face da gratuidade processual concedida.

Proceda-se com a transferência dos honorários periciais (id. 22753049 - Pág. 1).



Com o trânsito em julgado, *intime-se* o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer a execução do julgado, juntando, na oportunidade, planilha atualizada do crédito.

Publicação e registros eletrônicos. *Intimem-se*.

Cumpra-se.

Campina Grande, 9 de agosto de 2019.

Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga

Juíza de Direito Titular

Autora: Advogado: PATRICIO CANDIDO PEREIRA OAB: PB13863-B Endereço: desconhecido

Ré: Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: AV PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 307, CENTRO, CAMPINA GRANDE - PB - CEP: 58400-052

Campina Grande, em 23 de agosto de 2019.


De ordem, MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA



EM ANEXO



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 001.7.19.12796/01
			Data de emissão: 02/09/2019
Nº do Processo: 0805886-86.2019.815.0001	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 01/09/2019
Número da guia: 001.2019.612796 Tipo da Guia: Custas de Recursos			UFR vigente: R\$ 50,58
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 303,48 Promovente: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 304,83
			Desconto total: R\$ 0,00
866900000039 048309283181 520190901006 171912796017 			Valor final: R\$ 304,83

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 001.7.19.12796/01
			Data de emissão: 02/09/2019
Nº do Processo: 0805886-86.2019.815.0001	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 01/09/2019
Número da guia: 001.2019.612796 Tipo de Guia: Custas de Recursos			UFR vigente: R\$ 50,58
Promovente: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 304,83
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 304,83

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 001.7.19.12796/01
			Data de emissão: 02/09/2019
Nº do Processo: 0805886-86.2019.815.0001	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 01/09/2019
Número da guia: 001.2019.612796 Tipo de Guia: Custas de Recursos			UFR vigente: R\$ 50,58
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 303,48 Promovente: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 304,83
			Desconto total: R\$ 0,00
866900000039 048309283181 520190901006 171912796017 			Valor final: R\$ 304,83



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
03/09/2019 - AUTOATENDIMENTO - 16.28.43
1251301251 SEGUNDA VIA 0027

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: J BARBOSA ADVOGADOS ASS
AGENCIA: 1251-3 CONTA: 31.969-4
=====

Convenio	TRIBUNAL DE JUSTIÇA-PB	
Codigo de Barras	86690000003-9	04830928318-1
	52019090100-6	17191279601-7
Data do pagamento		02/09/2019
Valor em Dinheiro		304,83
Valor em Cheque		0,00
Valor Total		304,83

DOCUMENTO: 090205
AUTENTICACAO SISBB: 9.BA7.F70.1E0.3B1.39A





EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

PROCESSO N. 08058868620198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SANDOVAL OLIVEIRA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 30 de agosto de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PROCESSO ORIGINÁRIO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE / PB

PROCESSO N.º 08058868620198150001

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

RAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Conforme apresentado na peça de bloqueio, a parte autora, ora Apelada, encontrava-se inadimplente com o prêmio do seguro, quando da ocorrência do sinistro, motivo pelo qual não há cobertura para o mesmo.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Não se verifica no caso em tela a cobertura do Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que a parte Apelada proprietária do veículo encontra-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório.

Resta comprovado nos autos que o veículo causador do acidente é de propriedade da própria vítima reclamante da indenização.

É cristalino que a parte Apelada não preenche os requisitos necessários para ser indenizada em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 273/2012¹.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes.

¹Art. 12º. O Seguro DPVAT garante cobertura por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. § 7º fica dispensado o pagamento da indenização ao proprietário inadimplente.



Frise-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74², garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios.

Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil³.

Pelo exposto, merece reforma a r. decisão atacada, vez que não deve ser imputada à Apelante qualquer indenização pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação de indenizar.

² Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. § 1º O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, leasing ou qualquer outro.

³ Art. 368. Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.



CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Restando incontestada a ausência de cobertura para o sinistro noticiado, ante a ausência de pagamento do prêmio do Seguro DPVAT, se impõe o provimento deste recurso, com a consequente improcedência da presente ação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 30 de agosto de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **SANDOVAL OLIVEIRA SILVA**, em curso perante a **8ª VARA CÍVEL** da comarca de **CAMPINA GRANDE**, nos autos do Processo nº 08058868620198150001.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 06/09/2019 10:57:27
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19090610572743200000023432289>
Número do documento: 19090610572743200000023432289



Estado da Paraíba - Poder Judiciário

Comarca de Campina Grande



Juízo de Direito da 8.^a Vara Cível

Fórum Affonso Campos, rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Estação Velha,

Campina Grande-PB – Telefone (083) 3310-2540 – CEP 58.410-050



Número do Processo: 0805886-86.2019.8.15.0001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Certidão de Ato Ordinatório

ATO ORDINATÓRIO nº 2 e 3, do Anexo abaixo, praticado nos termos da Portaria 01/2017 da 8ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande, da M.M. Juíza Dra. Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga, por:

- ☒ (x) mandado via sistema
- ☐ () mandado via Oficial de Justiça
- ☐ () precatória
- ☐ () ofício



☐ via postal

☐ edital

☐ em cartório

☒ outros - Remessa ao TJPB

ANEXO – ATOS ORDINATÓRIOS

1. Cumprir, de imediato e com prioridade, independentemente de despacho, as cartas precatórias aportadas neste Juízo, inclusive designar audiência de acordo com a pauta, devendo solicitar documentação faltante ou oficiar ao recolhimento das diligências necessárias, se for o caso.

2. Ao verificar existência de recurso de apelação, intimar a parte contrária para contrarrazões/recurso adesivo no prazo de 15 (quinze) dias.

3. Remeter ao TJPB, com ou sem a apresentação de contrarrazões, processos com apelações.

4. Em caso de improcedência liminar ou indeferimento da inicial, havendo a interposição de recurso apelatório, proceder à citação da parte demandada para responder o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 332, § 4º, do CPC.

5. Ao verificar a oposição de embargos de declaração, com ou sem efeitos infringentes, certificar a tempestividade, fazendo conclusão na hipótese de intempestividade, ou intimando a parte contrária para contrarrazões.

6. Transitada em julgado a sentença que julgou improcedente liminarmente ou indeferiu a petição inicial, intimar o réu nos termos do art. 241 e 332, § 2º do CPC.

7. Desentranhar e devolver ao Oficial de Justiça mandado cumprido de forma incompleta e/ou faltando qualquer documento que deva acompanhá-lo, para complementação da diligência. No caso do PJE, expedir novo mandado destinado ao Oficial de Justiça que cumpriu parcialmente a diligência.



8. Em caso de desistência, com contestação nos autos, intimar a parte contrária acerca do pedido declinatório no prazo de cinco dias.

9. Intimar o credor para indicar bens penhoráveis do devedor em vinte dias, após o Oficial de Justiça certificar que não encontrou bens passíveis de penhora pertencentes ao executado.

10. Fazer retornar ao arquivo processo desarquivado a pedido da parte, quando essa não requerer o que entender de direito em 15 (quinze) dias.

Campina Grande-PB, 9 de setembro de 2019

MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA

Anal./Téc. Judiciário



em anexo - formato PDF



EXCELENTÍSSIMO(A) Sr(A) Dr(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA **8ª VARA CÍVEL** DA
COMARCA DE **CAMPINA GRANDE/PB**,

PROCESSO: **0805886-86.2019.8.15.0001**

AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT POR INVALIDEZ

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

PROMOVIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da Ação de Cobrança, que perante esse Juízo, que promove contra a Recorrente, por seu advogado, em atenção ao r. despacho, em tempo oportuno, na forma do artigo 1009, § 2º, do NCPC, e demais dispositivos legais e aplicáveis a espécie, vem a perante V. Exa., apresentar **CONTRA-RAZÕES ao RECURSO DE APELAÇÃO**, manejado pela Promovida, contra a sábia decisão monocrática (SENTENÇA) que vergastou a tese por ela esposada conforme razões anexas, oportunidade em que reitera o pedido de remessa do processo a Colenda Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba/PB, *para apreciação e manutenção da decisão “a quo”*.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Campina Grande/PB, em 09 de Setembro de 2019.

PATRÍCIO CÂNDIDO PEREIRA
OAB/PB 13.863-B



MERITÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR DE UMA DAS CÂMARAS CÍVEIS
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAIBA,

PROCESSO: **0805886-86.2019.8.15.0001**

AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT POR INVALIDEZ

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

PROMOVIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

ORIGEM: 8ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE/PB.

CONTRA-RAZÕES:

MM. JULGADORES,
PROEMINENTE RELATOR.

SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, já devidamente qualificado nos presentes autos, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante V. Exa., apresentar as **Contra-Razões ao RECURSO DE APELAÇÃO**, expondo e ao final requerendo o seguinte:

O recorrido invocou a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para receber a indenização seguro DPVAT POR INVALIDEZ, em decorrência de acidente automobilístico, fato verificado no dia 18 DE JUNHO DE 2017.

MM. Julgadores, eis que ficou devidamente comprovada a ocorrência do sinistro, BEM COMO, que a lesão sofrida pelo recorrido foi derivada do mesmo.

Onde a sentença proferida em 1º Grau deve ser mantida em todos os seus termos. Para tanto, utiliza-se a seguradora recorrente de meios para procrastinar o direito daqueles que apresentam debilidades permanentes, devido ao sinistro de trânsito, baseando-se em circulares contrárias a Lei.

1º grau: sentença.



“Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, condenando a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT a pagar à parte autora, a título de indenização securitária, o valor de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais) corrigido pelo INPC a partir do evento danoso (18/06/2017 – Súmula 580 do STJ) e com juros de mora de 1% ao mês, contabilizados a partir da citação (Súmula 426 do STJ).

Em face do ônus da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes últimos fixados em 15% sobre o valor da condenação, que deverão ser reciprocamente suportados na proporção de 70% (setenta por cento) pela parte promovida e 30% (trinta por cento) pela parte autora, cuja cobrança a esta ficará suspensa, em face da gratuidade processual concedida.

Proceda-se com a transferência dos honorários periciais (id. 22753049 - Pág. 1).

Com o trânsito em julgado, *intime-se* o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer a execução do julgado, juntando, na oportunidade, planilha atualizada do crédito.

Publicação e registros eletrônicos. *Intimem-se*.

Cumpra-se.” - grifamos

-DO MERITO:

-DOS SUPOSTOS MOTIVOS APRESENTADOS PELA SEGURADORA PARA FINS DE REFORMA DA SENTENÇA:

A) DA SUPOSTA AUSENCIA DE NEXO CAUSAL:

DOUTOS JULGADORES, o recorrido foi vítima de acidente automobilístico, fato verificado no dia 18 DE JUNHO DE 2017, no período da tarde, numa estrada vicinal, nas proximidades do Sítio Cachoeira de Pedra D'Água, zona rural de Massaranduba/PB.

O sinistro se deu quando o autor conduzia a motocicleta HONDA CG 150 TITAN KS - COR VERMELHA - ANO 2006 - PLACAS MNI 6294 PB, e na referida estrada vicinal, nas proximidades do Sítio Cachoeira de Pedra D'Água, perdeu o controle da mesma num declive, após passar por um grande buraco, tombando bruscamente ao solo. Tudo conforme CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA



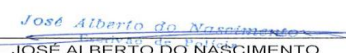
POLICIAL – VERSANDO SOBRE ACIDENTE DE TRÂNSITO anexado a inicial no ID nº 19953549.

Declarou que:

Informa o declarante, que no final da tarde do dia 18.06.2017, estava trafegando por uma estrada vicinal localizada no Sítio cachoeira de Pedra D'água, área rural de Massaranduba/PB, conduzindo a motocicleta HONDA/CG 150 TITAN KS, ano/modelo 2006/2006, cor vermelha, chassi nº 9C2KC08106R905367, de placa MNI-6294/PB, licenciada em seu nome (Sandoval Oliveira da Silva), quando em um declive perdeu o controle de direção e caiu ao solo, após passar por um grande buraco existente na estrada, sofrendo ferimentos graves na região da face, além de escoriações generalizadas pelo corpo, ficando um pouco desorientado, sendo socorrido por populares e encaminhado para o Hospital Regional de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamentos médicos, conforme documentos apresentados nesta Delegacia; Que, os Policiais Militares do BPTran não estiveram no local e portanto não foi confeccionado o boletim de acidente de trânsito; Que, no momento do acidente o tempo encontrava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não encontrando-se o declarante sob a influência de bebida alcoólica. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou FE.

Campina Grande, Segunda-feira, 21 de Agosto de 2017


SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
Declarante


JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO
Escrivão

O autor/recorrido foi socorrido para o HOSPITAL LOCAL (declaração de encaminhamento anexo no ID nº 19953540) e conduzido para o HOSPITAL DE EMERGENCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES, na cidade de Campina Grande/PB, onde permaneceu internado por vários dias.

Vale ressaltar, que devido sinistro o autor sofreu vários traumas pelo corpo, em especial, fraturas nos ossos da face, onde sofreu intervenção cirúrgica.

Por fim, Doutos Julgadores, sem mais delongas para não deixar a peça exaustiva, temos a dizer que toda documentação necessária ao deslinde da demanda foram devidamente anexados a presente ação, bem como, esta devidamente comprovado o NEXO DE CAUSALIDADE.

B) DA SUPOSTA AUSENCIA DE COBERTURA:

Doutos Julgadores, a recorrente entra com Apelação Cível, meramente procrastinatória, aduzindo que o recorrido não tem direito ao seguro DPVAT tendo em vista que o veículo envolvido no sinistro era de sua propriedade.

Pasmem!!!

Será que as pessoas que possuem veículos em seu nome, jamais poderão receber o seguro DPVAT? Então porque pagamos anualmente? Ou, aquelas pessoas que estiverem inadimplentes?



Assim, reza a Súmula 257 do STJ:

"A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização"

Consoante o teor de tal Súmula, a inadimplência do proprietário do veículo relativamente ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório DPVAT não obsta o recebimento da indenização.

Importante destacar que o fato de ser a vítima o próprio proprietário do veículo sinistrado, que restou inadimplente no tocante ao pagamento do prêmio, não constitui motivo para recusa do pagamento da indenização, não havendo que se falar, também, em compensação, por se tratar de obrigações distintas, devendo a seguradora apelante, caso assim entenda, ajuizar a ação pertinente de regresso, nos termos do § 1º, do art. 7º, da Lei 6.194/74.

Nossos Tribunais Pátrios assim têm se manifestado:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CPC/2015. DIREITO CIVIL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LESÃO AO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. ATRASO NO PAGAMENTO DO PRÊMIO. RECUSA DE INDENIZAÇÃO. DESCABIMENTO. SÚMULA 257/STJ. 1. Controvérsia acerca do pagamento de indenização do seguro DPVAT ao proprietário de veículo inadimplente com o pagamento do prêmio. 2. Nos termos da Súmula 257/STJ: "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização". 3. Precedentes desta Corte Superior no sentido de que a indenização é devida, ainda que a vítima seja o proprietário do veículo, inadimplente com o pagamento do prêmio. 4. **AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.** (STJ - AgInt no REsp: 1798176 PR 2019/0046062-6, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 01/07/2019, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/08/2019)

"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - INADIMPLÊNCIA DO SEGURADO EM RELAÇÃO AO PRÊMIO - IRRELEVÂNCIA PARA FINS DE RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO - ENTENDIMENTO DA SÚMULA Nº 257 DO STJ - COMPENSAÇÃO - NÃO CABIMENTO - ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - REDISTRIBUIÇÃO - CRITÉRIOS DE ARBITRAMENTO - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. - A inadimplência do prêmio do seguro DPVAT pelo proprietário do veículo não constitui motivo para a recusa do pagamento da indenização (Súmula nº 257, do STJ). - Além disso, não há que se falar em



compensação entre o valor pago a título de indenização e o valor devido a parte autora referente à taxa do seguro obrigatório DPVAT, conforme prevê o artigo 7º, § 1º, da Lei 6.194/74, cabendo a seguradora ré, caso queira, ajuizar ação de regresso em desfavor do autor. (...)" (TJMG, Ap. Cível 1.0699.14.012509-6/001, 11ª C. Cív., rel. Des.ª Shirley Fenzi Bertão, j. 06/12/2017, DJ 12/12/2017)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO PRÊMIO - DESNECESSIDADE - SÚMULA 257, DO STJ. Consoante o teor da Súmula 257, do STJ, a inadimplência do proprietário do veículo relativamente ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório DPVAT não obsta o recebimento da indenização. (TJ-MG - AC: 10000190511337001 MG, Relator: Adriano de Mesquita Carneiro, Data de Julgamento: 29/07/0019, Data de Publicação: 31/07/2019)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)- AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO - IRRELEVÂNCIA - SÚMULA 257 DO STJ - COMPENSAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO "A QUO. A inadimplência do proprietário do veículo, no que diz respeito ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório - DPVAT, não obsta o pagamento da indenização, nos termos da Súmula 257 do STJ. A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT, por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso, consoante Súmula nº 580/STJ. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.18.038147-7/001, Relator (a): Des.(a) Mônica Libânio, 11ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 12/07/0018, publicação da sumula em 12/07/2018). Grifei.

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE COBERTURA PELO SEGURO DPVAT. SÚMULA 257, DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. VERBA FIXADA EXCESSIVAMENTE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1- A negativa de pagamento do valor do seguro por inadimplência do segurado é tese de defesa há muito superada, diante da Súmula 257 do STJ, ao estabelecer que "a falta do pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização." 2- Tendo a seguradora dado causa à ação originária, ante a negativa de pagamento da indenização a que faz jus o Autor, deve responder pelo pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, consoante aplicação do princípio da causalidade. 3- Na fixação dos honorários advocatícios, devem ser levados em consideração o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. 4- Diante destes critérios e mostrando-se exorbitante o valor fixado na sentença, cabível sua redução. 5- Recurso conhecido e parcialmente



provido. (TJTO, Apelação Cível 0004959-60.2018.827.0000, Relatora: Juíza Célia Regina Régis, 1ª Câmara Cível, Julgamento: 23/05/2018). Grifei.

Portanto, havendo nos autos a comprovação do nexo causal entre a lesão da apelada e o acidente ocorrido, o dever de indenizar é medida que se impõe, razão pela qual não merece reforma a sentença recorrida.

-DO REQUERIMENTO:

Por todo o exposto, tem-se que a r. sentença atacada é oportuna, legal e justa, não havendo que prosperar as razões e pedidos ora apresentados pela Apelante. Assim, requer-se, quem sejam julgados improcedentes todos os pedidos preliminares e de mérito realizados pela Apelante em suas Razões de Apelação, vez que não lhe assiste razão;

Requer-se, ainda, seja a r. sentença de primeiro grau, ora atacada por Recurso de Apelação mantida em seu todo, não havendo o que se reformar ou modificar;

A condenação do apelante em honorários sucumbenciais recursais. Como mencionado no novo CPC que prevê expressamente “são devidos honorários advocatícios ... nos recursos interpostos” (art. 85, § 1º). Além disso, estipula que o “tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados” (art. 85, § 11);

À vista do exposto, confia o Apelado que este Egrégio Tribunal, conhecendo do recurso, a ele haverá de negar provimento, confirmando-se a r. sentença recorrida, por ser medida de Direito e de inteira Justiça.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Campina Grande/PB, em 09 de setembro de 2019.

PATRÍCIO CÂNDIDO PEREIRA
OAB/PB 13.863-B





Poder Judiciário da Paraíba
8º Vara Cível
Comarca de Campina Grande

Processo nº 0805886-86.2019.8.15.0001

DESTINATÁRIO(A): Ilmo.(a) Sr.(a) Gerente do Banco do Brasil

Rua 7 de Setembro, nº 52 – Centro, CEP nº 58400-105 - CAMPINA GRANDE – PB

REMETENTE:

UNIDADE JUDICIÁRIA: 8.ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE - FÓRUM AFFONSO CAMPOS

RUA: VICE-PREFEITO ANTÔNIO CARVALHO DE SOUSA, S/N

BAIRRO: ESTAÇÃO VELHA

CIDADE: CAMPINA GRANDE-PB

CEP: 58.410-050

Nº do processo: 0805886-86.2019.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Ofício nº 349/2019

Campina Grande, 21 de outubro de 2019.

Ilmo. (a)

Gerente

do

Banco

do

Sr. (a)

Brasil

Centro

Rua 7 de Setembro, nº

52

–

CEP nº 58400-105 - CAMPINA GRANDE – PB



Assunto: **Solicitação de transferência de valor.**

Senhor(a) Gerente,

Pelo presente, nos autos da ação acima identificada, solicito de Vossa Senhoria que seja transferido para a conta de Carlos Alberto Figueiredo Filho, portador do CPF nº 028.064.534-10, Banco do Brasil, agência 18856, conta corrente 76201 – o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) e seus devidos acréscimos, constantes na conta judicial 1600101773245, agência 63-9, depositados no Banco do Brasil, e, logo após a transferência, encerre a conta judicial.

Atenciosamente,

LUA YAMAOKA MARIZ MAIA PITANGA

Juíza de Direito

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]





**Tribunal de Justiça da Paraíba
Diretoria Judiciária
Gerência de Distribuição**

APELAÇÃO (198) 0805886-86.2019.8.15.0001

[Acidente de Trânsito]

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A REPRESENTANTE: SEGURADORA LÍDER DO
CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

APELADO: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

CERTIDÃO

Certifico, inicialmente, (***APENAS referente aos PROCESSOS ELETRÔNICOS***), nos termos do § 3º, art. 5º, da Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que o sistema informará ao Relator, automaticamente, a indicação de **POSSÍVEL PREVENÇÃO** destes autos com anterior recurso do PJE (Processo Judicial Eletrônico).

Certifico, outrossim, que em consulta ao Banco de Dados deste Poder (***APENAS referente aos PROCESSOS FÍSICOS***), **NÃO LOCALIZAMOS POSSÍVEL PREVENÇÃO** com os presentes autos.

Gerência de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 4 de novembro de 2019.

Dimas Junho de Araújo Lucena
Gerência de Distribuição





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete Des. José Ricardo Porto

Processo nº: 0805886-86.2019.8.15.0001

VISTOS

Recebo a apelação interposta, nos termos dos artigos 1.012, caput, c/c 1.013, caput, ambos do Código de Processo Civil, nos efeitos devolutivo e suspensivo.

Dê-se vista à d. Procuradoria de Justiça.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica

Des. José Ricardo Porto

RELATOR



Segue parecer





MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
9º PROCURADOR DE JUSTIÇA

PARECER

PROC. Nº 0805886-86.2019.8.15.0001;
NATUREZA – APELAÇÃO CÍVEL.
APELANTE – SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS S/A..
APELADO – SANDOVAL OLIVEIRA SILVA.
ORIGEM – COMARCA DE CAMPINA GRANDE – 8ª VARA CÍVEL.
ÓRGÃO JULGADOR – 1ª CÂMARA CÍVEL.
RELATOR – DES. JOSÉ RICARDO PORTO.

EGRÉGIA CÂMARA:

Em exame **APELAÇÃO CÍVEL** interposta pela **SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS S/A.**, em face de Sentença (ID 4828025 – págs. 01/04) proferida no Juízo da 8ª Vara Cível/Campina Grande que, nos autos de uma **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, ajuizada por **SANDOVAL OLIVEIRA SILVA**, julgou procedente em parte o pedido inicial.

Eis a parte dispositiva:

*“Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, condenando a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT** a pagar à parte autora, a título de indenização securitária, o valor de **R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais)** corrigido pelo INPC a partir do evento danoso (18/06/2017 – Súmula 580 do STJ) e com juros de mora de 1% ao mês, contabilizados a partir da citação (Súmula 426 do STJ). Em face do ônus da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes últimos fixados em 15% sobre o valor da condenação, que deverão ser reciprocamente suportados na proporção de 70% (setenta por cento) pela parte promovida e 30% (trinta por cento) pela parte autora, cuja cobrança a esta ficará suspensa, em face da gratuidade processual concedida”.*

Em suas razões recursais (ID 4828029 – págs. 01/04), a Seguradora aduziu a necessidade do pagamento do seguro obrigatório nos casos em que a vítima é o proprietário do veículo. Assim, pugnou pela reforma da sentença atacada.



Contrarrazões ofertadas pelo apelado (ID 4828032 – págs. 01/07).

Após, vieram os autos ao Ministério Público.

Relatei. Opino.

A controvérsia gira em torno da cobrança de seguro de danos pessoais causados por veículo (DPVAT). De acordo com a narrativa dos autos, em 18/06/2017 o autor foi vítima de acidente de trânsito, fato este que veio a ensejar incapacidade parcial, incompleta e permanente do crânio facial, daí decorrendo o pedido de pagamento de indenização do seguro DPVAT.

A seguradora apelante indicou a necessidade de pagamento do seguro para que o autor possa ser beneficiado.

Não há como dar guarida à alegação da obrigatoriedade da comprovação do pagamento do seguro obrigatório nos casos em que a vítima é o proprietário do veículo. Isso porque o fato de o veículo envolvido no acidente estar ou não licenciado não exime a seguradora do dever de pagar a indenização prevista na legislação atinente ao seguro obrigatório DPVAT, conforme entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça:

“**Súmula nº 257/STJ** - A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”

Desse modo, ao contrário do que afirma a seguradora apelante, restou demonstrada a existência do nexo de causalidade entre o acidente e os danos sofridos pelo autor, em razão do sinistro.

Em relação à indenização propriamente dita, a Lei nº 6.194, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, determina:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...) II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; (...)

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (...)

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de



sequelas residuais.

Neste diapasão, segundo o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça (**Súmula 474**), a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

O colendo **STJ** passou a entender no sentido da aplicação da proporcionalidade na indenização para o caso de invalidez no seguro DPVAT ao grau desta, independentemente da época na qual ocorreu o sinistro, mesmo que desta interpretação resulte a retroatividade da lei no tempo, bem como a possibilidade de regulamento administrativo se sobrepor a própria lei.

Nessa linha, a Lei nº 11.945/09, que alterou a Lei nº 6.194/74, trouxe uma tabela estabelecendo dita proporcionalidade, como forma de nortear o pagamento do seguro DPVAT.

Extraí-se da Perícia, que o Autor, em decorrência do acidente ocorrido, passou a conviver com a incapacidade parcial, incompleta e permanente do crânio facial (id. 22753049 - Pág. 4), sofrendo este uma debilidade da ordem de **25%** (grau leve).

De acordo com o anexo constante da Lei nº 6.194/74, a citada incapacidade implica no pagamento de indenização no valor correspondente a 100% de R\$ 13.500,00. Sendo assim, como a perda funcional do autor foi na ordem **25%**, o valor da indenização deve corresponder a **25%** de R\$ 13.500,00, ou seja, **R\$ 3.375,00**.

Considerando-se que o Magistrado sentenciante observou este cálculo quando da fixação da indenização, não há o que ser alterado no pronunciamento judicial.

Diante desse panorama, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por sua Procuradoria de Justiça Cível, opina pelo **desprovemento** do Recurso Apelatório.

É o parecer.

João Pessoa, 27 de novembro de 2019.

Vanina Nóbrega de Freitas Dias Feitosa
Promotora de Justiça convocada





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
1ª Câmara Cível
Des. José Ricardo Porto

Decisão em anexo.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GAB. DES. JOSÉ RICARDO PORTO

DECISÃO MONOCRÁTICA

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0805886-86.2019.8.15.0001

Relator :Des. José Ricardo Porto.
Apelante :Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/A.
Advogados :Suelio Moreira Torres e João Barbosa
Apelada :Sandoval Oliveira Silva
Advogado :Patrício Candido Pereira

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO. IRRESIGNAÇÃO DA SEGURADORA. ALEGAÇÃO DA AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO. IRRELEVÂNCIA. SÚMULA Nº 257 DO STJ. ENUNCIADO QUE NÃO FAZ DISTINÇÃO SOBRE A FIGURA DAQUELE QUE PLEITEIA O SEGURO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS PÁTRIOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO APELATÓRIO.

- Restando claro nos autos que o segurado foi vítima de acidente de trânsito, e que, em decorrência deste, culminou com sua morte, conforme certidão de óbito com a causa morte, entendo que ficou demonstrado o nexo de causalidade.

- A Súmula nº 257 do STJ estabelece: “*A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização*”. O enunciado não faz distinção sobre a figura daquele que pleiteia a indenização, seja ele o terceiro envolvido ou beneficiário, seja ele o proprietário do veículo inadimplente.

VISTOS.

Sandoval Oliveira Silva ajuizou Ação de Cobrança em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/A.**, objetivando o recebimento de indenização de seguro obrigatório.

Aduz que sofreu acidente automobilístico em 18/06/2017, do qual resultou debilidade permanente do uso do membro superior direito, fazendo *jus* à indenização que corresponde à importância de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Na sentença (Id nº 4828025), o juiz julgou parcialmente procedente o pedido, condenando a promovida ao pagamento de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais).



Irresignada, a demandada apelou aduzindo, exclusivamente, que quando a vítima é proprietária do veículo, exige-se a adimplência do bilhete como condição para que possa ser efetivamente realizado o pagamento da indenização. Enfatizou ainda, que o veículo não possuía licenciamento nem emplacamento junto ao órgão competente, de modo que o dano reclamado não está sujeito a cobertura técnica do seguro DPVAT.

Por último, defendeu que a Súmula nº 257 do STJ não se aplica ao caso, posto que, ao ser editada, o Superior Tribunal de Justiça buscou garantir o pagamento da indenização a terceiros beneficiários do seguro, na hipótese de o proprietário do veículo estar inadimplente.

Ao final, pugnou pelo provimento do apelo, para que o pleito exordial seja julgado totalmente improcedente - Id nº 4828029.

Contrarrazões - Id nº 4828032.

Instada a se manifestar, a Procuradoria de Justiça ofertou parecer opinando pelo desprovimento do apelo – Id nº 4991389.

É o relatório.

DECIDO.

O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – Seguro DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194, /74, com a finalidade de assegurar às vítimas de acidentes causados por veículos automotores de via terrestre a cobertura dos danos pessoais, compreendidas as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica.

Para a configuração do direito à percepção do seguro DPVAT, basta a prova eficaz da ocorrência do sinistro e do dano decorrente, além do nexo entre eles, nos termos da lei n. 6.194/74, independentemente de verificação de culpa.

Além do mais, inobstante o pagamento do seguro DPVAT seja obrigatório, o seu inadimplemento não tem aptidão para obstar o direito à indenização da vítima, já que o art. 5º, da Lei nº 6.194/1974, não exige do beneficiário a apresentação do comprovante de pagamento do prêmio para fins de recebimento do seguro DPVAT.

O Superior Tribunal de Justiça, inclusive, editou a Súmula nº 257, a qual estabelece que *“A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”*.

Vale registrar que o referido enunciado não faz distinção sobre a figura daquele que pleiteia a indenização, seja ele o terceiro envolvido ou beneficiário, seja ele o proprietário do veículo inadimplente.

Os Tribunais Pátrios seguem a mesma linha, senão vejamos:

***AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO.
DPVAT. Incapacidade apurada por perícia. Pretensão***



acolhida. Inadimplência do proprietário do veículo com relação ao prêmio devido. Irrelevância. Indenização devida. Aplicabilidade da Súmula n. 257 do STJ. Entendimento da jurisprudência. Precedentes do STJ e TJSP. Termo inicial de incidência de correção monetária do evento danoso e dos juros de mora desde a citação. Hipótese de sucumbência recíproca. Manutenção dos honorários fixados. Recurso desprovido. (TJSP, Apelação Cível nº 1083010-57.2016.8.26.0100, 36ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Milton Carvalho, julgado em 05/07/2018). (grifo nosso).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INADIMPLÊNCIA DO PRÊMIO. LESÃO NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. GRADUAÇÃO. SÚMULA 474, DO STJ. LEI Nº 11.945/2009. REDIMENSIONAMENTO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. I. A eventual inadimplência do prêmio do seguro DPVAT não constitui motivo para a recusa do pagamento da indenização. Inteligência da Súmula 257, do STJ. Precedentes do STJ. II. Não havendo comprovação de que o pagamento realizado na via administrativo por acidente ocorrido anteriormente seja decorrente de invalidez no mesmo membro afetado no sinistro objeto do presente feito, não há falar em cumulação de indenizações, motivo pelo qual não merece provimento o apelo da rés. III. O valor da indenização para os casos de invalidez permanente deve ser proporcional ao grau da lesão, independentemente da data em que ocorreu o acidente automobilístico. Incidência da Súmula 474, do STJ. Graduação da lesão com base na tabela acrescentada à Lei nº 6.194/74 pela Lei nº 11.945/2009, na qual foi convertida a Medida Provisória nº 451/2008. IV. No caso concreto, tendo em vista o laudo pericial, realizado por profissional especialista em traumatologia e ortopedia, verifica-se que o valor apurado na sentença encontra-se de acordo com as lesões sofridas pela parte autora, motivo pelo qual não merece provimento o apelo do autor neste ponto. V. Descabida a postulada inversão dos ônus sucumbências, uma vez que o autor decaiu substancialmente em suas pretensões, já que postulou, na petição inicial, a condenação das rés ao pagamento do montante de R\$ 13.500,00, enquanto que a indenização devida atinge apenas R\$ 2.362,50. VI. Majoração dos honorários advocatícios do procurador do autor, observados os limites do art. 85, §§ 2º e 11, do CPC. APELAÇÃO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDA. APELAÇÃO DAS RÉS DESPROVIDA. (TJ/RS, Apelação Cível Nº 70076330760, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge André Pereira Gailhard, Julgado em 30/05/2018). (grifo nosso).

APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT -CONTESTAÇÃO DE MÉRITO - INTERESSE DE AGIR



CONFIGURADO - REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - DESNECESSIDADE - VÍTIMA E PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO - INADIMPLÊNCIA IRRELEVÂNCIA - INVALIDEZ PARCIAL INDENIZAÇÃO - PAGAMENTO PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ - SÚMULA 474 DO STJ. 1. Em ação voltada ao recebimento do seguro obrigatório DPVAT, o interesse de agir da parte autora fica evidenciado pela apresentação de contestação de mérito, tornando desnecessária a comprovação de requerimento administrativo. 2. É devido o pagamento do seguro DPVAT desde que comprovados o acidente e as sequelas sofridas pela vítima, independentemente se ela, também proprietária do veículo, estiver inadimplente em relação ao prêmio do seguro. 3. "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez" (Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça). V.V.APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT-AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - INTERESSE DE AGIR NÃO CONFIGURADO. O prévio requerimento administrativo é necessário para configuração do interesse de agir nas ações de cobrança de indenização de seguro DPVAT. Entendimento de acordo com a jurisprudência do STF. (TJMG- Apelação Cível 1.0313.15.025453-7/001, Relator(a): Des.(a) Maurílio Gabriel , 15ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 15/03/2018, publicação da súmula em 27/03/2018). (grifo nosso).

Dito isso, não restando irresignação de nenhuma das partes quanto ao valor do seguro, entendo que a sentença deve ser mantida.

Com as considerações acima delineadas, nos termos do art. 932, IV, "a", do CPC, monocraticamente, **DESPROVEJO O RECURSO APELATÓRIO**, mantendo-se a decisão objurgada em todos os seus termos.

Publique-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Des. José Ricardo Porto
Relator

É como voto.

J/06



Intimo o Bel. SUELIO MOREIRA TORRES, a fim de tomar ciência dos termos da decisão proferida ID 4999353. Gerência de Processamento do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 29 de novembro de 2019.



Intimo o Bel. PATRICIO CANDIDO PEREIRA a fim de tomar ciência dos termos da decisão proferida ID 4999353. Gerência de Processamento do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 29 de novembro de 2019.



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. DES. JOSÉ RICARDO PORTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Processo: 0805886-86.2019.8.15.0001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **SANDOVAL OLIVEIRA SILVA**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA CONTRADIÇÃO

Sem adentrar ao mérito da decisão, informa a V. Exa. que constou na Ementa desta o seguinte:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO. IRRESIGNAÇÃO DA SEGURADORA. ALEGAÇÃO DA AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO. IRRELEVÂNCIA. SÚMULA Nº 257 DO STJ. ENUNCIADO QUE NÃO FAZ DISTINÇÃO SOBRE A FIGURA DAQUELE QUE PLEITEIA O SEGURO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS PÁTRIOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO APELATÓRIO.

- Restando claro nos autos que o segurado foi vítima de acidente de trânsito, e que, **em decorrência deste, culminou com sua morte, conforme certidão de óbito com a causa morte**, entendo que ficou demonstrado o nexo de causalidade. (Ggn)

Com a mais a respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decism.

Ocorre que a presente demanda versa sobre INVALIDEZ PERMANENTE DE PROPRIETÁRIO INADIMPLENTE e não de morte como constou do *decisum*.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Ressalte-se que a Embargante não está se omitindo ou procrastinando na presente demanda, muito pelo contrário, busca a veracidade dos fatos, para a perfeita aplicação da justiça, para que posteriormente não venha sofrer constrição de seu patrimônio indevidamente.

Diante do exposto, requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado-se os pontos contraditórios suscitados, conferido-lhes efeitos integrativos, por via de consequência modificativos, para o fim de prover integralmente, para que sobre eles se pronuncie esse Ilustre Julgador, tudo por ser medida de direito e justiça.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 16 de dezembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 18/12/2019 11:54:20
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1912181154200000000029770326>
Número do documento: 19121811542000000000029770326

Num. 31014150 - Pág. 2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete Des. José Ricardo Porto

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0805886-86.2019.8.15.0001

VISTOS

Trata-se de Embargos de Declaração (ID Nº 5136593) manejado pela Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT, desafiando decisão monocrática (ID Nº 4999353) que desproveu o seu recurso apelatório.

Tendo em vista que os embargos foram apresentados e rebelam-se em face de *decisum* colegiado prolatado após a vigência do novo Código de Processo Civil, entendo que os seus requisitos de admissibilidade, bem como o seu procedimento, devem observar as regras do novel CPC.

Nesse sentido, vejamos o que dispõem, respectivamente, os Enunciados Administrativos n.ºs 03 e 04 do Superior Tribunal de Justiça:

“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.” Grifei.

“Nos feitos de competência civil originária e recursal do STJ, os atos processuais que vierem a ser praticados por julgadores, partes, Ministério Público, procuradores, serventuários e auxiliares da Justiça a partir de 18 de março de 2016, deverão observar os novos procedimentos trazidos pelo CPC/2015, sem prejuízo do disposto em legislação processual especial.” Grifei

Pois bem, o NCPC, quanto às normas procedimentais da irrisignação em referência, leciona que:



Art. 1.023. Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo.

(...)

§ 2º O juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada.

Por essas razões, determino a intimação do embargado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar contrarrazões aos embargos de declaração.

Após, voltem-me os autos conclusos.

Cumpra-se.

João Pessoa/PB, data da assinatura eletrônica.

Des. José Ricardo Porto

R e l a t o r

J/06



Intimação a parte embargada, a fim de, no prazo de 05 (cinco), dias, de conformidade com o disposto no art. 1.023, § 2º, do CPC, apresentar contrarrazões aos termos dos Embargos Declaratórios de ID 5136592.

Gerência de Processamento do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 8 de janeiro de 2020



DECURSO DE PRAZO – contrarrazões

Certifico, por dever do ofício, para que esta produza os devidos efeitos legais, que, de conformidade com o sistema PJE, no dia 28 de janeiro de 2020, decorreu o prazo legal, sem apresentação das contrarrazões recursais.

O referido é verdade. Dou fé.

Gerência de Processamento do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 29 de janeiro de 2020.





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
1ª Câmara Cível
Des. José Ricardo Porto

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0805886-86.2019.8.15.0001

RELATOR : Des. José Ricardo Porto

EMBARGANTE : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/A.

ADVOGADOS : Suelio Moreira Torres, OAB/PB Nº 15.477 e João Barbosa,
OAB/PB Nº 4246-A

EMBARGADO : Sandoval Oliveira Silva

ADVOGADO : Patrício Candido Pereira, OAB/PB Nº 13.863-B

EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM FACE DE DECISÃO MONOCRÁTICA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO APELATÓRIO. ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL. OCORRÊNCIA. DEMANDA QUE TRATA DE RECEBIMENTO DO SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ PERMANENTE DO AUTOR E NÃO DE MORTE DO SEGURADO. EQUÍVOCO VERIFICADO. CORREÇÃO DO ERRO MATERIAL APONTADO. ACOLHIMENTO DA SÚPLICA.

- “Quando os embargos de declaração forem opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal, o órgão prolator da decisão embargada decidi-los-á monocraticamente.”. (Art. 1.024, § 2º, do Código de Processo Civil).

- Segundo inteligência do art. 1.022, *caput*, e incisos, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial, para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão, ou corrigir erro material eventualmente existentes.



- Merece acolhimento a súplica aclaratória apresentada, *in casu*, para fins de corrigir erro material existente no julgado para consignar que a demanda refere-se a cobrança de seguro DPVAT por invalidez permanente do autor e não de morte do segurado.

VISTOS

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A.**, em face da decisão monocrática constante no ID 4999353, que desproveu o seu recurso apelatório, nos autos da Ação de Cobrança proposta por **Sandoval Oliveira Silva**.

Em seu arrazodo (ID 5136593), alega o embargante que a decisão embargada contém erro material, haja vista que a *“demanda versa sobre “INVALIDEZ PERMANENTE DE PROPRIETÁRIO INADIMPLENTE e não de morte como constou do decisum.”*

Com base no exposto, requer o acolhimento da irresignação para que seja corrigido o erro material apontado.

Contrarrazões não apresentadas (ID 5266719).

É o relatório.

DECIDO

De início, esclareço que, nos termos do art. 1.024, § 2º, do Código de Processo Civil, *“Quando os embargos de declaração forem opostos contra decisão de relator ou outra decisão unipessoal proferida em tribunal, o órgão prolator da decisão embargada decidi-los-á monocraticamente.”*.

O recurso merece prosperar, ante a efetiva ocorrência do erro material suscitado pelo recorrente.

Quando do julgamento do recurso apelatório, este Relator desproveu o recurso apelatório da embargante.



No entanto, na ementa do *decisum* ora embargado, restou consignado, **por equívoco**, que a demanda consistia na cobrança do seguro DPVAT por morte do autor.

Vejamos o trecho que importa ao debate, com o devido destaque:

“(…) - Restando claro nos autos que o segurado foi vítima de acidente de trânsito, e que, em decorrência deste, culminou com sua morte, conforme certidão de óbito com a causa morte, entendo que ficou demonstrado o nexo de causalidade.” - ID 4999353.

Considerando o exposto, tenho que, de fato, há erro material no ponto, posto que a ação versa sobre recebimento do seguro DPVAT por invalidez permanente do segurado, ora, embargado.

Por tudo que foi exposto, e de forma monocrática, **ACOLHO** os presentes embargos de declaração, apenas para corrigir o erro material apontado, de modo a consignar que a demanda refere-se a cobrança de seguro DPVAT por invalidez permanente do autor.

Intimações necessárias.

Cumpra-se.

João Pessoa/PB, data da assinatura eletrônica.

Des. José Ricardo Porto

RELATOR



Intimação as partes do inteiro teor da Decisão de ID 5725526

Gerência de Processamento do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 26 de março de 2020



EM ANEXO





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		18/05/2020	63	3300116953890
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
15/05/2020	2598973	08058868620198150001	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
CAMPINA GRANDE	8 VARA CIVEL	RÉU	4578,83	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SANDOVAL OLIVEIRA SILVA		Física	02820008445	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
5293F497B54DD74C				
CÓDIGO DE BARRAS				



**Cálculo de Atualização Monetária****Dados básicos informados para cálculo**

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 3.375,00
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Abri/2017 a Março/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	6/5/2019 a 27/5/2020
Honorários (%)	10,5 %

Dados calculados

Fator de correção do período	1065 dias	1,096229
Percentual correspondente	1065 dias	9,622879 %
Valor corrigido para 1/3/2020	(=)	R\$ 3.699,77
Juros(387 dias-12,00000%)	(+)	R\$ 443,97
Sub Total	(=)	R\$ 4.143,74
Honorários (10,5%)	(+)	R\$ 435,09
Valor total	(=)	R\$ 4.578,83

Retornar Imprimir



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08058868620198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SANDOVAL OLIVEIRA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação.**

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

CAMPINA GRANDE, 20 de maio de 2020.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

~



CERTIDÃO

***Certifico**, para que esta produza os devidos efeitos legais, que no dia 25 do mês e ano em curso, de acordo com o sistema PJE, decorreu o prazo para interposição de recurso, aos termos da decisão ID 5725526.*

Gerência de Processamento do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 26 de maio de 2020.



em anexo - PDF



EXCELENTÍSSIMO(A) Sr(A) Dr(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA **8ª VARA CÍVEL** DA
COMARCA DE **CAMPINA GRANDE/PB**,

PROCESSO: **0805886-86.2019.8.15.0001**

AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT POR INVALIDEZ

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

PROMOVIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, portador do CPF nº 028.200.084-45, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, AÇÃO DE COBRANÇA que promove em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

Douto Juiz, a seguradora promovida depositou espontaneamente o valor da condenação através de DJO.

PRELIMINARMENTE, requeremos a Vossa Excelência a retenção dos honorários sucumbenciais e contratuais em favor deste causídico, tendo em vista previsão legal em lei, bem como, a existência de Contrato de honorários advocatícios.

Porque, Excelência, estamos requerendo a retenção dos honorários contratuais para serem liberados junto com os honorários sucumbenciais?

PRIMEIRO, porque na procuração juntada aos autos consta a previsão dos honorários contratuais no percentual de 30% (ID nº 19953579);

juizamento, podendo finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato. Os honorários advocatícios, em não havendo contrato que os regule, serão pagos a base de 30% (trinta por cento), sobre o valor bruto da condenação final, apurado em liquidação de sentença, sem prejuízo dos honorários de sucumbências, conforme aqui pactos através do presente Instrumento.

Campina Grande /PB, 08 / 01 2019.

Sandoval Oliveira Silva
OUTORGANTE

*Isento de reconhecimento de Firma, em face da Lei 8.952 de 13/12/1994, que dá nova redação ao artigo 38 do CPC.



SEGUNDO, porque também estamos juntando aos autos, CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, onde o causídico e a parte autora firmaram contrato de prestação de serviços advocatícios, no qual esta se comprometeu ao pagamento do percentual de 30% sobre o valor a receber na ação de cobrança proposta para recebimento do seguro DPVAT;

CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Por este instrumento particular de CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, figurando como CONTRATANTE,

Sandoval Oliveira Silva, brasileiro, casado, operador de
maquina, portador do RG nº 1.768.271-5505/PB, CPF nº
028.200.084-45, residente na Rua Fulana da Silva
Feco, nº 281, Centro, Massaranduba PB.

E como CONTRATADO, o ADVOGADO, O Bel PATRÍCIO CÂNDIDO PEREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob n.º 13.863B, com endereço profissional na Rua Santa Catarina, N.º 833, Liberdade, Campina Grande/PB, CEP.: 58.414-035, fone: (83) 98700.8099, (83) 99935.9957, têm entre si, justo e contratado, o que mutuamente aceitam e outorgam, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1 - **DO SERVIÇO JURÍDICO:** O CONTRATADO, em face do presente instrumento contratual obriga-se a IMPETRAR NA JUSTIÇA COMUM, AÇÃO DE COBRANÇA PARA FINS DE RECEBIMENTO DE SEGURO DPVAT face a sinistro de trânsito;

2 - **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:** Pelos serviços prestados e especificados na cláusula 1, o CONTRATADO, receberá a título de honorários, 30% (TRINTA POR CENTO), sobre o valor bruto da condenação final, apurado em liquidação de sentença, sem prejuízo dos honorários de sucumbências (nos termos do art. 23 do EOAB, Lei 8.906/94), conforme aqui pactos através do presente Instrumento.

E, por estarem, assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento, ASSINAM, na presença das testemunhas abaixo assinadas, que a tudo assistem.

Campina Grande - PB, 08/01/2019.
CONTRATANTE: Sandoval Oliveira Silva
CONTRATADO: Patrício Cândido Pereira

TESTEMUNHAS: _____

TERCEIRO, que jamais requereríamos tal retenção, se nós já tivéssemos recebido qualquer quantia da parte autora, o que não se aplica na presente demanda; **Se Vossa Excelência entender, poderemos providenciar uma Declaração da parte autora aduzindo que não nos pagou qualquer quantia.**

Recentemente, Excelência, o TJ/PB, decidiu sobre tema, em caso similar, através do Agravo de Instrumento nº 0810094-19.2019.8.15.0000, onde afirmou que a matéria já se encontra legalmente prevista, no artigo 22, § 4º, da Lei nº 8.906/94, **“que autoriza o pagamento direto ao advogado dos honorários**



contratualmente ajustados entre as partes, desde que o pedido seja instruído com a cópia do contrato”, IN VERBIS:

ACÓRDÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 0810094-19.2019.8.15.0000

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE DESTACAMENTO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS. JUNTADA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL ANTES DA EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO. POSSIBILIDADE. CABIMENTO. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA QUANTO AO VALOR PREVISTO NO INSTRUMENTO CONTRATUAL. REFORMA DA DECISÃO. PROVIMENTO.

- Nos moldes dos arts. 22, §4º, e 24 da Lei nº 8.906/94, é possível o destacamento dos honorários relativos ao contrato de prestação de serviços advocatícios firmado pelo constituinte, desde que colacionado ao processo, antes da expedição do precatório, e desde que inexistente entre o constituinte e os patronos divergência quanto ao valor instituído no instrumento contratual.

AGRAVO INTERNO. MANEJO CONTRA DECISÃO DE INDEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL. JULGAMENTO PREJUDICADO.

Diante do provimento do recurso instrumental, resta prejudicado o agravo interno manejado contra a decisão de indeferimento da tutela provisória recursal.

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDA a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por unanimidade, prover o agravo de instrumento e julgar prejudicado o agravo interno.

A propósito, estabelece o Estatuto da Advocacia e da OAB:

"Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

(...)

§ 4º Se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou".

Nessa linha de raciocínio, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESMEMBRAMENTO DO MONTANTE PRINCIPAL SUJEITO A PRECATÓRIO. RITO DISTINTO (RPV). POSSIBILIDADE. EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS OU CONTRATUAIS.

1. Na hipótese dos autos, o entendimento do Tribunal de origem está em conformidade com a orientação do Superior Tribunal de Justiça de que os honorários constituem direito autônomo do causídico, que poderá executá-los nos próprios autos ou em outra ação, seguindo rito distinto do crédito principal.

2. O patrono dos exequentes ostenta legitimidade para requerer, nos próprios autos da execução de sentença proferida no processo em que atuou, o destacamento da condenação dos valores a ele devido a título de honorários sucumbenciais ou



contratuais, sendo certo que, nesta última hipótese, deve proceder à juntada do contrato de prestação de serviços advocatícios, consoante o disposto nos arts. 22, § 4º, e 23 da Lei 8.906/94. Precedentes. 3. Agravo Interno não provido.(STJ - AgInt no REsp 1605280/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, Data do Julgamento 27/09/2016, DJe 14/10/2016)." – grifamos

"PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FUNDEF. VERBAS PARA EDUCAÇÃO. JUNTADA DO CONTRATO ESCRITO DA VERBA HONORÁRIA. ART. 22, § 4º, DA LEI 8.906/1994. RETENÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. 1. Discute-se nos autos a possibilidade de execução de honorários de contrato de prestação de serviços diretamente no processo de execução principal, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, nos termos dos arts. 22, § 4º, e 23 da Lei 8.906/94. 2. "É pacífico, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que é possível ao patrono da causa, em seu próprio nome, requerer o destaque da verba honorária, mediante juntada aos autos do contrato de honorários, nos termos do artigo 22, § 4º, da Lei 8.906/94, até a expedição do mandado de levantamento ou precatório" (AgRg no AREsp 447.744/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/3/2014, DJe 27/3/2014.). 3. A hipótese dos autos possui peculiaridade de que a constrição se dá em processo em que se discute verbas do FUNDEF. Questão discutia no REsp 1.509.457/PE está pendente de publicação. 4. A previsão constitucional de vinculação à educação da verba do FUNDEF não retira do patrono o direito de retenção dos honorários, pois a sua atuação decorre das verbas educacionais. Recurso especial improvido. (REsp 1591198/AL, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 25/08/2016)." - grifamos

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - LEVANTAMENTO DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS - POSSIBILIDADE.

- Os honorários convencionais não se confundem com aqueles que decorrem da sucumbência, não havendo empecilho à autorização para dedução do montante ajustado contratualmente do valor da condenação, depositado em conta judicial à disposição da parte.

(Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG - Agravo de Instrumento-Cv : AI 0496517-72.2017.8.13.0000 MG)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. DESTAQUE DO MONTANTE PRINCIPAL. POSSIBILIDADE. MESMA MODALIDADE DE PAGAMENTO DO PRINCIPAL. 1. Independentemente do ajuizamento de nova demanda, tem o advogado o direito de descontar do valor inscrito em RPV ou precatório, a parcela relativa aos honorários contratados com seu constituinte, desde que junte aos autos o contrato antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório. 2. Nos termos do disposto no § 1º do artigo 5º da resolução nº 438/2005, do Conselho da Justiça Federal, que regulamenta o procedimento para a expedição de requisições de pagamento, para que seja efetivado o exercício do direito garantido pelo §4º do art. 22 da Lei 8.906/94, exige-se que a juntada do contrato firmado se dê em momento anterior à expedição da requisição. 3. A expedição de RPV em separado para pagamento de honorários contratuais apenas não é admitida quando o principal for pago por meio de precatório. Tal posicionamento não configura contrariedade à Súmula Vinculante nº 47. Precedentes (50143468620184040000, Rel. Des.Fernando Quadros da Silva, julg em 18/07/2018). Assim, presentes os requisitos autorizadores da tutela pretendida, deve ser deferida para possibilitar o destaque do pagamento dos honorários contratuais. Ante o exposto, defiro o pedido de efeito suspensivo ativo. Comunique-se ao Juízo de origem. Intime-se o agravado para querendo, responder. (TRF4, AG 5048355-40.2019.4.04.0000, TURMA REGIONAL SUPLEMENTAR DO PR, Relator LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO, juntado aos autos em 17/02/2020)



-DA SENTENÇA E RECURSO JULGADOS NO PRESENTE PROCESSO:

Destarte, a AÇÃO qual foi julgada PROCEDENTE em parte, conforme dispositivo da sentença prolatada no ID nº 23368193.

“Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, condenando a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT a pagar à parte autora, a título de indenização securitária, o valor de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais) corrigido pelo INPC a partir do evento danoso (18/06/2017 – Súmula 580 do STJ) e com juros de mora de 1% ao mês, contabilizados a partir da citação (Súmula 426 do STJ).

Em face do ônus da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes últimos fixados em 15% sobre o valor da condenação, que deverão ser reciprocamente suportados na proporção de 70% (setenta por cento) pela parte promovida e 30% (trinta por cento) pela parte autora, cuja cobrança a esta ficará suspensa, em face da gratuidade processual concedida.

Proceda-se com a transferência dos honorários periciais (id. 22753049 - Pág. 1). Com o trânsito em julgado, *intime-se* o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer a execução do julgado, juntando, na oportunidade, planilha atualizada do crédito.

Publicação e registros eletrônicos. *Intimem-se.*” - GRIFAMOS

Inconformada, a seguradora Líder recorreu ao TJ/PB, onde foi desprovida em todos os seus termos, conforme acórdão anexado no ID nº 31013796:

Com as considerações acima delineadas, nos termos do art. 932, IV, “a”, Do CPC, monocraticamente, DESPROVEJO O RECURSO APELATÓRIO, mantendo-se a decisão objurgada em todos os seus termos.

Embargos: Por tudo que foi exposto, e de forma monocrática, **ACOLHO** os presentes embargos de declaração, apenas para corrigir o erro material apontado, de modo a consignar que a demanda refere-se a cobrança de seguro DPVAT por invalidez permanente do autor.

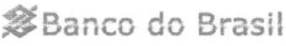
Com o Trânsito em Julgado da sentença, a executada foi condenada a pagar a parte autora o valor de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais) corrigido pelo INPC a partir do evento danoso (18/06/2017) e com juros de mora de 1% ao mês, contabilizados a partir da citação, mais honorários advocatícios, em 70% de 15% sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, § 2º, do NCPC.

-DO DEPÓSITO E CÁLCULOS:

Para tanto, a seguradora promovida depositou ESPONTANEAMENTE o valor devido através de depósito judicial no Banco do Brasil sob nº 3300116953890,



conforme comprovante de depósito anexado no ID nº 6368732, a quantia de R\$ 4.578,83 (QUATRO MIL, QUINHENTOS E SETENTA E OITO REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS).

		Nº DA CONTA JUDICIAL 3300116953890	
Nº DA PARCELA 0	DATA DO DEPÓSITO 18/05/2020	AGÊNCIA (PREF / DV) 63	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 15/05/2020	Nº DA GUIA 2598973	Nº DO PROCESSO 08058868620198150001	TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA
COMARCA CAMPINA GRANDE	ORGÃO/VARA 8 VARA CÍVEL	DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 4578,83
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA Jurídico	CPF / CNPJ	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE SANDOVAL OLIVEIRA SILVA	TIPO DE PESSOA Física	CPF / CNPJ 02820008445	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 5293F497B54DD74C			
CÓDIGO DE BARRAS			

Onde, também juntou o demonstrativo dos cálculos, onde desde já nós concordamos, no ID nº 6368734:

Dados básicos informados para cálculo		
Descrição do cálculo		
Valor Nominal	R\$ 3.375,00	
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.	
Período da correção	Abril/2017 a Março/2020	
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples	
Período dos juros	6/5/2019 a 27/5/2020	
Honorários (%)	10,5 %	

Dados calculados		
Fator de correção do período	1065 dias	1,096229
Percentual correspondente	1065 dias	9,622879 %
Valor corrigido para 1/3/2020	(=)	R\$ 3.699,77
Juros(387 dias-12,000000%)	(+)	R\$ 443,97
Sub Total	(=)	R\$ 4.143,74
Honorários (10,5%)	(+)	R\$ 435,09
Valor total	(=)	R\$ 4.578,83

-DA LIBERAÇÃO DOS RESPECTIVOS ALVARÁS:

Assim, no levantamento dos respectivos ALVARÁS JUDICIAIS, deverá ser pago ao advogado subscritor da demanda, os honorários advocatícios SUCUMBENCIAIS arbitrados sentença prolatada, no PERCENTUAL de 10,5% sobre o principal, o que corresponde ao valor de R\$ 435,09 (QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E NOVE CENTAVOS), conforme demonstrativo de cálculo juntado no ID nº 6368734, bem como, os honorários contratuais pactuados entre as partes, na monta de 30% (Trinta por cento) sobre o valor principal de R\$ 4.143,74 (QUATRO MIL, CENTO E QUARENTA E TRÊS REAIS E



SETENTA E QUATRO CENTAVOS), o que perfaz R\$ 1.243,12 (UM MIL, DUZENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E DOZE CENTAVOS), conforme estabelecido no tópico contido no Instrumento Procuratório anexado junto ao ID nº 19953579, bem como, pelo CONTRATO DE HONORARIOS ADVOCATICIOS que anexamos a presente petição.

Perfazendo o total a ser descontado em favor do advogado subscritor da demanda, a quantia de R\$ 1.678,21 (UM MIL, SEISCENTOS E SETENTA E OITO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS), REFERENTE AOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E CONTRATUAIS, respectivamente.

Já o autor, DESCONTADOS os 30% (Trinta por cento) referente aos honorários contratuais, sobre o valor principal de R\$ 4.143,74 (QUATRO MIL, CENTO E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS), restará o valor de R\$ 2.900,62 (DOIS MIL, NOVECENTOS REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS).

-DO PEDIDO:

FACE O EXPOSTO, REQUER a Vossa Excelência, que determine o levantamento do valor depositado, na conta judicial nº 3300116953890, através da EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS DISTINTOS, em nome do Autor, SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, portador do CPF nº 028.200.084-45, no que equivale a R\$ 2.900,62 (DOIS MIL, NOVECENTOS REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS).

E, outro, correspondente aos honorários sucumbenciais(10,5%) MAIS os 30% (Trinta por cento) sobre valor principal referente aos honorários contratuais, em nome do causídico patrocinador da demanda, PATRICIO CÂNDIDO PEREIRA (CPF Nº 991.440.344-15 – OAB/PB Nº 13.863-B) na monta de R\$ 1.678,21 (UM MIL, SEISCENTOS E SETENTA E OITO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS).

Nestes termos,
Pede e Espera deferimento.

Campina Grande/PB, aos 27 de maio de 2020.

Patrício Cândido Pereira.
OAB/PB 13.863-B.



CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Por este instrumento particular de CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, figurando como **CONTRATANTE**,

Sandoval Oliveira Silva, brasileiro casado, operador de
maquina, portador do RG nº 1.768.271 SDO/PB, CPF nº
028.200.084-45, residente na Rua Fulana da Silva
Zeca, nº 281, Centro, Massaranduba/PB.

E como **CONTRATADO, o ADVOGADO, O Bel PATRÍCIO CÂNDIDO PEREIRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob n.º 13.863B, com endereço profissional na Rua Santa Catarina, N.º 833, Liberdade, Campina Grande/PB, CEP.: 58.414-035, fone: (83) 98700.8099, (83) 99935.9957, têm entre si, justo e contratado, o que mutuamente aceitam e outorgam, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1 - DO SERVIÇO JURÍDICO: O CONTRATADO, em face do presente instrumento contratual obriga-se a IMPETRAR NA JUSTIÇA COMUM, AÇÃO DE COBRANÇA PARA FINS DE RECEBIMENTO DE SEGURO DPVAT face a sinistro de trânsito;

2 - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS: Pelos serviços prestados e especificados na cláusula 1, o CONTRATADO, receberá a título de honorários, 30% (TRINTA POR CENTO), sobre o valor bruto da condenação final, apurado em liquidação de sentença, sem prejuízo dos honorários de sucumbências (nos termos do art. 23 do EOAB, Lei 8.906/94), conforme aqui pactos através do presente Instrumento.

3 - DA AÇÃO JUDICIAL IMPETRADA: Fica estabelecido que, iniciados os serviços especificados na cláusula 1, são devidos os honorários contratados por completo neste instrumento, ainda que em caso de desistência por parte do CONTRATANTE, ou se for cassado o mandato do CONTRATADO sem sua culpa, ou ainda, por acordo do CONTRATANTE com a parte contrária, sem a devida aquiescência do CONTRATADO, podendo este exigir os honorários de imediato.

Parágrafo Primeiro: Fica estabelecido que em caso de serviços de cobrança ou de execução, ou ainda de qualquer outra natureza, em que o CONTRATADO receba verba ou importância em nome do CONTRATANTE, este desde já, autoriza àquele, descontar os honorários advocatícios, da verba ou importância recebida, ficando obrigado o CONTRATADO a reembolsar o CONTRATANTE no valor correspondente ao saldo remanescente.

4 - DISPOSIÇÕES GERAIS: O presente contrato, com natureza de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 585, inciso II do Código de Processo Civil, obriga as partes e seus herdeiros e sucessores em todas as obrigações aqui assumidas;

5 - DO FORO DE ELEIÇÃO: As partes elegem o Foro da Comarca de Campina Grande-PB, como o competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou divergências que porventura venham a ocorrer em virtude do cumprimento do presente contrato, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que se configure.

E, por estarem, assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento, ASSINAM, na presença das testemunhas abaixo assinadas, que a tudo assistem.

Campina Grande - PB, 08/ 01 / 2019.

CONTRATANTE: Sandoval Oliveira Silva

CONTRATADO: Patrício Cândido Pereira

TESTEMUNHAS: _____







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE CAMPINA GRANDE

8ª VARA CÍVEL

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0805886-86.2019.8.15.0001

DESPACHO

Vistos.

Autorizo o levantamento dos honorários contratuais (id. 31027296 - Pág. 1).

Expeçam-se alvará judiciais, em favor do autor e de seu advogado, nos termos da sentença.

Após, calculem-se as custas e intime-se o réu para pagamento em até 15 (quinze) dias, sob pena de penhora online ou protesto/posterior inscrição na dívida ativa.

Havendo pagamento voluntário, arquivem-se.

Cumpra-se.

Campina Grande, 27 de maio de 2020.



Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga


Juíza de Direito Titular





EM ANEXO



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 001.4.20.05982/01
			Data de emissão: 19/05/2020
Nº do Processo: 0805886-86.2019.815.0001	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/05/2020
Número da guia: 001.2020.605982 Tipo da Guia: Custas Finais			UFR vigente: R\$ 51,78
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 181,23 Promovente: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 48,08 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 328,93
			Desconto total: R\$ 98,27
866900000021 306609283180 520200531009 142005982012 			Valor final: R\$ 230,66

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 001.4.20.05982/01
			Data de emissão: 19/05/2020
Nº do Processo: 0805886-86.2019.815.0001	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/05/2020
Número da guia: 001.2020.605982 Tipo de Guia: Custas Finais			UFR vigente: R\$ 51,78
Promovente: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 328,93
			Desconto total: R\$ 98,27
			Valor final: R\$ 230,66

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 001.4.20.05982/01
			Data de emissão: 19/05/2020
Nº do Processo: 0805886-86.2019.815.0001	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/05/2020
Número da guia: 001.2020.605982 Tipo de Guia: Custas Finais			UFR vigente: R\$ 51,78
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 181,23 Promovente: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 48,08 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 328,93
			Desconto total: R\$ 98,27
866900000021 306609283180 520200531009 142005982012 			Valor final: R\$ 230,66



Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	28/05/2020	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO		TIPO DE JUSTIÇA
28/05/2020	0805886620198150001		ESTADUAL
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PB	Vara Cível	RÉU	230,66
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	092486080000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SANDOVAL OLIVEIRA SILVA		FÍSICA	02820008445
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
FE12B258C534863			
CÓDIGO DE BARRAS			
86690000002 1 30660928318 0 52020053100 9 14200598201 2			





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08058868620198150001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SANDOVAL OLIVEIRA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada da inclusa guia de recolhimento de custas finais, bem como diante do cumprimento da obrigação e da satisfação do credor, requer a baixa do processo no cartório distribuidor e o subsequente arquivamento dos autos.**

Por oportuno, em caso de verificado saldo remanescente a ser recolhido, pugna-se pela intimação da demandada, em nome do seu causídico abaixo apontado.

Por derradeiro, requer, ainda a ré que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES, 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

CAMPINA GRANDE, 2 de junho de 2020.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

~





Estado da Paraíba - Poder Judiciário

Comarca de Campina Grande

Juízo de Direito da 8.^a Vara Cível

Fórum Affonso Campos, rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Estação Velha,



Campina Grande-PB – Telefone (083) 3310-2540 – CEP 58.410-050

Número do Processo: 0805886-86.2019.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certidão

Certifico e dou fé que deixei de expedir alvarás judiciais em virtude de não constar nos autos informação em relação aos *dados bancários do autor e do seu advogado (agência, conta-corrente ou conta poupança e nome do Banco)*, para fins de atender ao disposto no Ofício Circular nº 014/2020 - GAPRE.

Campina Grande-PB, 10 de junho de 2020.

MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA

Anal./Téc. Judiciário





Estado da Paraíba - Poder Judiciário

Comarca de Campina Grande

Juízo de Direito da 8.ª Vara Cível

Fórum Affonso Campos, rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Estação Velha,



Campina Grande-PB – Telefone (083) 3310-2540 – CEP 58.410-050

Número do Processo: 0805886-86.2019.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certidão de Ato Ordinatório

ATO ORDINATÓRIO n° 8, do Anexo D, praticado nos termos do Provimento CGJ n° 04/2014, por:

☒ (x) mandado via sistema

☐ () mandado via Oficial de Justiça

☐ () precatória

☐ () ofício

☐ () via postal

☐ () edital

☐ () em cartório



() outros - _____

ANEXO D – ATOS ORDINATÓRIOS EM FACE DA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.

1. Expedir intimação à parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço da parte adversa.
2. Expedir intimação à parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço da testemunha.
3. Expedir intimação à parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço do perito ou assistente técnico.
4. Expedir intimação à parte ré para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço da parte adversa.
5. Expedir intimação à parte ré para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço da testemunha.
6. Expedir intimação à parte ré para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder à identificação, qualificação ou complementar o endereço do perito ou assistente técnico.
7. Expedir intimação ao autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, juntar prova das publicações do edital de citação.
8. **Expedir intimação à parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre a certidão ou o documento de ID 31455033.**
9. Expedir intimação à parte ré para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre a certidão ou o documento de ID. _____.
10. Expedir nova citação.
11. Expedir nova intimação.

Campina Grande-PB, 10 de junho de 2020



MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA

Anal./Téc. Judiciário





8ª Vara Cível de Campina Grande

Nº do processo: 0805886-86.2019.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

Intime-se a parte autora, por seu(a) advogado (a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre a certidão ou o documento de ID 31455033.

Advogado: PATRICIO CANDIDO PEREIRA OAB: PB13863-B Endereço: desconhecido

Campina Grande, em 10 de junho de 2020.

De ordem, MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA



em anexo - PDF



EXCELENTÍSSIMO(A) Sr(A) Dr(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA **8ª VARA CÍVEL** DA COMARCA DE **CAMPINA GRANDE/PB**,

PROCESSO: **0805886-86.2019.8.15.0001**

AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT POR INVALIDEZ

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

PROMOVIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, portador do CPF nº 028.200.084-45, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, AÇÃO DE COBRANÇA que promove em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

Douto Juiz, em atendimento ao Mandado do ID nº 31455473, o qual determina a intimação para se manifestar sobre a **certidão do ID nº 31455033**, a qual reza sobre a impossibilidade de expedição dos alvarás, em virtude da **ausência das contas bancárias das partes**.

Certifico e dou fé que deixei de expedir alvarás judiciais em virtude de não constar nos autos informação em relação aos dados bancários do autor e do seu advogado (agência, conta-corrente ou conta poupança e nome do Banco), para fins de atender ao disposto no Ofício Circular nº 014/2020 - GAPRE.

Campina Grande-PB, 10 de junho de 2020.

-DAS CONTAS BANCÁRIAS DO AUTOR E ADVOGADO:

Excelência, segue as informações das **contas bancárias do autor e causídico, respectivamente**.

- SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

CPF: 028.200.084-45

BANCO BRADESCO S/A

AGENCIA: 0493-6

CONTA POUPANÇA: 1003393-4



PATRICIO CÂNDIDO PEREIRA

CPF: 991.440.344-15

OAB/PB: 13.863-B

BANCO DO BRASIL S/A

AGENCIA: 1634-9

CONTA CORRENTE: 108.376-7



DOS PRESENTES ALVARÁS:

Conforme, determinado pela Magistrada no despacho do ID nº 31041779, no levantamento dos Alvarás, deverá ser observado os honorários contratuais em favor deste causídico, conforme ID nº 31027296 - Pag. 1.

DESPACHO

Vistos.

Autorizo o levantamento dos honorários contratuais (id. 31027296 - Pág. 1).

Expeçam-se alvará judiciais, em favor do autor e de seu advogado, nos termos da sentença.

Após, calculem-se as custas e intime-se o réu para pagamento em até 15 (quinze) dias, sob pena de penhora online ou protesto/posterior inscrição na dívida ativa.

Havendo pagamento voluntário, arquivem-se.

Cumpra-se.

Campina Grande, 27 de maio de 2020.

Assim, na emissão dos presentes alvarás de transferência, em especial no do advogado, deverá ser acrescido os honorários contratuais junto aos sucumbenciais.

DO DEPÓSITO E CÁLCULOS:

Para tanto, a seguradora promovida depositou ESPONTANEAMENTE o valor devido através de depósito judicial no Banco do Brasil sob nº 3300116953890, conforme comprovante de depósito anexado no ID nº 6368732, a quantia de R\$ 4.578,83 (QUATRO MIL, QUINHENTOS E SETENTA E OITO REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS).



				Nº DA CONTA JUDICIAL 3300116953890
Nº DA PARCELA 0	DATA DO DEPÓSITO 18/05/2020	AGÊNCIA (PREF / DV) 63	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL	
DATA DA GUIA 15/05/2020	Nº DA GUIA 2598973	Nº DO PROCESSO 08058868620198150001	TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA CAMPINA GRANDE	ORÇÃO/VARA 8 VARA CIVEL	DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 4578,83	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA Jurídico	CPF / CNPJ	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE SANDOVAL OLIVEIRA SILVA		TIPO DE PESSOA Física	CPF / CNPJ 02820008445	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 5293F497B54DD74C				
CÓDIGO DE BARRAS				

Onde, também juntou o demonstrativo dos cálculos, onde desde já nós concordamos, no ID nº 6368734:

Dados básicos informados para cálculo		
Descrição do cálculo		
Valor Nominal	R\$ 3.375,00	
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.	
Período da correção	Abril/2017 a Março/2020	
Taxa de Juros (%)	1 % a.m. simples	
Período dos juros	6/5/2019 a 27/5/2020	
Honorários (%)	10,5 %	

Dados calculados		
Fator de correção do período	1065 dias	1,096229
Percentual correspondente	1065 dias	9,622879 %
Valor corrigido para 1/3/2020	(=)	R\$ 3.699,77
Juros(387 dias-12,00000%)	(+)	R\$ 443,97
Sub Total	(=)	R\$ 4.143,74
Honorários (10,5%)	(+)	R\$ 435,09
Valor total	(=)	R\$ 4.578,83

-DA LIBERAÇÃO DOS RESPECTIVOS ALVARÁS:

Assim, no levantamento dos respectivos ALVARÁS JUDICIAIS, deverá ser pago ao advogado subscritor da demanda, os honorários advocatícios SUCUMBENCIAIS arbitrados sentença prolatada, no PERCENTUAL de 10,5% sobre o principal, o que corresponde ao valor de **R\$ 435,09 (QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E NOVE CENTAVOS)**, conforme demonstrativo de cálculo juntado no ID nº 6368734, bem como, os honorários contratuais pactuados entre as partes, na monta de 30% (Trinta por cento) sobre o valor principal de **R\$ 4.143,74 (QUATRO MIL, CENTO E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS)**, o que perfaz **R\$ 1.243,12 (UM MIL, DUZENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E DOZE CENTAVOS)**, conforme estabelecido no tópico contido no Instrumento Procuratório anexado junto ao ID nº 19953579, bem como, pelo CONTRATO DE HONORARIOS ADVOCATICIOS que anexamos a presente petição.

Perfazendo o total a ser descontado em favor do advogado subscritor da demanda, a quantia de **R\$ 1.678,21 (UM MIL, SEISCENTOS E SETENTA E OITO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS)**, REFERENTE AOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E CONTRATUAIS, respectivamente.



Já o autor, DESCONTADOS os 30% (Trinta por cento) referente aos honorários contratuais, sobre o valor principal de R\$ 4.143,74 (QUATRO MIL, CENTO E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS), restará o valor de R\$ 2.900,62 (DOIS MIL, NOVECENTOS REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS).

-DO PEDIDO:

FACE O EXPOSTO, REQUEREMOS a Vossa Excelência, que determine a transferência do valor depositado, na conta judicial nº 3300116953890, através da EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS DISTINTOS:

a) em nome do Autor SANDOVAL OLIVEIRA SILVA, portador do CPF nº 028.200.084-45, no que equivalente a R\$ 2.900,62 (DOIS MIL, NOVECENTOS REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS), na CONTA:

- SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

CPF: 028.200.084-45
BANCO BRADESCO S/A
AGENCIA: 0493-6
CONTA POUPANÇA: 1003393-4

b) E, outro, correspondente aos honorários sucumbenciais(10,5%) MAIS os 30% (Trinta por cento) sobre valor principal referente aos honorários contratuais (DEFERIDOS NO DESPACHO ID Nº 31041779), em nome do causídico patrocinador da demanda, PATRICIO CÂNDIDO PEREIRA (CPF Nº 991.440.344-15 – OAB/PB Nº 13.863-B) na monta de R\$ 1.678,21 (UM MIL, SEISCENTOS E SETENTA E OITO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS), para a CONTA:

-PATRICIO CÂNDIDO PEREIRA

CPF: 991.440.344-15
OAB/PB: 13.863-B
BANCO DO BRASIL S/A
AGENCIA: 1634-9
CONTA CORRENTE: 108.376-7



Nestes termos,
Pede e Espera deferimento.

Campina Grande/PB, aos 23 de Junho de 2020.

Patrício Cândido Pereira.

OAB/PB 13.863-B.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE CAMPINA GRANDE
Juízo do(a) 8ª Vara Cível de Campina Grande

Tel.: (83) 3310-2540 / (83) 99144-7421; e-mail: cpg-vciv08@tjpb.jus.br

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.l.

ALVARA JUDICIAL Nº 171/2020
PROCESSO Nº 0805886-86.2019.8.15.0001

 **Banco do Brasil**

Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
0		18/05/2020	63	3300116953890
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
15/05/2020	2598973	08058868620198150001	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
CAMPINA GRANDE	8 VARA CÍVEL	RÉU	4578,83	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SANDOVAL OLIVEIRA SILVA		Física	02820008445	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
5293F497B54DD74C				
CÓDIGO DE BARRAS				

Deve a aludida instituição financeira proceder em conformidade com a legislação em vigor, dispensada a apresentação de v impressa deste alvará com assinatura física do Juiz, devendo ser verificada a autenticidade desta ordem judicial através do sítio <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>", bastando, para tanto, ser fornecido o código numérico que encontra no rodapé deste documento (código de barras). O QUE CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Dado e passado na cidade de Campina Grande-PB, e emitido em 30 de junho de 2020. O presente documento foi redigido pelo(a) servidor(a) MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA, Chefe de Cartório, e assinado eletronicamente pelo(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito abaixo discriminado(a).

LUA YMAOKA MARIZ MAIA PITANGA

Juiz(a) de Direito

- 1- Havendo coincidência do número do processo, do CPF e do nome da parte beneficiária, eventual divergência em relação ao órgão jurisdicional (juizado) no canal "Órgão/Vara", deverá ser considerada mera irregularidade que não impedirá a liberação do alvará.
- 2- O presente alvará somente será válido se enviado através do e-mail institucional oficial da unidade judiciária, conforme relação disponibilizada ao Banco Brasil, em observância aos termos do Ato da Presidência nº 38/2019.

Obs.: Não havendo mais valores na conta judicial acima, encerre-a.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE CAMPINA GRANDE
Juízo do(a) 8ª Vara Cível de Campina Grande

Tel.: (83) 3310-2540 / (83) 99144-7421; e-mail: cpg-vciv08@tjpb.jus.br

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.l.

ALVARA JUDICIAL Nº 172/2020
PROCESSO Nº 0805886-86.2019.8.15.0001

 **Banco do Brasil**

Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
0		18/05/2020	63	3300116953890
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
15/05/2020	2598973	08058868620198150001	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
CAMPINA GRANDE	8 VARA CIVEL	RÉU	4578,83	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Juridico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SANDOVAL OLIVEIRA SILVA		Fisica	02820008445	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
5293F497B54DD74C				
CÓDIGO DE BARRAS				

Deve a aludida instituição financeira proceder em conformidade com a legislação em vigor, dispensada a apresentação de v impressa deste alvará com assinatura física do Juiz, devendo ser verificada a autenticidade desta ordem judicial através do sítio <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>", bastando, para tanto, ser fornecido o código numérico que encontra no rodapé deste documento (código de barras). O QUE CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Dado e passado na cidade de Campina Grande-PB, e emitido em 30 de junho de 2020. O presente documento foi redigido pelo(a) servidor(a) MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA, Chefe de Cartório, e assinado eletronicamente pelo(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito abaixo discriminado(a).

LUA YMAOKA MARIZ MAIA PITANGA

Juiz(a) de Direito

- 1- Havendo coincidência do número do processo, do CPF e do nome da parte beneficiária, eventual divergência em relação ao órgão jurisdicional (juizado) no canal "Órgão/Vara", deverá ser considerada mera irregularidade que não impedirá a liberação do alvará.
- 2- O presente alvará somente será válido se enviado através do e-mail institucional oficial da unidade judiciária, conforme relação disponibilizada ao Banco Brasil, em observância aos termos do Ato da Presidência nº 38/2019.

Obs.: Não havendo mais valores na conta judicial acima, encerre-a.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
8ª Vara Cível de Campina Grande

PROCESSO Nº 0805886-86.2019.8.15.0001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[Acidente de Trânsito]

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

8ª Vara Cível de Campina Grande-Pb, 6 de julho de 2020.

MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA

Técnico Judiciário




Zimbra

cpg-vciv08@tjpb.jus.br

COVID 19 - Pagamento de alvará

De : 8ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE <cpg-vciv08@tjpb.jus.br>

Seg, 06 de jul de 2020 17:53

 4 anexos

Assunto : COVID 19 - Pagamento de alvará

Para : age1618 gerap <age1618.gerap@bb.com.br>

Boa tarde,

Seguem em anexo os alvarás nsº 167/2020 e 168/2020, do processo [0802827-32.2015.8.15.0001](#) e os alvarás nsº 171/2020 e 172/2020, do processo nº [0805886-86.2019.8.15.0001](#), para pagamento.
8ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande.

Morgana Santos de S. Bezerra
Técnica Judiciário

 **Alvará Judicial nº 167.2020.pdf**
177 KB

 **Alvará Judicial nº 171.2020.pdf**
176 KB

 **Alvará Judicial nº 172.2020.pdf**
175 KB

 **Alvará Judicial nº 168.2020.pdf**
177 KB





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
8ª Vara Cível de Campina Grande

PROCESSO Nº 0805886-86.2019.8.15.0001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[Acidente de Trânsito]

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

8ª Vara Cível de Campina Grande-Pb, 28 de julho de 2020.

MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA

Técnico Judiciário





Campina Grande, 09 de julho de 2020.

A Sua Excelência o Senhor(a)
LUA YAMAOKA MARIZ MAIA PITANGA
Juiz(a) de Direito
Do(a) 8ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE
Rua Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Sousa, S/N
Liberdade – Campina Grande PB
CEP: 58410-050

Assunto: **ALVARA 171/2020 de 30 de junho de 2020**

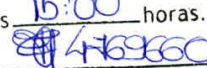
1. Em atendimento à requisição de Vossa Excelência por meio do ofício em epígrafe, expedido nos autos do processo **0805886-86.2019.8.15.0001**, informamos-lhe que o referido foi devidamente cumprido conforme comprovante em anexo.
2. Cumpre esclarecer que a(s) informação(ões) constante(s) neste documento e em seu(s) eventual(is) anexo(s), requisitados ao Banco do Brasil S.A está(ão) protegida(s) pela Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações e serviços prestados pelas Instituições Financeiras, cuja integridade e preservação ora transferimos para V. Ex.^a.
3. Colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência para os eventuais esclarecimentos/informações porventura necessários.

Respeitosamente.

BANCO DO BRASIL S.A.

LUIZ HENRIQUE EVANGELISTA ARAUJO
Gerente de Módulo

FÓRUM AFFONSO CAMPOS
SEÇÃO DE PROTOCOLO
RECEBIDO NO DIA:

15 JUL. 2020
às 15:00 horas.

Servidor(a) Matrícula



Comprovante de Resgate Justiça Estadual

Numero de Protocolo : 00000000047903865
Processo : 08058868620198150001
Numero do Alvará : ALVARA 171/2020
Data do Alvará : 30/06/2020
Data do Levantamento : 06/07/2020
Beneficiário : SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
CPF/CNPJ : 028.200.084-45
Agência do Resgate : 8717 PSO CAMPINA GRANDE

DADOS DO RESGATE

Valor do Capital : R\$ 2.900,62
Valor dos Rendimentos: R\$ 8,52
Valor Bruto Resgate : R\$ 2.909,14
Valor do IR : R\$ 0,00
Valor Líquido Resgate: R\$ 2.909,14

DADOS DO CRÉDITO

Finalidade : Transf. entre Bancos
Banco : BANCO BRADESCO S.A.
Agência : 0493
Conta : 1003393-4
Titular da Conta : SANDOVAL OLIVEIRA SILVA
CPF/CNPJ : 028.200.084-45
Valor Tarifa : R\$ 21,95
Valor Líq. Pagamento : R\$ 2.887,19
Data do Pagamento : 07/07/2020

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Conta Resgatada : 3300116953890
=====

Autenticação Eletrônica: E98B285FB2A6A4ED

Acesse seus comprovantes diretamente no site
www.bb.com.br, no menu Judiciário > Serviços
Exclusivos > Depósito Judicial > Comprovantes.
Clientes BB também podem acessar no Autoatendi-
mento Pessoa Física e Gerenciador Financeiro.






Campina Grande, 09 de julho de 2020.

A Sua Excelência o Senhor(a)
LUA YAMAOKA MARIZ MAIA PITANGA
Juiz(a) de Direito
Do(a) 8ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE
Rua Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Sousa, S/N
Liberdade – Campina Grande PB
CEP: 58410-050

Assunto: **ALVARA 172/2020 de 30 de junho de 2020**

1. Em atendimento à requisição de Vossa Excelência por meio do ofício em epígrafe, expedido nos autos do processo **0805886-86.2019.8.15.0001**, informamos-lhe que o referido foi devidamente cumprido conforme comprovante em anexo.
2. Cumpre esclarecer que a(s) informação(ões) constante(s) neste documento e em seu(s) eventual(is) anexo(s), requisitados ao Banco do Brasil S.A está(ão) protegida(s) pela Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações e serviços prestados pelas Instituições Financeiras, cuja integridade e preservação ora transferimos para V. Ex.^a.
3. Colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência para os eventuais esclarecimentos/informações porventura necessários.


Respeitosamente.

BANCO DO BRASIL S.A.

LUIZ HENRIQUE EVANGELISTA ARAUJO
Gerente de Módulo

FÓRUM AFFONSO CAMPOS
SEÇÃO DE PROTOCOLO
RECEBIDO NO DIA:

15 JUL. 2020

às 15:00 horas.

 4169660
Servidor(a) Matricula



Comprovante de Resgate Justiça Estadual

Numero de Protocolo : 00000000047903830
Processo : 08058868620198150001
Numero do Alvará : ALVARA 172/2020
Data do Alvará : 30/06/2020
Data do Levantamento : 06/07/2020
Beneficiário : PATRICIO CANDIDO PEREIRA
CPF/CNPJ : 991.440.344-15
Agência do Resgate : 8717 PSO CAMPINA GRANDE

DADOS DO RESGATE

Valor do Capital	: R\$	1.678,21
Valor dos Rendimentos	: R\$	4,85
Valor Bruto Resgate	: R\$	1.683,06
Valor do IR	: R\$	0,00
Valor Líquido Resgate	: R\$	1.683,06

DADOS DO CRÉDITO

Finalidade : Crédito em C/C BB
Banco : Banco do Brasil S.A.
Agência : 1634
Conta : 0108376-7
Titular da Conta : PATRICIO CANDIDO PEREIRA
CPF/CNPJ : 991.440.344-15
Valor Líq. Pagamento : R\$ 1.683,06
Data do Pagamento : 06/07/2020

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Conta Resgatada : 3300116953890

=====

Autenticação Eletrônica: 1FE367C8D191996F

Acesse seus comprovantes diretamente no site
www.bb.com.br, no menu Judiciário > Serviços
Exclusivos > Depósito Judicial > Comprovantes.
Clientes BB também podem acessar no Autoatendi-
mento Pessoa Física e Gerenciador Financeiro.





Estado da Paraíba - Poder Judiciário

Comarca de Campina Grande

Juízo de Direito da 8.^a Vara Cível

Fórum Affonso Campos, rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Estação Velha,



Campina Grande-PB – Telefone (083) 3310-2540 – CEP 58.410-050

Número do Processo: 0805886-86.2019.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certidão



Certifico e dou fé que analisando os autos verifiquei que as custas processuais finais foram pagas, conforme comprovante de pagamento constante no ID 31275749, porém as diligências não foram pagas, como uma carta de intimação e um mandado de intimação para a cidade Massaranduba, razão que junto ao presente feito a guia de recolhimento para pagamento das diligências.


Campina Grande-PB, 14 de setembro de 2020.

MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA

Anal./Téc. Judiciário



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 001.2.20.13390/01
			Data de emissão: 14/09/2020
Nº do Processo: 0805886-86.2019.815.0001	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2020
Número da 001.2020.613390 Tipo da Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais Detalhamento - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Despesas processuais com mandados: R\$ 137,06 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovente SANDOVAL OLIVEIRA SILVA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO Valor da causa: R\$ 9.450,00 Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			UFR vigente: R\$ 51,78 Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 Parcela: 1/1 Valor total: R\$ 150,41 Desconto total: R\$ 0,00
866000000012 504109283185 520200930003 122013390010 			Valor final: R\$ 150,41

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 001.2.20.13390/01
			Data de emissão: 14/09/2020
Nº do Processo: 0805886-86.2019.815.0001	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2020
Número da 001.2020.613390 Tipo de Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais Promovente SANDOVAL OLIVEIRA SILVA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Valor da causa: R\$ 9.450,00 Detalhamento - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Cartas: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35 - Despesas processuais com mandados: R\$ 137,06 - 1x Intimação (MASSARANDUBA): R\$ 137,06			UFR vigente: R\$ 51,78 Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 Parcela: 1/1 Valor total: R\$ 150,41 Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 150,41

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 001.2.20.13390/01
			Data de emissão: 14/09/2020
Nº do Processo: 0805886-86.2019.815.0001	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2020
Número da 001.2020.613390 Tipo de Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais Detalhamento - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Despesas processuais com mandados: R\$ 137,06 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovente SANDOVAL OLIVEIRA SILVA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO Valor da causa: R\$ 9.450,00 Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			UFR vigente: R\$ 51,78 Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 Parcela: 1/1 Valor total: R\$ 150,41 Desconto total: R\$ 0,00
866000000012 504109283185 520200930003 122013390010 			Valor final: R\$ 150,41





8ª Vara Cível de Campina Grande

Nº do processo: 0805886-86.2019.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: SANDOVAL OLIVEIRA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

Intime-se a parte promovida, por seu(a) advogado (a), para efetuar o pagamento das custas ocasionais de diligência/despesa postal, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de penhora online ou protesto/posterior inscrição na dívida ativa.

Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: AV PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 307, CENTRO, CAMPINA GRANDE - PB - CEP: 58400-052

Campina Grande, em 14 de setembro de 2020.

De ordem, MORGANA SANTOS DE SALES BEZERRA

